

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER

Em busca das colônias perdidas:

a visualidade da propaganda do Movimento Neocolonial Alemão (1925-1943)

Curitiba

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER

Em busca das colônias perdidas:

a visualidade da propaganda do Movimento Neocolonial Alemão (1925-1943)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Marion Brepohl de Magalhães

Curitiba

2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Stadler, Naiara Batista Krachenski
Em busca das colônias perdidas: a visualidade da propaganda do
Movimento Neocolonial Alemão (1925-1943) / Naiara Batista Krachenski
Stadler – Curitiba, 2015.
104 f.

Orientador: Prof. Dr. Marion Brepohl de Magalhães
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Imperialismo Alemão. 2. Alemanha - História. 3. Propaganda. 4.
Sociedade Colonial Alemã. I.Título.

CDD 940.51




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
 80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NAIARA BATISTA KRACHENSKI STADLER**, intitulada: **Em busca das colônias perdidas: a visualidade da propaganda do Movimento Neocolonial Alemão (1925-1943)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, sete de maio de dois mil e quinze.


 Profa Dra Marionilde Brepohl Magalhães (orientadora)
 Presidente da Banca Examinadora


 Prof. Dr. Silvio Correa (UFF)
 1º Examinador


 Profa Dra Renata Senna Garraffoni (UFPR)
 2º Examinador

Agradecimentos

“Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós”.

Valter Hugo Mãe

Quem lê os agradecimentos de um trabalho acadêmico? De certo, somente os curiosos e aqueles aqui citados dedicam seu tempo a tal leitura... mas o objetivo de escrevê-la é menos na esperança de tê-la lida, e sim a exteriorização do sentimento de gratidão que fica com o fim deste processo.

Por isso, em primeiro lugar, demonstro minha gratidão, que na verdade é eterna, a meus pais e familiares. Não sou pai nem mãe, mas imagino que seja um sentimento no mínimo estranho ver crescer aquela que há pouco (na cabeça de pai e mãe) ainda brincava de bonecas... mas este sentimento é tão somente resultado da educação, do carinho e do amor que eles me deram e que hoje procuro retribuir da forma como posso. Agradeço aos meus pais por terem me guiado sempre e por hoje continuarem sendo companheiros sempre presentes e amorosos em minha vida. À Nicole, agradeço por poder compartilhar alegrias e angústias que só uma irmã pode compreender. Agradeço também às famílias Batista Krachenski pelo amor e por sempre manterem minhas raízes e à família Stadler pela carinhosa acolhida.

Este trabalho deve suas origens ao brilhante trabalho desenvolvido há anos pela professora Marion Brepohl. Devo dizer que sua paixão e precisão pelos estudos me fez admirá-la como professora e pesquisadora e foi o principal motivo de eu querer embarcar junto neste campo de estudos. Agradeço à Marion por ter despertado meu ímpeto pesquisador e curioso, e também pela paciência, pelos ensinamentos e pelas leituras cuidadosas.

Também quero deixar expresso meu obrigado à Prof. Andréa Doré por me apresentar novos rumos de leitura durante sua disciplina. Agradeço imensamente às importantes críticas e sugestões do Prof. Hector Guerra na banca de qualificação e da Prof. Renata Senna Garraffoni tanto na qualificação quanto na defesa. Também agradeço ao Prof. Silvio Correa pela leitura atenciosa e enriquecedora.

Ao Victor e à Fer agradeço pela companhia constante e por serem meus grandes parceiros de vida. Ao Gusta e à Fer agradeço por poder compartilhar histórias e experiências. À Vane, Gaúcho, Denise e Danilo agradeço por sermos os ‘amigos do Paul Ricoeur’ que, apesar da

zoeira, tem muita leitura e valiosas discussões. Ao Bonato, Ivan e Vanessa agradeço por terem me acolhido no grupo e me mostrarem novas possibilidades de desfrutar a vida. Ao Samon e à Renata agradeço por serem meus amigos filósofos que me provocam a pensar melhor. À Luluzinha agradeço pela presença alegre e cheia de amor nos meus dias. Ao Enzo agradeço por me mostrar que sempre devemos expandir nossos limites.

Ao Thiago as palavras não são suficientes, não dão conta de expressar a gratidão e a alegria que tenho de estar ao seu lado e de dividir com você meus planos, minha profissão, minha vida. Obrigada por estar ao meu lado quando estou sozinha. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesmo duvido. Obrigada pelos nossos sonhos e pelo nosso dia-a-dia. Obrigada pelo nosso amor!

No século XX talvez a gente tenha tentado mudar o mundo muito rapidamente. A hora é de interpretá-lo novamente, de começar a pensar.

Slavoj Žižek

Resumo

A manutenção das ideias imperialistas na Alemanha após a I Guerra Mundial compôs uma conjuntura delicada e diferenciada das outras nações, uma vez que o país perdeu suas colônias em 1919. A princípio, a crença em um desenvolvimento ininterrupto anunciado pelos imperialistas de fins do século XIX e início do XX deu lugar ao sentimento de humilhação e derrota que se transformou, por sua vez, em motivação pela recuperação da glória perdida da nação. Dessa forma, nesta dissertação procuramos entender de que formas o discurso imperialista conformou-se no período compreendido entre os anos de 1925 e 1943 a partir da análise de documentos visuais que foram materiais de propaganda confeccionados pela *Deutsche Kolonialgesellschaft* (DKG - Sociedade Colonial Alemã). Procuramos entender como esse repertório imagético descreveu e representou a auto-imagem alemã nesse período, bem como os encontros interculturais que se sucediam com o colonialismo. Além de compreender a importância da visualidade no movimento neocolonial alemão, este trabalho também traz à tona o tema da construção e consolidação do racismo a partir das visões apresentadas sobre a África e o africano.

Palavras-Chave: *Imperialismo Alemão; Visualidade Colonial; Propaganda; Sociedade Colonial Alemã.*

Abstract

The maintenance of the imperialistic ideas in Germany after the First World War composed a different and delicate conjuncture from the other nations, since this country had lost its colonies in 1919. At first, the belief of a constant development announced by the German imperialists in the end of the XIX century and the beginning of the XX, gave place to the sentiment of humiliation and defeat that soon became a motivation to regain the lost glory of the German nation. Thereby, in this dissertation we aim to understand in which ways the imperialistic discourse was constructed in the years between 1925 and 1943 from the analysis of visual documents that were used as propaganda instruments made by the *Deutsche Kolonialgesellschaft* (DKG – German Colonial Society). We seek to understand how this imagetic repertoire described and represented the German self image in this time, as well as the intercultural encounters that were succeeded with colonialism. In addition to understanding the importance of visuality in the neocolonial movement, this work also bring out the theme of the construction and the consolidation of racism from the images presented of Africa and the African native.

Key-Words: *German Imperialism; Colonial Visuality; Propaganda; German Colonial Society.*

Lista de Ilustrações

Figura 1. Meio bilhão de Marcos já é o valor do comércio exterior nas colônias alemãs.....	44
Figura 2. Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias (1936).....	45
Figura 3. Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias (1936).....	45
Figura 4. Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias (1937).....	46
Figura 5. Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias (1937).....	46
Figura 6. A participação da Alemanha na importação da África Alemã de Sudoeste caiu de 81,36 para 18,38 por cento, porque hoje sua economia deve servir quase inteiramente aos ingleses e sul-africanos.....	47
Figura 7. A participação da Alemanha na importação da África Alemã de Sudoeste caiu de 81,36 para 11,5 por cento, porque hoje sua economia deve servir quase inteiramente aos ingleses e sul-africanos.....	47
Figura 8. A Alemanha perdeu a posição de líder econômico nos Camarões em favor dos Mandatários. Nossa quota de importação de Camarões afundou de 79,5 para 13,9 por cento.....	48
Figura 9. A participação da Alemanha na importação da África Oriental Alemã caiu de 51,32 para 10,2 por cento, porque agora a Inglaterra como Mandatária faz os negócios com a África Oriental.....	48
Figura 10. As colônias alemãs em África já têm mais de 400 milhões de Marcos em vendas por ano, que beneficiam predominantemente os Mandatários.....	49
Figura 11. Mais de 200 por cento de aumento no comércio exterior da África Oriental Alemã.....	50
Figura 12. A África de Sudoeste Alemã triplicou o valor de seu comércio exterior.....	50
Figura 13. Camarões triplicou de 1922 para 1928 o valor de seu comércio exterior.....	51
Figura 14. Sem colônias o ciclo colonial é interrompido.....	54
Figura 15. A circulação da economia nacional entre metrópoles e colônias.....	55
Figura 16. O que nos fornece o óleo de palma?.....	57
Figura 17. A indústria alemã precisa de matérias-primas coloniais.....	57

Figura 18. O Tratado de Versalhes reforça a necessidade de espaço.....	59
Figura 19. O estreitamento do espaço vital alemão 1816-1933.....	60
Figura 20. Crescimento da população 1814-1914.....	61
Figura 21. Possessões coloniais são espaço vital.....	62
Figura 22. Tão grande quanto o país mãe!.....	63
Figura 23. Áreas coloniais dos povos da Europa.....	63
Figura 24. Sem legenda.....	65
Figura 25. 530 milhões de homens sob jugo inglês.....	66
Figura 26. A distribuição do roubo na África.....	66
Figura 27. O aumento da população branca nas colônias alemãs – 1902-1913.....	70
Figura 28. Escolas na África de Sudoeste Alemã e na África Oriental Alemã.....	71
Figura 29. O desenvolvimento dos transportes nas nossas colônias africanas – 1895-1913...	72
Figura 30. O desenvolvimento das colônias alemãs.....	72
Figura 31. Aqui também é território alemão. Torne-se membro do <i>Reichskolonialbund</i>	77
Figura 32. O <i>Reichskolonialbund</i> chama você também!.....	78
Figura 33. Mais quanto tempo sem colônias?.....	79
Figura 34. Companheiro, apresente-se na frente de batalha colonial atrás do <i>Führer</i> e lute com o <i>Reichskolonialbund</i>	81
Figura 35. O <i>Reichskolonialbund</i> luta para a propagação do pensamento colonial para todo o povo alemão. Ele também precisa de você!.....	82
Figura 36. Aqui também é solo alemão.....	84

Sumário

Introdução	13
Capítulo I. Os alemães e a experiência colonial	21
1.1 Construindo um Império: de Bismarck até a Primeira Guerra Mundial	21
1.2 Sobre a “culpa colonial alemã”: o <i>Blue Book</i>	33
Capítulo II. Economia alemã e espaço vital: o discurso visual da propaganda neocolonial	43
2.1. Argumentos econômicos	44
2.2. Argumentos territoriais	61
Capítulo III. Civilização e Guerra na visualidade neocolonial	71
3.1. Argumentos culturais e civilizatórios	71
3.2. Movimento neocolonial e Nazismo: a propaganda do <i>Reichskolonialbund</i>	77
Considerações Finais	93
Fontes	97
Bibliografia	99
Anexo 1	103
Anexo 2	105
Anexo 3	106

Introdução

“Não há documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, documento da barbárie”.

Walter Benjamin

É difícil iniciar um texto intitulado Introdução quando se está há quase três anos lendo, pesquisando e escrevendo sobre o assunto que ele versa. Reservo-me aqui o direito de falar em primeira pessoa, não porque acredito que a pesquisa histórica apresentada seja fruto somente dos meus próprios esforços e das minhas próprias vaidades, mas porque acredito que o momento de apresentação do tema que estudo é também, em certa medida, uma apresentação de parte de minha trajetória. Para além da subjetividade da escolha do tema e das fontes, a doação do pesquisador para a sua pesquisa é quase total, na medida em que nós historiadores ainda não aprendemos a desvincular vida pessoal e vida profissional. Há quem diga que isso é um erro, já que uma vida centrada no trabalho é uma vida que desperdiça a beleza das “coisas simples”. Acho que para os historiadores não há “coisas simples”. Tampouco acho que pessoal *versus* profissional seja possível em nossas vidas. Isso porque nosso trabalho, teórico por excelência, nos fornece ferramentas para pensar o mundo e a sociedade de uma maneira que simplesmente não podemos deixar tais pensamentos trancafiados no escritório. Isso não quer dizer, claro, que não saibamos falar de Fórmula 1 sem ficar teorizando sobre o assunto. Isso quer dizer, unicamente, que um historiador apaixonado pelo seu ofício está [conscientemente] fadado a conviver com as reflexões feitas no “âmbito profissional”. É por isso que assumo este texto em primeira pessoa.

Ouvi certa vez de uma colega que todo historiador escolhe seu tema por uma afinidade absolutamente pessoal, quase que um pertencimento ao próprio tema. “É claro que não”, respondi, “eu não me considero imperialista, nem quero dominar o mundo!”. Mas, a partir desta fala comecei a indagar-me sobre o que me trouxe ao tema ao qual eu dediquei estes quase três anos. Não posso reclamar nenhum tipo de afinidade pessoal direta com o imperialismo alemão. Mas talvez justamente pelo fato de que não trancafiemos nossas leituras no escritório ao fim do dia e nos esquecemos delas é que este assunto tenha despertado em mim a curiosidade de uma investigação mais detalhada e cuidadosa.

Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said afirma que os estudos sobre o imperialismo se focam quase que exclusivamente nas questões políticas e econômicas, nos ganhos e perdas

das nações metropolitanas. Seu objetivo com aquela obra era mostrar ao leitor como a ideia do imperialismo e do domínio sobre o outro foi constitutiva da cultura europeia ocidental, para além dos fatos políticos e econômicos¹. A partir daí me senti motivada a investigar este lado que passou a ser debatido com maior frequência pelos estudos pós-coloniais.

A partir das leituras bibliográficas sobre o imperialismo alemão que me introduziram ao tema, percebi que sempre o mesmo argumento era utilizado para justificar tais pesquisas. Se a partir de meados do século XX a historiografia tratou o imperialismo alemão também pelo viés unicamente político e econômico, da maneira mais “tradicional” possível, as novas visões sobre o imperialismo alemão procuram colocar em evidência uma correlação política e ideológica entre o período de Bismarck e o Nacional Socialismo. Essa ideia surgiu a partir do trabalho de Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo*, no qual a autora sugeriu que a experiência da violência em massa que resultou no Holocausto não teria sido algo inédito ao período nazista, mas já se esboçava na experiência colonial alemã. De fato, é uma questão bem aceita na historiografia recente a afirmação de que há uma continuidade importante que deve ser observada entre o colonialismo de fins do século XIX e início do XX e as propostas nazistas sobre expansão territorial e as considerações sobre raça².

No entanto, incomodava-me o fato de ver o imperialismo alemão ganhar importância exclusivamente pela sua ligação com as atrocidades nazistas, como se os historiadores estivessem outorgando à experiência colonial alemã o fardo de ser a origem dos males do nazismo. Gostaria de deixar claro, antes de qualquer coisa, que não me oponho às teses que versam sobre as ligações entre imperialismo e nazismo, e é desnecessário dizer o quanto tais pesquisas impactam a minha. Só destaco este fato porque tento discutir neste trabalho que o pensamento imperialista alemão também pode ser estudado de uma forma mais independente, sem precisar lançar luz sobre ele unicamente porque ele é importante para explicar um fenômeno mais global.

De fato, conforme afirmaram George Steinmetz e Julia Hell, a breve participação da Alemanha no colonialismo formal não significa que os políticos deste país tiveram uma

¹ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 2011, p. 37.

² Ver, por exemplo, LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad (Ed.) *German Colonialism: Race, the Holocaust and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011; ZIMMERER, Jürgen. “The birth of the Ostland out of the spirit of colonialism: a postcolonial perspective on the Nazi policy of conquest and extermination” In *Patterns of Prejudice*, 39:2, 2005 e BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e Mulheres falando em genocídio: a experiência imperialista alemã (1884-1945)” In *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 52, jan/jul 2010.

mentalidade “menos imperialista” do que, por exemplo, os da Inglaterra ou da França³. E foi a partir deste entendimento que os historiadores começaram a estudar o imperialismo alemão pelas suas especificidades e singularidades. Entretanto, é preciso destacar que a ideia colonial não começou nem tampouco terminou com o fim do domínio colonial formal alemão em 1919⁴. A partir da leitura da bibliografia sobre o período percebo que a euforia colonial se mostrou ao público de uma forma mais agressiva no período em que a Alemanha já não mais possuía colônias em além-mar. Sobre esta questão, inclusive, David Olusoga e Casper Erichsen chegaram a afirmar que a ideia imperialista na Alemanha nunca havia sido tão forte quanto na década de 1930⁵. Dessa maneira, acredito que é possível pensar o imperialismo alemão do período entre guerras como uma ideia que de fato movimentou uma camada da população alemã e que pretendia-se um discurso de mobilização nacional, interiorizado e assumido por membros de todas as classes.

Dessa forma o objetivo principal deste trabalho é entender de que maneira o movimento neocolonial alemão construiu e apresentou suas ideias para seus expectadores. Para tanto, selecionei cerca de 150 imagens de propaganda que versam sobre o assunto e que estão hospedadas no arquivo visual da Sociedade Colonial Alemã disponível on-line pela Universidade de Frankfurt am Main⁶. Esta seleção me deu subsídios para trabalhar mais especificamente com a importância da visualidade na construção do discurso neocolonial, uma vez que a maior parte da propaganda utiliza-se de imagens na sua diagramação, bem como coloca no centro do debate a questão da importância dos signos visuais na política.

Somente há pouco tempo pesquisadores têm dado atenção à questão da cultura visual do imperialismo alemão. Segundo Volker Langbehn, este fato pode ser explicado pelo entendimento massivo de que a cultura visual é somente uma mera ilustração de um conhecimento mais racional ou melhor consolidado⁷. No entanto, como tantos outros pesquisadores vêm demonstrando, entre eles, o próprio Langbehn, a visualidade constituiu um elemento central na construção da mentalidade imperialista na Alemanha a partir de suas mais diversas formas, desde a propaganda política, que é o objeto desse estudo, até a publicidade

³ STEINMETZ, George & HELL, Julia. “The visual archive of colonialism: Germany and Namibia” In *Public Culture*, 18:1, 2006, p. 150.

⁴ PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen. “Introduction: German Colonialism and National Identity” In PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 2.

⁵ OLUSOGA, David & ERICHSEN, Casper. *The Kaiser’s Holocaust*. Germany’s forgotten genocide and the colonial roots of Nazism. Londres: Faber & Faber, 2010, p. 310.

⁶ Das DFG-Projekt – Deutsche Kolonialgesellschaft Bibliothek - www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de.

⁷ LANGBEHN, Volker. “Picturing Race: visuality and German colonialism” In LANGBEHN, Volker (Org). *German Colonialism, visual culture and modern memory*. Nova York: Routledge, 2010, p. 2.

comercial, como é o caso dos estudos de Langbehn e David Ciarlo, para citar apenas dois exemplos. Dessa maneira, minha pesquisa se insere na lógica de trabalho desses dois autores, porém, ao invés de investigar as maneiras pelas quais a publicidade se utilizou e ajudou a construir o discurso imperial, este estudo se concentra na análise da propaganda oficial de uma das instituições coloniais mais ativas na Alemanha daquele período.

Entretanto, seja a partir da análise da cultura visual na publicidade, seja na análise de propagandas oficiais, o importante a ser sublinhado é que a perspectiva na qual se insere meu trabalho se preocupa em entender este novo repertório cultural (e também político) que descreve e representa os encontros interculturais que se sucedem com o colonialismo. É certo que o processo de colonização não passou a ser pensado e representado somente a partir de fins do século XIX e início do XX, mas é nesse momento que ocorre a disseminação do repertório visual a partir dos novos meios de comunicação de massa, tais como pôsteres, cartões-postais e revistas ilustradas.⁸ Dessa maneira, nossa metodologia parte do entendimento de que as identidades e aspirações coloniais não foram tão somente imaginadas por uma minoria alemã, mas foram também “imagetizadas”⁹, ou seja, materializadas e distribuídas a um público mais amplo através dessa nova lógica social do consumo de imagens.

Em um segundo momento, além de compreender a importância da visualidade no movimento neocolonial alemão, este trabalho também traz à tona o tema da construção e consolidação do racismo a partir das visões apresentadas sobre a África e o africano. A partir da linha de investigação proposta por Said, buscamos compreender como os discursos culturais moldaram um imaginário sobre o Outro que legitimou inúmeras práticas nas colônias. No entanto, conforme veremos nos capítulos que seguem, ainda que o discurso apresentado pela Sociedade Colonial Alemã ofereça uma visão bastante homogênea do Outro em questão, é necessário sublinhar que os próprios agentes do imperialismo alemão diferiam na sua forma de pensar o colonialismo.

De qualquer forma, pois, importa-me deixar claro que ainda que este estudo não tenha como objetivo dar voz ao subalterno, pela simples razão de que as fontes selecionadas não permitem tal abordagem, seria um erro pensar que estes mesmos documentos falam apenas da sociedade alemã. Inspirada principalmente pelas leituras de Said, Frantz Fanon e Robert J. C.

⁸ Ver LANGBEHN, Volker, *op.cit.*, e CIARLO, David. *Advertising Empire: Race and Visual Culture in Imperial Germany*. Boston: Harvard University Press, 2011, p. 3.

⁹ CIARLO, David, *op.cit.*, p.5.

Young¹⁰ tentei compreender como um discurso ou uma prática que fala em nome da civilização sempre fala também do Outro, mais imaginado do que real e de que conjugado a um sentimento de pertencimento a uma nação está o sentimento de exclusão daquele que é diferente do Nós coletivo, no caso deste estudo, a Alemanha. Pretendo deixar explícito ao longo do texto este entendimento que me é muito caro e que acredito que proporcione uma visão mais ampla do processo imperialista como um todo. Além de promover uma interpretação mais ampla deste processo histórico, acredito que tal perspectiva seja indispensável para o entendimento do nosso próprio tempo.

O termo discurso é utilizado nesta dissertação a partir de uma leitura de Keith Jenkins, segundo o qual o termo discurso “indica que sabemos que a história nunca é só ela, nunca é formulada ou interpretada inocentemente e sempre serve a alguém”¹¹. Além disso, parto do pressuposto de que um discurso é um processo comunicativo construído dentro de um contexto simbólico compartilhado, ou seja, está atrelado tanto ao seu contexto de produção, como também ao seu contexto de recepção e distribuição¹².

No entanto, devo afirmar desde já que se o contexto de produção da propaganda aqui analisada é bem claro, o mesmo não acontece com o contexto de recepção e distribuição de tais fontes. Conforme demonstrarei ao longo dos capítulos, tive acesso bibliográfico sobre o local que algumas imagens circularam. Contudo, uma das dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa foi justamente o fato de o arquivo virtual em que elas estão disponibilizadas não trazer informações precisas sobre sua data de produção, nem sobre o autor que as elaborou e nem sobre quais veículos elas de fato veicularam. Trago tal questão à luz para que fique claro para o leitor que estas informações não constam no trabalho não por omissão consciente, mas pela falta de tal informação. Também devo dizer que, ainda que esta seja uma situação aparentemente angustiante para um historiador, o trabalho com estas fontes não é inválido, uma vez que pude ancorar minhas afirmações a partir de um estudo cuidadoso da

¹⁰ Ver SAID, Edward, *op.cit.*; SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007; FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013; YOUNG, Robert J.C. *Postcolonialism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

¹¹ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 110.

¹² MERGEL, Thomas. *História Cultural da Política*. Tradução de René E. Gertz. Originalmente em *Docupedia-Zeitgeschichte*, 2010, p. 4.

bibliografia sobre o período e de outras fontes. Além disso, a partir da leitura de Ciarlo, acredito que o estudo das diversas imagens que compõe o meu acervo de trabalho permitem que eu investigue padrões de composição do que era representado e como era representado determinado assunto. Segundo este autor, “uma avaliação histórica da visualidade pode nos dizer alguma coisa sobre *como* as pessoas viam, e mesmo como elas interpretavam essas imagens, somente demonstrando e analisando *o quê* elas viam repetidas vezes”¹³.

Dessa forma, ainda que nem todas as fontes estejam datadas precisamente, pude estabelecer o recorte temporal da pesquisa entre 1925 e 1943, tanto pelas informações oferecidas pelo *Bildarchive* como pelo fato de que a organização produtora das imagens deixou de atuar em 1943. Além disso, ainda que não possa nomear o artista responsável pela produção das imagens, é sabido que elas foram produzidas pela Sociedade Colonial Alemã (*Deutsche Kolonialgesellschaft* - DKG) e, com isso, foi possível delinear o contexto de produção e estabelecer os objetivos almejados pela propaganda. Finalmente, ainda que me escape uma precisão sobre a distribuição e circulação desta propaganda, a partir de uma investigação da bibliografia e fontes secundárias, sustento a hipótese de que elas eram veiculadas na revista da DKG, a *Kolonialzeitung*, bem como eram apresentadas ao público em forma de cartaz nas exposições coloniais, realizadas sobretudo durante o período nazista, e também eram distribuídas enquanto cartões-postais.

A noção de representação também é relevante neste estudo, na medida em que ao trabalhar com a categoria da visualidade importa-me investigar também quais foram as maneiras encontradas de expressar aquele discurso. Conforme afirmou Antoine Prost, “encontra-se um interesse pela maneira como os textos dizem o que dizem: pelo como e não apenas pelo que. As maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade denominando-a”¹⁴. Dessa forma, as análises das imagens feitas aqui foram construídas tentando entender tanto a sua linguagem verbal, quanto a sua linguagem não-verbal, em busca de uma compreensão do conteúdo do discurso, mas também da forma deste discurso. A relação entre linguagem verbal e linguagem visual é de importância capital no trabalho com estas fontes. É difícil depararmo-nos com propagandas em que a imagem esteja sozinha ou que o texto seja o único elemento presente. Nesse sentido, as análises sempre levam em conta a relação destas duas linguagens e em que medida uma influencia na interpretação da outra e,

¹³ CIARLO, David, *op.cit.*, p. 17, grifos no original – tradução livre da autora.

¹⁴ PROST, Antoine. “As palavras” In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 312.

dessa forma, produzem efeitos de sentido a partir de sua interação. Assim sendo, a afirmação de que “lemos o que vemos e vemos o que lemos”¹⁵ é uma diretriz que adotamos em nossa pesquisa.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos.

No primeiro, *Os alemães e a experiência colonial*, apresento o contexto da pesquisa juntamente com a revisão bibliográfica do tema. Na primeira parte, *Construindo um império: de Bismarck até a Primeira Guerra Mundial*, apresento o contexto no qual a expansão ultramarina ocorreu na Alemanha, desde os primeiros posicionamentos do chanceler Otto Von Bismarck, passando pela ambígua situação partidária sobre o tema do imperialismo, até chegar às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Ainda nesta primeira parte, analiso as diferentes posições adotadas pela historiografia.

Na segunda parte do primeiro capítulo, *Sobre a “culpa colonial alemã”: o Blue Book*, apresento as cláusulas do Tratado de Versalhes, as motivações do *Blue Book* e os argumentos que auxiliaram na criação do que ficou conhecido como a “culpa colonial alemã”. Além disso, discuto nesse momento, as primeiras reações dos agentes imperialistas alemães ao Tratado de 1919 e ao *Blue Book*.

No segundo e o terceiro capítulo inicio a análise das fontes predominantemente visuais. Estes capítulos foram pensados para responder à problemática da pesquisa, qual seja, como se deu a construção do discurso neocolonial a partir da propaganda da DKG? A partir daí, e tendo em vista o grande número de imagens, achei prudente organizar a discussão das fontes de forma temática. Dessa maneira, o capítulo 2, *Economia alemã e espaço vital: o discurso visual da propaganda neocolonial*, está dividido em duas partes: na primeira analiso as fontes que agrupei sob o título de “argumentos econômicos”, por este ser o tema predominante do discurso.

Na segunda parte do capítulo 2, “argumentos territoriais”, as fontes analisadas foram aquelas cujo tema debatido é o espaço vital e o aumento da população na Alemanha. É neste segundo capítulo também que apresento o termo *visualidade colonial* que seria, em linhas gerais, as formas adotadas pelos produtores de imagens para construir a ideia das colônias que buscava-se recuperar.

¹⁵ LANGBEHN, Volker. “The visual representation of blackness during German imperialism around 1900” In ZIMMERER, J. & PERRAUDIN, M. (Ed). *op.cit.*, p. 95.

Por fim, o capítulo 3 também é dividido em dois momentos: o primeiro para a análise das fontes sob o título de “argumentos culturais e civilizatórios”, as quais apresentam imagens sobre os benefícios que os alemães teriam levado às colônias; e no segundo analiso a propaganda que possui um caráter mais agressivo e que já foi produzida pelo órgão oficial do partido nazista que cuidava dos assuntos coloniais, o *Reichskolonialbund*. No final deste capítulo, apresento uma breve teorização a respeito da instrumentalização do sentimento de humilhação promovida pela propaganda do RKB.

Capítulo I. Os alemães e a experiência colonial

“A conquista da terra, que significa basicamente tomá-la dos que possuem uma compleição diferente ou nariz um pouco mais achatado que o nosso, não é uma coisa bonita, se você olhar bem de perto. O que a redime é apenas uma ideia”.

Joseph Conrad

1.1. Construindo um Império: de Bismarck até Primeira Guerra Mundial

O ano de 1884 marca o início das atividades da Conferência de Berlim (19 de novembro de 1884 – 26 de fevereiro de 1885), reunião que estabeleceu os acordos que iriam delimitar as fronteiras do continente africano a partir dos interesses de potências europeias e marca também a institucionalização do interesse alemão pela aventura colonial quando o então chanceler Otto von Bismarck se converteu ao imperialismo. No entanto, se foi somente no último quartel do século XIX que o governo da Alemanha lutou por um lugar ao sol no domínio de territórios e povos africanos, as relações entre aquele país e a África já haviam se estabelecido havia décadas de diferentes maneiras.

Tais relações se estabeleceram principalmente a partir de transações comerciais com os países africanos possibilitadas, inicialmente, pela abertura parcial das colônias britânicas ao comércio com outras nações europeias a partir dos atos de navegação de 1822 e 1824¹⁶ e comerciantes de Hamburgo e de Bremen tomaram a dianteira nas transações comerciais com as colônias inglesas em África. Ainda que durante praticamente todo este período a estratégia do livre-comércio tenha sido a opção adotada pelos negociantes e apoiada pelo governo, uma parte da burguesia alemã já afirmava a necessidade da aquisição de colônias para garantir novos mercados e também novos territórios para a emigração do excedente populacional.

Outra forma de contato dos alemães com o continente africano antes das anexações formais foi através de viagens científicas empreendidas desde meados do século XIX. A primeira expedição alemã à África ocorreu em 1848, liderada pelo geógrafo prussiano Heinrich Barth¹⁷. Na quase totalidade das vezes, tais viajantes produziam relatos de viagens, os quais procuravam descrever as paisagens, as especificidades da região e os

¹⁶ STOECKER, Helmuth (Ed.). *German imperialism in Africa*. From the beginnings until the Second World War. Hurst: Londres, 1986, p. 12.

¹⁷ REIMANN-DAWE, Tracey. “Time, identity and colonialism in German travel writing on Africa, 1848-1914” In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 21.

comportamentos dos nativos. O discurso empregado na construção de tais narrativas pretendia-se neutro, pois estruturado sob o aparato científico ocidental, cuja função seria desvelar aquele continente obscuro e que misturava no imaginário europeu as imagens do exótico e do selvagem. Entretanto, como afirmaram tantos estudiosos¹⁸, as narrativas de viagens contribuíram de maneira significativa para moldar a subjetividade europeia e delimitar papéis para si e para “o outro”, um ser inferiorizado pela cor de sua pele e pelos seus costumes, facilitando a disseminação da crença da necessidade de uma missão de civilização que deveria ser empreendida pelos europeus, que se autocompreendiam como bastiões da moral e dos bons costumes.

A presença alemã em território africano também foi marcada neste período anterior à formalização do domínio colonial pelas ações de sociedades missionárias. De acordo com Hemulth Stoecker, durante o século XIX duas sociedades missionárias protestantes tiveram destaque: a Sociedade Missionária da Renânia, que se estabeleceu na região da África do Sudoeste desde 1842 e a Sociedade Missionária da Alemanha do Norte que ocupou a região da Costa do Ouro a partir de 1847¹⁹.

Contudo, ainda que ao longo do século XIX as experiências nascidas através do contato dos alemães (e europeus, de um modo geral) com os africanos tenham produzido uma vasta tipologia de discursos (o gosto pela aventura, a crença da superioridade europeia em relação aos povos africanos etc.), a ideia sobre o colonialismo sempre esteve fortemente ligada à esfera econômica. De fato, desde seus primeiros teóricos, o imperialismo foi entendido como um acontecimento essencialmente econômico, como parte integrante da economia-mundo estabelecida pelo capitalismo.

O economista liberal inglês John Hobson foi o primeiro pensador a teorizar sobre o imperialismo enquanto um fenômeno da expansão do capital e, apesar de não ser filiado ao pensamento marxista, foi uma importante influência no pensamento de autores marxistas sobre este assunto. Em seu livro *Imperialismo: um estudo*, publicado em 1902, Hobson fez uma dura crítica à forma pela qual a expansão europeia se desenvolveu para os continentes africano e asiático a partir do século XIX. Segundo o autor, a experiência colonial poderia ser válida se levasse a cabo uma genuína expansão das características nacionais de um país, como sua língua, suas leis, suas instituições e os direitos reservados aos seus cidadãos. No entanto, segundo ele, “poucas colônias na história permanecem nessa condição quando distantes do

¹⁸ Podemos citar REIMANN-DAWE, Tracey, *op cit.* e PRATT, Mary-Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

¹⁹ STOECKER, Helmuth, *op.cit.*, p. 18-19.

país mãe”²⁰. No entanto, ainda que Hobson tenha analisado o imperialismo a partir da sua conexão com a expansão do capital, ao longo de seu estudo ele demonstrou que o imperialismo não era um fenômeno exclusivamente econômico, mas que competiam para seu início e manutenção argumentos de ordem política e cultural - ainda que o autor não tenha abordado mais detalhadamente tais aspectos.

Nesta obra Hobson analisou especificamente o caso da expansão colonial inglesa, mas procurou estabelecer comparativos entre a Inglaterra e as outras nações europeias que também desenvolviam políticas coloniais. Como dissemos anteriormente, Hobson era um economista liberal e não previa – como fariam mais tarde outros teóricos – a extinção do capitalismo enquanto sistema econômico. Ele postulava isso sim, que o imperialismo era um desajuste no capitalismo e que deveria deixar de ser praticado, uma vez que trazia benefícios apenas para uma pequena parcela da população e não amenizava os problemas do povo nos países mães.

Dessa forma, Hobson refutava inúmeros argumentos que postulavam a necessidade da empreitada imperialista, como a ideia de que esta resolveria o problema da população excedente nas metrópoles. Sua tese central focava no problema econômico que o imperialismo pretendia resolver:

“a real taxa de poupança, conjugada com uma aplicação mais econômica de formas de capital existente, superou consideravelmente o aumento do consumo nacional de manufaturados. O poder de produção ultrapassou muito a real taxa de consumo e (...) foi incapaz de forçar seu aumento através da baixa dos preços”²¹.

Ao contrário do que afirmavam os defensores da política imperialista, de que o problema do excesso de consumo só poderia ser resolvido com a abertura de novos mercados, o que justificaria a aquisição de colônias, o autor inglês defendia que tal problema poderia ser solucionado com o aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, capaz de absorver os excedentes da produção, sem a necessidade de recorrer à expansão imperialista:

“Não há a necessidade de abrir novos mercados estrangeiros; os mercados domésticos são capazes de uma expansão indefinida. O que quer que seja produzido na Inglaterra pode ser consumido na Inglaterra, desde que a renda seja proporcionalmente distribuída”²².

²⁰ HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. Cosimo: Nova York, 2005, p. 6 – tradução livre da autora.

²¹ *Idem*, p. 75 – tradução livre da autora.

²² *Idem*, p. 88 – tradução livre da autora.

Estas teses centrais da obra de Hobson tiveram um importante impacto no debate sobre o fenômeno do imperialismo. Autores afiliados à esquerda política também se debruçaram sobre este tema, mas atribuíram ao imperialismo conotações políticas diferenciadas daquelas defendidas por Hobson uma vez que, de modo geral, enquanto este entendia o imperialismo como uma inadequação do capitalismo, os autores marxistas tendiam a entender o imperialismo enquanto uma etapa (Lênin) ou um desencadeamento lógico (Luxemburgo) do sistema capitalista de acumulação de capital.

Rosa Luxemburgo foi uma das principais autoras ligada à teoria marxista e dedicou inúmeros trabalhos para compreender a estrutura do sistema capitalista a partir da teoria desenvolvida por Karl Marx. Em sua obra principal, *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*, publicada em 1913, a autora apresentou um panorama da teoria sobre a reprodução e acumulação do capital e defendia a ideia de que o imperialismo surgiu da necessidade de expansão permanente do capitalismo, uma vez que este só poderia se reproduzir em escala ampliada graças à existência do que ela chamou de “terceiros mercados”, ou seja, mercados que ainda não haviam sucumbido à produção e reprodução capitalistas. No entanto, se para sobreviver o capitalismo necessitava de uma expansão de mercados, esta mesma necessidade previa também, segundo Luxemburgo, o colapso de tal sistema econômico, visto que seu limite de expansão seria atingido quando ele alcançasse toda a superfície terrestre ainda não capitalista:

“O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da Terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão. Isso domina o atual jogo internacional do capital no cenário mundial. Dados o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar territórios não capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não capitalista. (...) O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente por fim a sua existência”²³.

²³ LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 392.

Outra teoria sobre o imperialismo vista a partir de um ponto de referência marxista foi formulada pelo pensador russo Vladimir Lênin no livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, escrito em 1916. Nesta obra, o autor estava preocupado em entender as transformações no sistema capitalista que deram origem à Primeira Guerra Mundial, um confronto que, segundo Lênin, foi “uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e novas partilhas das colônias, das ‘esferas de influência’ do capital financeiro etc”²⁴. Lênin apontou que o principal fator de transformação do capitalismo foi a crescente tendência à queda de lucros gerada pela extrema concorrência de mercadorias. A partir daí, os produtores de tais mercadorias encontraram na formação de monopólios uma solução para o problema da redução dos lucros assim como na conquista de novos territórios (novos mercados) para o escoamento da superprodução. No entanto, com a crescente divisão do mundo em áreas de influência criava-se uma constante tensão entre as nações que detinham o poderio econômico, na busca incessante de novas áreas de influência do seu capital financeiro. Para Lênin, é justamente a passagem do “velho” capitalismo que exportava mercadorias para o “novo” capitalismo, de tipo monopolista, que exporta capital a chave interpretativa para a divisão do mundo em colônias e a explicação da existência da guerra neste novo sistema:

“Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para uma política colonial de dominação monopolista de territórios de um mundo já inteiramente repartido”²⁵.

Tendo em vista a importância do pensamento econômico nas primeiras definições do imperialismo, é importante salientar que este fator também fazia parte das discussões acerca da expansão colonial na Alemanha desde meados do século XIX. Woodruff Smith emprega o termo *Weltpolitik* para se referir à política externa do comércio alemão deste período. Segundo este autor, a *Weltpolitik* foi uma característica estruturante do pensamento imperialista alemão, ainda que os indivíduos ligados a tal ideologia a tenham utilizado para pensar a economia alemã como um todo, não só seu componente colonial. Segundo Smith, a partir das definições do general Bernhard von Bülow, secretário do exterior de 1897 a 1900, a

²⁴ LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 26.

²⁵ *Idem*, p. 124.

ideologia da *Weltpolitik* se preocupava em dar suporte para a economia alemã e o setor industrial através da modernização e do controle da economia estabelecidos a partir da criação de mercados protegidos e áreas de investimentos fora dos limites da Alemanha e a aquisição de fornecedores de matérias-primas²⁶. No entanto, ainda que o pensamento da *Weltpolitik* pretendesse uma contínua expansão de mercados, ela não previa como necessária a aquisição de colônias, ainda que alguns dos representantes desta ideologia fossem a favor da conquista formal de territórios em ultramar. Segundo Smith, o fator colonial existia, mas não era essencial na ideologia da *Weltpolitik*, em que as colônias eram entendidas primordialmente como suportes para a indústria alemã, garantindo um local seguro e lucrativo de investimentos:

“As colônias tinham sua função, mas no geral a maioria dos *weltpolitiker* não pensava nas colônias como um instrumento para alcançar os objetivos econômicos e sociais alemães. A maior parte do processo de expansão de mercados e investimentos deveria ser empreendido sob graus variados de controle informal alemão”²⁷.

Esta posição da ideologia da *Weltpolitik* se aproximava consideravelmente da posição de Bismarck antes de 1884, quando o Chanceler entendia o livre-comércio como a melhor opção para o país, já que considerava o colonialismo demasiado dispendioso, visto a necessidade do aparato burocrático e o investimento bélico que deveriam orientar a conquista de territórios em ultramar. Entretanto, importa-nos deixar claro que as posições assumidas pelo Chanceler em relação à política colonial não traduziam a posição do *Reichstag* como um todo. De acordo com Marion Brepohl, apesar da postura de Bismarck, este enfrentava importantes forças políticas conservadoras no parlamento cujas posições eram divididas entre: a) os defensores de uma política governamental de investimentos na América Latina que beneficiasse o comércio alemão sem, contudo, desrespeitar a Doutrina Monroe; b) aqueles que defendiam que a Alemanha deveria possuir territórios em África, onde os colonos trabalhassem para benefício da pátria mãe e c) os defensores de colônias alemãs na América Latina (não em África), visto a pré-existência da presença alemã no sul deste continente²⁸.

No entanto, como afirmamos anteriormente, o ano de 1884 marca a virada da política colonial de Bismarck. Segundo Hans-Ulrich Wehler, o imperialismo alemão deve ser entendido como o resultado de forças socioeconômicas e forças políticas endógenas, e não

²⁶ SMITH, Woodruff. *The ideological origins of Nazi imperialism*. Nova York: Oxford University Press, 1986, p. 65.

²⁷ *Idem*, p. 70-71 – tradução livre da autora, grifo nosso.

²⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação Literária e Política: os alemães e o imperialismo (1880 – 1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 45.

como uma reação à pressão externa²⁹. Segundo Wehler, a mudança de Bismarck pode ser explicada por dois importantes fatores econômicos, como a pressão interna gerada pela crise de 1882 e o crescimento de medidas protecionistas adotadas por outros países que limitavam o livre-comércio³⁰. Assim como Wehler, Hartmut von Strandmann também defende a tese de que a virada de Bismarck se deu por conta da emergente necessidade de proteção dos negócios alemães no exterior. De acordo com este autor, inclusive, a preocupação do Chanceler em garantir a segurança dos investimentos nacionais no estrangeiro teve uma forte influência na maneira pela qual a política colonial alemã foi moldada nos anos subsequentes³¹. Segundo Strandmann, “nenhum outro poder colonial europeu apresentou uma preocupação econômica institucionalizada”³².

No entanto, para Wehler, as preocupações com a economia externa não eram a finalidade da política colonial de Bismarck. Segundo este autor, a esperança do sucesso econômico com a empreitada imperialista deveria garantir maior legitimidade à autoridade governamental que estava sendo ameaçada pelo crescimento do Partido Socialista (SPD). Dessa forma, a expansão colonial deveria garantir vantagens eleitorais e parlamentares e enfraquecer a esquerda, bem como deveria funcionar como uma válvula de escape para as tensões sociais internas, uma vez que a agitação colonial deveria servir como um desvio de foco dos problemas internos para os problemas com os inimigos externos que ameaçavam a soberania econômica da nação alemã³³. Esta tese de Wehler ficou conhecida na historiografia sobre o período como “imperialismo social”, definido como a ideia de que a expansão colonial foi uma resposta às ameaças dos conflitos de classe gerados pela rápida industrialização alemã e com isso o governo poderia obter apoio da burguesia e, sobretudo, da classe trabalhadora. No entanto, ainda que esta seja uma das teses mais aceitas pelos historiadores para se entender o início do imperialismo alemão, Woodruff Smith afirma que o imperialismo social é importante para compreender este processo, porém não deve ser tomado como a única chave interpretativa do imperialismo alemão, visto que, segundo este autor, é difícil afirmar em que medida este fator pesou mais que outros nas ações dos agentes imperialistas da época Guilhermina³⁴. Em seu estudo, Smith aborda a questão do imperialismo alemão a partir dos processos ideológicos presentes em diferentes formulações do imperialismo na Alemanha.

²⁹ WEHLER, Hans-Ulrich. “Bismarck’s imperialism, 1862-1890” In *Past and Present*, n. 48, 1970, p. 124.

³⁰ *Idem*, p. 133-134.

³¹ STRANDMANN, Hartmut von. “The purpose of German colonialism or the long shadow of Bismarck’s colonial policy” In LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad (Ed.) *German Colonialism: Race, the Holocaust and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011, p. 200.

³² *Idem, ibidem* – tradução livre da autora.

³³ WEHLER, Hans-Ulrich, *op. cit.*, p. 139-143.

³⁴ SMITH, Woodruff, *op. cit.*, p. 7.

Nesse sentido, seu trabalho aproxima-se em certa medida ao imperialismo social, visto que ele também dá atenção aos problemas domésticos e as soluções propostas pelos defensores do imperialismo, porém, se afasta das concepções do imperialismo social, pois pretende analisar o aspecto ideológico deste processo, enfocando no pensamento político, que o autor entende como uma esfera relativamente autônoma da existência social³⁵.

Contudo, apesar de o objetivo deste trabalho não ser apresentar novas teses sobre o início do imperialismo alemão, é importante salientar que este fato tende a ser explicado por razões puramente econômicas ou políticas. O que nos interessa deixar claro é que a crença do benefício econômico das colônias ou da aposta política pela expansão para angariar apoio político foram fatores importantes e decisivos na tomada de decisão para a colonização, mas que havia uma atmosfera cultural favorável a tal política. Primeiramente, é importante salientar que desde a primeira metade do século XIX havia na Alemanha uma preocupação com a emigração, ou seja, temia-se “perder” os cidadãos emigrados para outras nações. Dessa forma, aqueles que eram favoráveis a tal pensamento argumentavam que o poder da Alemanha seria fortalecido se ela possuísse mais territórios para permitir que o excedente populacional se dirigisse para territórios alemães. No livro *Deutschland und der nächste Krieg*, publicado em 1911, o general Friedrich von Bernhardi escreve sobre a importância dos territórios coloniais, onde a população emigrada poderia encontrar não só trabalho, mas também, e principalmente, “um modo de vida alemão”³⁶. Assim como as ideias de Bernhardi, é importante destacar o papel desempenhado pelos agentes da Liga Pangermânica que adotara para si o papel de proteger os interesses dos alemães em diferentes regiões do mundo - sobretudo nas Américas³⁷. Nessa mesma linha, Woodruff Smith afirma que havia uma outra ideologia constitutiva do pensamento imperialista alemão (além da *Weltpolitik*) - a *Lebensraum*. Segundo o autor, diferentemente da *Weltpolitik* que apostava na modernização econômica e no crescimento industrial do país, a ideologia da *Lebensraum* apoiava a colonização como um modo de preservar a cultura (*Kultur*) alemã que estava se perdendo pelas transformações impostas pela modernidade. De acordo com os adeptos a esta vertente ideológica (dentre os quais, segundo Smith, várias pessoas afiliadas à Liga Pangermânica e às Sociedades Coloniais existentes na época) o colonialismo era entendido como um modelo para a emigração que reposicionaria o excedente populacional em terras germânicas, onde

³⁵ *Idem*, p. 12.

³⁶ BERNHARDI, Friedrich. *Germany and the next war*. McClelland, Goodchild & Stewart Publishers, 1911, p. 76. Disponível em <http://archive.org>.

³⁷ Ver BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Pangermanismo e Nazismo: trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1998.

eles poderiam manter uma sociedade pré-industrial, bem como cultivar e expandir os valores da nação alemã que vinham sendo ameaçados pela modernidade e pela industrialização³⁸.

Para além da existência deste debate sobre a necessidade de territórios para a emigração, segundo Hartmut Strandmann o ambiente cultural favorável à expansão também pode ser explicado pela criação de Sociedades Geográficas cujas expedições e publicações aguçavam o interesse pela exploração do desconhecido e transformavam tais assuntos em temas populares e também pela criação das próprias Sociedades Coloniais que foram criadas inclusive antes da formalização da dominação por agentes privados³⁹. Dentre tantas Sociedades Coloniais existentes na Alemanha neste período, importa-nos destacar a *Deutsche Kolonialgesellschaft* (DKG - Sociedade Colonial Alemã), criada em 1887 a partir da fusão de duas entidades já existentes, a *Deutschen Kolonialverein* (Associação colonial alemã, de 1882) e a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* (Sociedade para a colonização alemã, de 1884). Assim como outras Sociedades Coloniais, a DKG era uma organização de caráter privado cujo objetivo principal era promover a colonização alemã em ultramar. A DKG tinha como membros industriais interessados em desenvolver seus negócios nos territórios coloniais, bem como homens do exército e da pequena burguesia que se identificava com a empreitada imperialista. No entanto, é interessante notar que, apesar do discurso oficial, não havia uma unidade entre os membros da Sociedade Colonial Alemã, tampouco um pensamento hegemônico entre os indivíduos que se deslocavam para as colônias. Segundo George Steinmetz, o ambiente colonial aguçava os conflitos entre as diferentes camadas sociais existentes no país-mãe, assim como a origem social do colono modelava a postura que este tinha em relação aos nativos⁴⁰. Como veremos mais adiante, um dos principais modos de atuação da DKG foi através da propaganda que enfatizava a necessidade da aquisição e manutenção das colônias.

É importante salientar também que, apesar do discurso oficial, é difícil afirmar que a expansão colonial tenha tido real impacto no nível de emprego ou no crescimento salarial da população alemã como um todo. Fica clara para nós a afirmação de Brepohl de que “a política

³⁸ SMITH, Woodruff, *op. cit.*, p. 86.

³⁹ STRANDMANN, Hartmut von, *op. cit.*, p. 195-196.

⁴⁰ Steinmetz cita o exemplo das diferentes posturas adotadas pelo general von Trotha e pelo governador Theodor Leutwein quanto à rebelião do povo Herero na África de Sudoeste Alemã em 1904. Segundo este autor, enquanto von Trotha defendia uma postura extremamente violenta em relação aos rebeldes, Leutwein tentou conter tais ações se comunicando com o governo de Berlim para resolver o problema de outra forma. Para Steinmetz, este conflito entre von Trotha e Leutwein explica como as relações de poder nas colônias eram estabelecidas a partir da Alemanha e como os conflitos já existentes na metrópole se agravavam no ambiente colonial. Ver STEINMETZ, George. “From ‘Native Policy’ to Exterminationism: German Southwest Africa, 1904, in Comparative Perspective”, Conferência 1904-2004 – *decontaminating Namibian past*, Windhoek, agosto 2004.

colonial era bem mais uma opção do que uma necessidade”⁴¹, na medida em que constatamos que os benefícios econômicos atingiam apenas uma parcela da população e pelo fato de que, mesmo com o apoio governamental, a política expansionista permanecia como uma empresa primordialmente de caráter privado, sendo levada a cabo por industrialistas e outros agentes privados ao invés de ser encabeçada pelo governo.

Tendo este contexto em vista, podemos afirmar que a totalidade dos territórios pertencentes ao Império Alemão em África foram formalizados graças à existência prévia de interesses comerciais nas regiões e, na maioria dos casos, a presença de negociantes alemães em tais localidades. Os grupos de pressão mais influentes nesse processo foram os representantes das grandes indústrias alemãs em conjunto com o banco *Disconto-Gesellschaft*, que procuravam maior segurança para investir seu capital⁴². Dessa forma, o governo alemão decidiu oficializar a política imperialista a partir do território da África do Sudoeste (atual Namíbia), onde já havia uma importante base comercial de Adolf Lüderitz e também um assentamento da Sociedade Missionária da Renânia⁴³.

Em 1884 também foi formalizado o domínio sobre o Camarões, local já dominado economicamente por Adolf Woermann e sobre o Togo, território que acomodava operações financeiras das empresas F. M. Vietor & Söhne e Wölber & Brohm⁴⁴. Nestes três casos, os negociantes já ali estabelecidos vinham pedindo proteção governamental desde o fim da década de 1870. Segundo Stoecker, todos eles afirmavam que a proteção do Estado era de extrema importância para manter os interesses dos negociantes alemães que se viam ameaçados por negociantes de outras nacionalidades naquelas regiões, sobretudo os ingleses que dominavam territórios cada vez maiores.

O caso da colonização da África Oriental (que incluía territórios hoje pertencentes a Tanzânia, Ruanda e Burundi) escapou à lógica da aliança entre governo imperial, grandes bancos e industrialistas. A criação da colônia da África Oriental foi resultado de um projeto pessoal de Carl Peters, representante da pequena burguesia nacionalista. Após uma estadia na Inglaterra, Peters entrou em contato com as ideias imperialistas e resolveu moldá-las à realidade alemã. Em 1884, Peters fundou a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* (Sociedade para a colonização alemã) e embarcou em uma expedição à costa oriental africana onde conseguiu adquirir territórios através de tratados. Segundo Constant Kpao Sarè, ainda que Bismarck não fosse muito entusiasta das políticas de Peters – que na época foi

⁴¹ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação Literária... op.cit.*, p. 50.

⁴² STOECKER, Helmuth (Ed.), *op. cit.*, p. 22.

⁴³ *Idem*, p. 27.

⁴⁴ *Idem*, p. 27-28.

denunciado pelas práticas violentas em território africano -, em 1885, após o fim da Conferência de Berlim, Peters recebeu uma carta do governo imperial garantindo segurança nas áreas já adquiridas por ele e em outras que por ventura ele viesse a estender seus domínios⁴⁵.

Como podemos observar, a empreitada imperialista foi um assunto bastante conturbado para o governo alemão. Não só o contexto político-partidário apresentava divergências em relação a que rumo tomar - como vimos, os políticos mais conservadores apoiavam a expansão com o discurso de obter vantagens econômicas, enquanto a ala de esquerda defendia que a expansão era uma estratégia política para divergir a atenção da população dos problemas internos -, como também a opinião pública oscilava, ora apoiando a expansão imperialista, sobretudo as camadas nacionalistas da pequena burguesia, ora se apresentando favorável à esquerda e aos liberais. Contudo, apesar das fissuras internas, a política colonial foi levada a cabo por agentes privados e apoiada pelo governo alemão. Dessa forma, consideramos importante entender os motivos do início da expansão colonial e sua força de permanência no discurso nacionalista nas décadas subsequentes.

Conforme apontou Eric Hobsbawm e foi demonstrado por outros autores, a conquista colonial não foi um fator decisivo para o sucesso econômico dos países metropolitanos⁴⁶. Ademais, de acordo com o economista e entusiasta colonial alemão Paul Rohrbach, não havia nos anos precedentes às anexações nem mesmo uma real expectativa de ganhos econômicos satisfatórios com os territórios coloniais para a nação como um todo⁴⁷. Dessa forma, porque, então, a Alemanha embarcou na aventura colonial?

De acordo com Tracey Reimann-Dawe, conforme a presença europeia aumentava em solo africano ao longo do século XIX, as rivalidades intraeuropeias eram transferidas para a África. Segundo esta autora, estes conflitos proporcionaram um novo fator para a identidade nacional alemã que era, cada vez mais, moldada junto ao discurso colonial⁴⁸. De fato, como afirmamos anteriormente, ao adotar a política de expansão imperialista, as autoridades alemãs afirmavam existir uma “ameaça estrangeira” contra a soberania do país, uma vez que as outras

⁴⁵ KPAO SARÈ, Constant. “Abuses of German colonial history. The character of Carl Peters as a weapon for *völkisch* and National Socialist discourse: Anglophobia, Anti-Semitism and Aryanism” In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 161.

⁴⁶ HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 117.

⁴⁷ REIMANN-DAWE, Tracey, *op cit.*, p. 27.

⁴⁸ *Idem*, p. 28.

nações europeias já haviam iniciado sua expansão e a posse territorial em ultramar passava a ser um critério definidor do poder de um país aos olhos de seus pares. Dessa maneira, o nacionalismo passava a ser um elemento importante não só na definição identitária de um país, mas, sobretudo, um fator relevante na formulação de políticas nacionais e internacionais.

Além disso, para esta nova burguesia nacionalista, o imperialismo representava também uma nova modalidade de ascensão social que, segundo Brepohl, “dispensava as leis, o esforço individual do trabalho e a escolaridade”⁴⁹, uma vez que a propaganda da subjugação de povos entendidos como inferiores inflamava o orgulho nacional e apresentava aqueles que retornavam à pátria mãe como “bravos soldados”, “excelentes homens de negócios” e “responsáveis pela ampliação do espaço vital”⁵⁰. Devemos lembrar mais uma vez que imperialismo e nacionalismo andaram lado a lado no final do século XIX e juntos prestaram-se a formações de novos sentimentos de pertença e de identificação do indivíduo com a sua nação. De fato, segundo afirmaram Michael Perraudin e Jürgen Zimmerer, a ideia colonial esteve presente na construção da identidade nacional alemã desde a sua unificação, na medida em que proporcionava um discurso de superioridade racial e cultural sobre os colonizados⁵¹. Dessa forma, não é à toa que o nacionalismo evocado pelas conquistas territoriais e a invenção de novos heróis, saídos da camada média da população, impulsionou a imaginação pequeno-burguesa do período e foi um “excelente aglutinante ideológico”⁵².

Como afirmamos anteriormente, as colônias não foram um fator essencial no crescimento da economia alemã do período. De fato, segundo os dados apresentados por Stoecker, em 1904 o comércio com as colônias somava menos de 0,5% de todo o comércio exterior da Alemanha e, alguns anos antes, no final da década de 1890, por exemplo, as importações alemãs de matérias primas via Londres, Roterdã e Antuérpia eram superiores às importações das suas próprias colônias⁵³. Nesse sentido, mesmo as colônias tendo um papel insignificante na economia alemã como um todo, nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial elas representavam uma das principais fontes de lucro das instituições financeiras que controlavam a economia alemã, como os grandes bancos e os grandes industrialistas (*Disconto Gesellschaft* – controlada por C. Woermann, família responsável pela anexação de Camarões – *Dresdner Bank* e *Deutsche Bank*)⁵⁴. Dessa forma, o imperialismo proporcionou o

⁴⁹ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion, *op.cit.*, p.70.

⁵⁰ *Idem, ibidem.*

⁵¹ PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen. “Introduction: German colonialism and national identity” In *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 5.

⁵² HOBBSBAWM, Eric, *op cit.*, p.117-118.

⁵³ STOECKER, Helmuth (Ed.), *op.cit.*, p. 187-188.

⁵⁴ *Idem*, p. 203.

enriquecimento de uma pequena camada social que, conforme Brepohl, mesmo que não expressiva numericamente, foi responsável por manter a propaganda imperialista até as vésperas da Segunda Guerra Mundial⁵⁵.

1.2. Sobre a “culpa colonial alemã”: O *Blue Book*

O tratado de paz que oficializou o armistício do conflito de 1914 a 1918 foi assinado em 28 de junho de 1919 e declarou a Alemanha como a grande culpada pela guerra⁵⁶. Dessa forma, as penalidades impostas pelos países vencedores redesenharam não só as fronteiras europeias alemãs (ver ANEXO I) como também redefiniram a posição da Alemanha enquanto potência imperial. Dentre as inúmeras sanções detalhadas ao longo dos 440 artigos do Tratado de Versalhes, o artigo 119 estabelecia que a Alemanha deveria renunciar a suas possessões territoriais ultramarinas em favor dos Poderes Aliados. Além disso, o artigo 22 previa a divisão de tais territórios entre os países mandatários da Liga das Nações. Importa-nos destacar aqui a ênfase dada na justificativa desse artigo de porque os países da Liga das Nações (sobretudo França e Inglaterra) seriam melhores colonizadores que a Alemanha. Nesse artigo lemos:

“To those colonies and territories which as a consequence of the late war have ceased to be under the sovereignty of the States which formerly governed them and which are inhabited by peoples not yet able to stand by themselves under the strenuous conditions of the modern world, there should be applied the principle that the well-being and development of such peoples form a sacred trust of civilization and that securities for the performance of this should be embodied in this Covenant. The best method of giving practical effect to this principle is that the tutelage of such peoples should be entrusted to advanced nations who by reason of their resources, their experience and their geographical position can best undertake this responsibility, and who are willing to accept it, and that this tutelage should be exercised by them as Mandatories on behalf of the League”⁵⁷.

Para além da justificativa racista que esteve presente desde o início da expansão imperialista, de que os povos nativos não seriam capazes de se autogovernarem, sugerindo assim que o colonialismo oitocentista previa uma missão de civilização, observamos nesse artigo a afirmação de que os países que deveriam dividir entre si os territórios alemães assim

⁵⁵ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion, *op.cit.*, p. 64.

⁵⁶ BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 55.

⁵⁷ ARTICLE 22 - *The Treaty of Peace between the allied powers and Germany and the Treaty between France and Great Britain respecting assistance to France in the event of unprovoked aggression by Germany, signed at Versailles, June 28th 1919*, versão em inglês disponível em http://foundingdocs.gov.au/resources/transcripts/cth10_doc_1919.pdf, acesso em 13/06/2013 – grifos nossos.

o faziam por possuírem “recursos e experiência”. Esta afirmação deixa claro que não somente os países da Liga das Nações eram a melhor opção para o governo dos povos e territórios africanos, mas também e, sobretudo, que a Alemanha foi um mau exemplo de governo colonial e, por isso, perdia seus territórios e, junto com eles, o posto de nação detentora dos princípios da civilidade europeia. Este tipo de discurso foi bastante difundido à época e a principal responsável pela sua criação foi a publicação do “Relatório sobre os nativos da África de Sudoeste e seu tratamento pela Alemanha”, mais conhecido como o *Blue Book*⁵⁸ de 1918, escrito por agentes coloniais ingleses.

Ao longo da Primeira Grande Guerra os países europeus tinham também planos de combate para seus territórios em continente africano. Ainda que muitas vezes deixadas em segundo plano pelas próprias metrópoles e abandonadas pela historiografia, as ideias acerca de um domínio cada vez mais extenso em África fizeram parte do imaginário europeu durante este período. Na Alemanha, por exemplo, havia a perspectiva de se criar a *Deutsche Mittelfrika*, um território sob domínio alemão que ligaria a costa atlântica com a costa leste, passando desta forma, por territórios então pertencentes à Inglaterra, Portugal e Bélgica. Contudo, ainda que o plano da *Deutsche Mittelfrika* tenha permanecido somente nas idealizações alemãs, houve de fato combates entre países europeus através de seus exércitos coloniais. Um exemplo destes combates foi o conflito de 1915 que resultou na conquista da África de Sudoeste Alemã pelos exércitos ingleses da África do Sul. Dessa forma, o *Blue Book* de 1918 é resultado dos anos de domínio sul africano sobre este território e foi utilizado após a Primeira Guerra como instrumento de propaganda contra a Alemanha e a favor da Inglaterra. O documento que foi escrito e compilado em sua maior parte pelo Major T. L. O'Reilly e pelo Procurador A. J. Waters tinha como principal objetivo denunciar a forma violenta pela qual o governo alemão administrou sua colônia. Neste contexto de fim de guerra, os países da Liga das Nações concordavam que para evitar que o controle alemão sobre aquele território fosse restaurado era importante apresentar evidências escritas e documentos oficiais que servissem como prova dos argumentos da extrema violência alemã na África de Sudoeste. Dessa forma, a partir de 1915 iniciou-se um intenso processo de sistematização e tradução de documentos do governo colonial alemão daquele território.

Como veremos a seguir, o tom utilizado pelos escritores do *Blue Book*, principalmente no prefácio, mas que permeia todo o documento é agressivo e acusatório, na medida em que

⁵⁸ Os documentos chamados de Blue Book eram relatórios publicados pelo Governo Britânico. Ver SILVESTER, Jeremy & GEWALD, Jan-Bart. *Words cannot be found: German colonial rule in Namibia: an annotated reprint of the 1918 Blue Book*. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. xiii.

não só seus autores, mas toda a burocracia colonial da qual eles são os porta-vozes estava interessada em retratar a Alemanha como um país colonizador fora dos padrões supostamente estabelecidos e mais ou menos acordados entre os países europeus para a empreitada imperialista em ultramar. No entanto, como afirmam Silvester e Gewald, ainda que este Relatório deva ser interpretado à luz desse contexto, isso não significa que as evidências apresentadas no *Blue Book* sejam inteiramente falsas e fabricadas apenas para dar corpo aos argumentos contrários à Alemanha⁵⁹. Contudo, não nos interessa apresentar aqui uma triagem de tais documentos e estabelecer até onde o Relatório apresenta documentos comprovadamente “verdadeiros” e qual é o grau de manipulação documental presente nesta obra. O que interessa-nos na análise do *Blue Book*, neste momento, é compreender como ele foi responsável pela formulação daquilo que ficou conhecido como “culpa colonial alemã”.

Como afirmamos, o prefácio é a parte deste Relatório que, tendo sido escrito após o restante do documento, apresenta as afirmações mais contundentes e agressivas acerca do caráter da Alemanha enquanto país colonizador. Logo de início, os autores salientam que apesar do breve tempo disponível para a coleta dos documentos que dão corpo ao Relatório, é possível encontrar aí “uma grande quantidade de evidências [...] que contém provas irrefutáveis da total inaptidão com a qual a Alemanha iniciou seu esquema de colonização deste território”⁶⁰. De fato, esta afirmação se desdobra por toda a primeira parte do Relatório, escrita e compilada por O'Reilly, na qual o autor apresenta uma breve História da África de Sudoeste, da sua colonização pelos alemães até a conquista do território pelas tropas inglesas da África do Sul. No capítulo III, intitulado “A política declarada da Alemanha em relação às raças nativas”, por exemplo, o autor apresenta os objetivos da Conferência de Berlim de 1884-85 que, segundo ele, foram acordados entre todos os países participantes do evento, quais sejam: 1. Preservar as raças aborígenes da África; 2. Assistir seus interesses; e 3. Cultivar seu desenvolvimento moral e material⁶¹. É necessário sublinharmos aqui, mais uma vez, a presença do argumento recorrente do imperialismo que previa uma missão de civilização. Podemos constatar que a validade deste discurso sob o olhar europeu não havia se esgotado, mesmo as denúncias contra a exploração colonial estarem começando a ser cada vez mais presentes nos países europeus. O que percebemos nesse discurso inglês é justamente uma estratégia que busca inverter sua posição enquanto denunciado: se, na própria Inglaterra, as revelações de violência nas colônias começavam a aparecer, ainda que timidamente, neste

⁵⁹ *Idem*, p. xxii.

⁶⁰ “Report on the natives of South-west Africa and their treatment by Germany”. January, 1918, p. 2 – tradução livre da autora.

⁶¹ *Idem*, p. 35 – tradução livre da autora.

Relatório a denúncia contra outra metrópole é instrumentalizada para conferir ao denunciante a posição daquele que procura salvaguardar os direitos humanos, ou, como afirmou Christina Towmey, a identificação das práticas de barbaridade no colonialismo alemão foi uma maneira utilizada pelos britânicos para minar os alemães e reforçar o discurso inglês de que eles eram os detentores da colonização civilizada⁶².

Na continuação deste argumento, O'Reilly consagra à Inglaterra o papel de líder da Conferência de Berlim quando afirma que a Grã-Bretanha “permitiu”⁶³ que a Alemanha anexasse o território em questão, uma vez que ela havia se comprometido com os objetivos supracitados. No entanto, continua O'Reilly,

“Depois que a anexação se tornou um fato consumado e os homens de Estado alemães fizeram o seu trabalho, a verdadeira opinião alemã começou a se revelar e, não muitos anos após a anexação, a real política alemã se manifestou de uma forma horrorosa para os desafortunados nativos da África de Sudoeste”⁶⁴.

O'Reilly considera que a Alemanha não só rejeitou os acordos europeus para a colonização, como também traiu a confiança inglesa, na medida em que o autor dá a entender que se a Inglaterra soubesse das reais intenções colonizadoras alemãs não teria permitido que este país possuísse territórios em ultramar. É nesse sentido que consideramos este um argumento chave para o início da construção da “culpa colonial alemã”: como afirmamos acima, o discurso do *Blue Book* se construiu a partir do entendimento de que a Inglaterra foi a responsável pela divisão do continente africano para fins de proteção. Seguindo a lógica deste argumento, ela seria responsável não só pelas suas próprias colônias, mas também por toda a missão europeia em África e, portanto, responsável por tutelar as políticas coloniais dos outros países. É nesse sentido que consideramos este um argumento basilar em toda a construção do discurso propagandístico presente neste documento, uma vez que é a partir desta lógica que se estabelece a posição da Inglaterra enquanto habilidosa nação que conseguiu não só o amor e respeito de seus colonizados (como veremos a seguir), mas também que garantia os direitos de todos os nativos africanos, ao passo que a Alemanha era apresentada como uma nação de traidores aos próprios preceitos europeus.

⁶² TOWMEY, Christina. “Atrocity narratives and inter-imperial rivalry: Britain, Germany and the Treatment of Native Races, 1904-1939” In CROOK, T. & TAITHESS, B. *Evil, Barbarism and Empire: Britain and abroad*, c. 1830-2000. Palgrave Macmillan: Londres, 2011.

⁶³ “It was apparently in this spirit and on those pledged assurances at Berlin and Brussels that Great Britain allowed Germany to annex the 322, 450 square miles of territory in South-West Africa”. *Idem*, p. 36 – grifos nossos.

⁶⁴ *Idem*, p. 36 – tradução livre da autora.

Uma segunda lógica argumentativa fundamental na construção da culpa colonial alemã estabeleceu-se na afirmação de que os alemães eram os grandes inimigos dos nativos⁶⁵. Tal afirmação apresentada no prefácio é relatada em detalhes no Capítulo XXVI da primeira parte – “Os desejos expressos dos nativos da África de Sudoeste quanto a seu futuro e ao futuro governo de seu país” -, no qual são apresentados testemunhos dos líderes nativos que expõem os sentimentos de ódio em relação aos seus antigos colonizadores e de esperança em relação aos novos. De acordo com O’Reilly, tais testemunhos “estão sob juramento por respeitadas e responsáveis líderes de várias raças nativas que indicam a visão não só de seus declarantes, mas também os sentimentos e desejos unânimes de seus seguidores”⁶⁶.

De forma geral, os testemunhos coletados nesse capítulo apresentam a ideia aparentemente unanime de que um possível retorno da Alemanha ao comando da África de Sudoeste deixava os nativos chocados e horrorizados. Além disso, os testemunhos selecionados pelos autores do *Blue Book* afirmavam que os nativos estariam dispostos a deixar suas terras em caso de um retorno alemão e seguir para territórios britânicos, onde saberiam que estariam seguros. Dentre os argumentos apresentados pelas testemunhas que legitimaram tais afirmações dos autores do Relatório está presente em sua maioria a referência ao tratamento violento e desumano dos alemães com os nativos:

“Sugerir-nos que os alemães devam voltar ao controle desse país é como pedir-nos que concordemos com a morte. O povo Herero estava morrendo gradualmente sob o comando alemão; mas agora que os britânicos estão aqui nós consideramos a vida digna de viver novamente e estamos felizes e contentes. (...) Os alemães não sabem como tratar ou governar as raças nativas” (Testemunho de Christof Katsimune, chefe-assistente dos Herero de Omaruru)⁶⁷.

“Os alemães eram mais gentis com seus cachorros do que conosco, e nós somos seres humanos” (Testemunho de Edward Okonoma, chefe dos Karibib Herero)⁶⁸.

“Punições e castigos eram como nossa ração diária. Nós não desejamos viver aqui se os ingleses devolverem o país para os alemães. Nós nunca quisemos o governo alemão. Nós desejávamos há anos viver sob a bandeira britânica” (Testemunho de Samuel Kariko, professor Herero e filho do subchefe Daniel Kariko)⁶⁹.

⁶⁵ *Idem*, p. 5.

⁶⁶ *Idem*, p. 291 – tradução livre da autora.

⁶⁷ *Idem*, p. 295 – tradução livre da autora.

⁶⁸ *Idem*, p. 295 – tradução livre da autora.

⁶⁹ *Idem*, p. 297 – tradução livre da autora.

Para além dos argumentos sobre a violência cometida pelos agentes coloniais alemães, algumas testemunhas declararam também a culpa dos missionários que haviam se instalado neste território antes da sua colonização efetiva. Segundo uma testemunha, Samuel Kutako, identificado no documento como professor Herero e educado pelo missionário Carl Buthner, os missionários foram os responsáveis por abrir caminhos para as tropas alemães aos territórios Herero. Ademais, além de culpabilizá-los pela colonização, Samuel Kutako afirma que os missionários não fizeram nada para proteger o povo Herero das punições infligidas pelas tropas alemãs durante da Rebelião de 1904, que resultou no massacre do povo Herero pelas forças coloniais alemãs:

“Eles [os missionários] conheciam os nossos costumes e hábitos e não fizeram nada para proteger-nos dos alemães. Após a Rebelião do povo Herrero eles atuaram como informantes contra os Herrero e foram a causa pela qual eles foram enforcados pelos alemães”⁷⁰.

Além disso, Samuel Kutako cita também a difusão de doenças sexualmente transmissíveis e o grande número de bastardos nascidos de jovens mulheres Herero fruto da imoralidade dos alemães.

Contrapondo-se a estes argumentos de violência e imoralidade alemãs, a Inglaterra é apresentada nos testemunhos selecionados como bondosa e justa, uma nação que apresentou aos nativos a verdadeira civilização europeia, a qual os nativos desejam estar sob proteção:

“Desde que os britânicos tomaram o país nós temos descanso e felicidade. Nós somos permitidos a escolher nossos próprios mestres; nós somos regularmente pagos e nossas famílias não são separadas. (...) As cortes britânicas são justas e imparciais. Eles tratam a todos sem parcialidade e aos nativos também é permitido falar. (...) Se o Rei inglês for embora com os seus soldados e seu governo, nós iremos partir deste país com ele. (...) Nós iremos para onde os ingleses nos mandarem” (Testemunho de Sylphanus Munguda, sobrinho do último chefe Kamaherero)⁷¹.

“Os ingleses punem somente pessoas culpadas; agora nós vemos que há justiça. Sob os alemães nós não tínhamos direitos” (Testemunho de Zebedius Katchimbari, um proeminente Otjimbingwe Herero)⁷².

⁷⁰ *Idem*, p. 296 – tradução livre da autora.

⁷¹ *Idem*, p. 293-294 – tradução livre da autora.

⁷² *Idem*, p. 295 – tradução livre da autora.

Apresentamos aqui uma síntese do teor do Capítulo XXVI do *Blue Book* que, para o nosso propósito, oferece importantes indagações e nos permite ensinar algumas respostas.

Em primeiro lugar, importa-nos destacar que nem a leitura do *Blue Book*, e tampouco a leitura da historiografia sobre este documento, nos deixa claro como os testemunhos apresentados no Relatório foram tratados, ou seja, não fica claro para o leitor se estas testemunhas apresentaram uma narrativa linear e foram editadas na confecção do Relatório, se elas foram respostas a perguntas específicas, se elas foram elaboradas em inglês ou em língua nativa e qual é o grau de manipulação de tais declarações⁷³. Entretanto, não tomamos aqui estes testemunhos enquanto mentiras inventadas pelos ingleses para construir uma imagem de colonizador ideal versus o colonizador tirano, na medida em que é absolutamente compreensível que os declarantes afirmem seu medo em relação a uma possível volta dos alemães e das suas práticas violentas (ainda que alguns o fizessem receosamente e com medo de uma possível vingança alemã⁷⁴). O que nos intriga na interpretação destas falas é a demonstração de amor e devoção aos colonizadores ingleses que os teriam libertado do jugo alemão. Como sabemos, toda colonização pressupunha um certo grau de violência, com possíveis negociações e acordos entre os europeus e os chefes nativos, mas toda dominação imperial implicava em uma desigualdade de poder entre as partes. É a partir desta constatação que entendemos esses testemunhos enquanto uma estratégia dos declarantes que falam em nome de suas tribos para selar novos acordos com os colonizadores ingleses e tentar reelaborar as hierarquias dentro da própria organização nativa. No entanto, interessa-nos, sobretudo, o fato de que tais declarações foram, por certo, cuidadosamente selecionadas pelos autores do documento para constarem como provas em uma narrativa que serviu como um importante instrumento na fabricação ideológica sobre o imperialismo alemão no pós I Guerra Mundial e promoveu uma comoção da sociedade alemã ligada ao imperialismo que procurou de diversas maneiras desmentir as afirmações apresentadas pelos ingleses neste Relatório.

Segundo a nossa leitura, são estas duas lógicas argumentativas que dão base às afirmações contidas no *Blue Book* sobre o perfil do alemão enquanto colonizador. A partir dos testemunhos e de toda a documentação levantada pelos britânicos no período de 1915 a 1918,

⁷³ Compartilhamos estes questionamentos com outros autores que trabalham com o Blue Book de 1918, ver, por exemplo, TOWMEY, Christina, *op. cit.*

⁷⁴ “Os alemães locais dizem para que esperemos que quando a guerra acabar e quando as tropas alemãs voltarem, eles irão lidar conosco” – Testemunho de Gerard Kamaheke, Chefe dos Herero de Windhuk; “Nós não tínhamos paz sob o domínio alemão, mas agora nós sabemos o que é a paz e nós somos constantemente ameaçados pelos alemães que assim que os britânicos deixarem [este território] eles saberão o que fazer conosco” – Testemunho de Sylphanus Munguda, sobrinho do último chefe Kamaherero; “Os alemães dizem que irão nos exterminar quando esta guerra acabar” – Testemunho de Edward Okonoma, chefe dos Karibib Herero. Traduções livres da autora.

os autores deste Relatório afirmam categoricamente que “enquanto colonizador, o alemão na África de Sudoeste foi um fracasso”⁷⁵, uma vez que se mostrou contrário aos apelos humanitários do imperialismo, salvaguardados pelos britânicos, além de mostrar-se demasiado inclinado à violência.

Devemos salientar novamente que não é nosso objetivo estabelecer aqui qual é o grau de manipulação das informações contidas no *Blue Book*. O que afirmamos com esta breve apresentação e análise deste documento é que ele foi um dos responsáveis por reafirmar e dar sustentação ao discurso de que as colônias alemãs deveriam ser entregues a outros países pela incapacidade da administração da Alemanha nos países africanos. Dessa forma, identificamos no *Blue Book* dois argumentos que procuravam comprovar a construção do mito colonial alemão. Como observamos, o primeiro argumento sustentava a discrepância do plano colonial alemão em relação àqueles dos outros países europeus; já o segundo argumento procurava dar voz à população nativa da África de Sudoeste para mostrar o quanto a colonização alemã havia sido abusiva. Dessa forma, a Alemanha foi apresentada no *Blue Book* como um país que desrespeitava o projeto europeu de civilização, aquele projeto ainda iluminista que esperava-se servir como uma guia para a política europeia. Contudo, em nosso entendimento, o discurso da culpa colonial alemã não se sustentou somente com a consideração de a Alemanha ter “traído” as outras nações europeias, mas também e, sobretudo, pela forma com a qual os alemães conduziram sua experiência colonial. De fato, como afirmou Christina Towmey e como já observamos anteriormente, o discurso humanitário, de proteção aos nativos africanos foi um ponto basilar para edificar a culpa colonial alemã. Segundo esta autora, os “desejos dos nativos” haviam se tornado um importante trópico discursivo nas discussões sobre o futuro daqueles territórios coloniais.

Para além dessas questões que destacamos com maior cuidado em nosso trabalho, é preciso salientar que na mesma medida em que o *Blue Book* foi utilizado para construir uma imagem negativa da Alemanha como colonizadora, ele também foi um documento importante para a legitimação do poderio imperial da própria Inglaterra, uma vez que a todo o momento contrapõe-se às barbaridades cometidas pelos alemães as maneiras “civilizadas” adotadas pelo colonialismo inglês. Nesse sentido, também é possível analisar este documento como instrumento de uma identidade política inglesa, como a construção política da vitória na I Guerra Mundial, ao invés de analisar a construção identitária do outro como colonizador. No entanto, esta é a perspectiva que nos interessa pois, como já afirmamos, os agentes do

⁷⁵ *Idem*, p. 14 – tradução livre da autora.

imperialismo alemão acabaram assumindo esse discurso construído pelos ingleses e foi a partir dele que o movimento neocolonial se estruturou.

Tendo em vista este contexto, é importante destacarmos que as primeiras reações alemãs contra o *Blue Book* não se iniciaram somente a partir de meados da década de 1920, tampouco limitaram-se à visualidade. Ainda que este seja o foco central desta pesquisa, é importante salientar que o próprio governo alemão tomou a dianteira no processo de desmistificação da culpa colonial alemã. Em 1919, por exemplo, o Departamento Colonial alemão lançou um documento que ficou conhecido como *White Book*, no qual a Inglaterra era acusada de hipocrisia, uma vez que ela enquanto país colonizador também utilizava-se de violência e abusos para manter a ordem colonial. Além disso, os autores do *White Book* levantavam dúvidas acerca da credibilidade das testemunhas apresentadas no Relatório de 1918 e pretendiam provar que, ao contrário do que afirmavam os ingleses, os atos de violência e potencial genocídio eram conhecidos por outros países⁷⁶. De fato, conforme afirmou Towmey, a afirmação de que o massacre dos Hereros havia sido perpetrado *en familie* não se sustentava, uma vez que documentos do Departamento de Relações Internacionais da Inglaterra daquele período deixam claro que o governo britânico tinha conhecimento suficiente, mesmo antes da I Guerra, sobre as atrocidades cometidas pelos alemães na África de Sudoeste⁷⁷.

A derrota alemã na I Guerra e a consequente perda das suas colônias africanas provocou não só uma série de conflitos internos que agitaram o período da República de Weimar, mas exigiu de seu governo um posicionamento frente às graves acusações sobre seu papel de colonizadores. A experiência da derrota e da humilhação também foi apropriada por diversas esferas discursivas que procuravam, cada uma a seu modo, reverter a imagem que ficara da Alemanha e dos alemães enquanto fracassados em seu desempenho colonial. Dessa forma, a literatura desempenhou uma importante função na tentativa de desconstrução da culpa colonial alemã. Podemos citar aqui, por exemplo, o livro *Heia Safari!* publicado em 1920 por Paul von Lettow-Vorbeck, um ex veterano de guerra nas colônias. Segundo Jörg Lehmann este livro apresenta o tópico da fraternidade entre soldados alemães e nativos askaris que lutaram lado a lado contra os ingleses. Segundo Lehmann, o livro de Lettow-Vorbeck procurou mostrar como as virtudes e os valores alemães haviam sido adotados pelos askaris e, dessa forma, mostrar o sucesso da intervenção colonial alemã nos territórios dominados: “Nossos Askaris eram nossos companheiros em todos os momentos. Os ingleses,

⁷⁶ SILVESTER & GEWALD, *op. cit.*, p. 23.

⁷⁷ TOWMEY, Christina, *op. cit.*

que raramente falam sua língua, sempre se apresentam enquanto mestres, ao passo que os alemães tentam aprender a língua de seus irmãos em armas”⁷⁸.

Para finalizar, importa-nos esclarecer novamente que identificar as origens da culpa colonial alemã se faz necessária na construção do argumento do nosso trabalho como um todo, uma vez que o movimento neocolonial alemão partiu dos argumentos apresentados e detalhados neste Relatório para construir sua argumentação sobre o “mito da culpa colonial alemã”. Nesse sentido, a estratégia discursiva adotada por este movimento partia da culpabilização imposta pelos britânicos para se auto-vitimarem, bem como para legitimar tal posição. Como veremos adiante, a “culpa colonial alemã” foi um elemento agregador central na propaganda produzida pelo movimento neocolonial, na medida em que ela partia não só do desejo de reconquistar os territórios perdidos, mas também expressava o desejo de revanche contra os responsáveis por tal perda.

É por esta razão que utilizamos o *Blue Book* como uma fonte primária em nossa pesquisa, uma vez que segundo nossa interpretação, ele foi um instrumento de propaganda inglesa contra o governo alemão no período logo após a I Guerra e, ao mesmo tempo, foi contra a imagem do colonizador alemão criada pelos britânicos que os agentes imperialistas alemães se colocaram. Dessa forma, as análises da propaganda criada pela *Deutsche Kolonialgesellschaft*, que é a fonte primária principal desta dissertação, levam em consideração o contexto discursivo sobre o qual discorreremos acima.

⁷⁸ LETTOW-VORBECK, Paul, *Heia Safari! Deutschlands Kampf in Ostafrika* apud LEHMANN, Jörg, “Fraternity, Frenzy and Genocide in German war literature, 1906-36” In PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011, p. 117.

Capítulo II. Economia alemã e espaço vital: o discurso visual da propaganda neocolonial

“A luta pela geografia não se restringe a soldados e canhões; abrange também ideias, imagens e representações”.

Edward Said

Vimos no capítulo anterior que as reações alemãs às acusações feitas pelos ingleses no *Blue Book* tiveram importância considerável, para não dizer que tomaram todas as atenções em um primeiro momento dentro dos círculos ligados ao imperialismo. Conforme afirmamos, este debate, apesar de inflamar os ânimos não só do empresariado envolvido com os lucros gerados com a dominação colonial, mas também das camadas médias nacionalistas, foi levado a cabo de maneira efetiva pela *Deutsche Kolonialgesellschaft* e se manteve vivo sobretudo no âmbito da propaganda.

Conforme já afirmaram alguns estudiosos do imperialismo alemão⁷⁹, durante as décadas de 1920 e 1930 a ideia da necessidade das colônias foi mais impactante e teve um papel ideológico mais agregador do que nas décadas precedentes. Ainda que nenhum programa político de recuperação das colônias tenha sido colocado em prática nem pelo governo de Weimar, nem pelo governo de Hitler, o meio de ação utilizado para manter viva a ideia do imperialismo foi a propaganda. De acordo com Helmuth Stoecker, esta foi a medida tomada pois, com exceção da propaganda política, havia poucas coisas que o governo e os grupos de interesse podiam fazer nos anos subsequentes à perda das colônias. Nesse primeiro momento, tal fato pode ser explicado pela posição enfraquecida da Alemanha enquanto potência imperial, o que abalou a relação deste país com as potências ocidentais, fazendo com que as negociações que procuravam solucionar o impasse territorial perdessem força no cenário geopolítico internacional da época⁸⁰. Em um segundo momento, como veremos mais adiante, no período do III *Reich*, a propaganda foi a política colonial adotada por outros motivos, como por exemplo a prioridade dada à expansão territorial ao leste da Europa.

Dessa forma, a DKG foi a responsável por produzir e divulgar o material propagandístico que tinha como principal meio de divulgação a revista *Deutsche*

⁷⁹ Ver por exemplo OLUSOGA, D. & ERICHSEN, C., *op. cit.*, p. 310; PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J., *op. cit.*, p. 2 e BARANOWSKI, Shelley. “Against ‘human diversity as such’: Lebensraum and Genocide in the Third Reich” In LANGBEHN, V. & SALAMA, M. (Ed.) *op. cit.*, p. 56.

⁸⁰ STOECKER, H., *op. cit.*, p. 308.

Kolonialzeitung, produzida desde o final do século XIX. No entanto, ainda que observemos a existência de um grande número de panfletos e brochuras que circularam nesta época que continham informações sobre as colônias e textos de pessoas ligadas à empreitada imperialista que discutiam os benefícios de tais territórios, o foco do nosso trabalho são as imagens que circulavam nessas publicações e que eram veiculadas também sob a forma de cartões postais e cartazes afixados nas exposições coloniais. De toda forma, antes de nos alongarmos mais detalhadamente nas características dessa *paisagem visual*, importa-nos destacar o papel desempenhado pela DKG na sua constituição.

Como já afirmamos, a *Deutsche Kolonialgesellschaft* foi criada no final da década de 1880 e não foi dissolvida após o fim do domínio colonial formal da Alemanha. Este é um fato relativamente simples, mas que indica o posicionamento dos agentes imperialistas alemães quando à perda das colônias. A sobrevivência da Sociedade Colonial Alemã representava o baluarte institucional para continuar a promover a ideia imperialista, agora muito mais ligada a um sentimento revanchista e de recuperação do orgulho nacional. Dessa maneira, uma das diretrizes apresentadas pela própria *Deutsche Kolonialzeitung* em 1919 postulava que a DKG deveria ter como seu foco principal “ajudar uma parcela cada vez maior da população alemã a se tornar consciente da necessidade das possessões coloniais e a difundir a mensagem de que a Alemanha possuía direitos inalienáveis a suas colônias ao redor do mundo”⁸¹.

Nosso objetivo é destacar as maneiras pelas quais a propaganda imperialista após o Tratado de Versalhes ressignificou alguns conceitos do imperialismo oitocentista, assim como criou novas visões sobre o fenômeno a partir das contingências de seu contexto.

2.1. Argumentos econômicos

De acordo com o que apontamos na Introdução deste trabalho, optamos por dividir nosso conjunto de fontes visuais ao longo de dois capítulos e por seções temáticas. As análises das imagens feitas de uma forma minuciosa pretendem providenciar uma base interpretativa mais sólida para ancorar as nossas conclusões.

De forma geral, quando observamos as imagens que compõem o conjunto que se refere aos argumentos econômicos, notamos uma exaustiva recorrência de imagens que

⁸¹ *Deutsche Kolonialzeitung*, 20 de agosto de 1919 *apud* STOECKER, H. *op. cit.*, p. 303 – tradução livre da autora.

pretendem demonstrar por meio de números e estatísticas dispostos em gráficos e tabelas os benefícios das colônias para a economia alemã.

Conforme observamos nestas primeiras imagens, acreditamos que elas tenham sido produzidas já no período do governo nazista, vide os anos finais de comparação apresentados nas figuras. Deixaremos a discussão sobre a propaganda no governo hitlerista de uma forma mais cuidadosa para outro momento do trabalho, uma vez que, ainda que estas imagens tenham sido produzidas no contexto do Nacional-Socialismo elas não trazem em si uma demonstração explícita de filiação ao Partido NSDAP (como será o caso de algumas das fontes analisadas no terceiro capítulo). Com essa escolha, entretanto, não estamos querendo diminuir ou ignorar a importância deste contexto na produção destas imagens em específico. O que queremos é justamente salientar que a ausência desta conexão direta imagem-partido revela-se um componente importante de investigação, uma vez que estas propagandas trazem em si uma pretensa marca de “cientificidade”, uma característica que, embora menos trabalhada pelos estudiosos (que preferem analisar propagandas que inflamam as paixões dos cidadãos de uma forma explícita), esteve também presente na produção propagandística deste período.

A figura 1 apresenta-nos uma tabela comparativa das importações e exportações entre os anos de 1913 e 1928. As informações apresentadas mostram uma pequena elevação do valor das exportações com relação às importações. Dessa forma, a tabela procura evidenciar a necessidade do controle colonial para o equilíbrio da economia. Para além das informações contidas na imagem, as quais devemos sempre ter um olhar bastante crítico, uma vez que uma das funções da propaganda é inflar seus argumentos, sejam eles quais forem, apresentando dados que não necessariamente correspondem com a real situação, é interessante notar o apelo visual contido nessa imagem. A tabela não é apresentada ao público leitor sozinha, mas está inserida ao redor de figuras que correspondem a todo um imaginário construído a respeito das colônias africanas. Vemos no desenho os produtos coloniais que eram importados pela Alemanha – como banana, cacau, madeira - e uma paisagem de fundo bastante homogênea que reforçava imagens já pré-concebidas e bastante difundidas na época por meio da literatura e do cinema.

Observamos também na imagem que se pospõe à tabela a existência de algum tipo de maquinário, bem como a figura de um negro no centro. Podemos afirmar que a inserção de imagens de produtos industrializados na figura de um ambiente colonial conota uma ligação necessária e profícua entre estes diferentes mundos. Assim como as informações da tabela

apresentam dados favoráveis à relação comercial da Alemanha com suas colônias, a imagem que se justapõe a essa tabela também apresenta uma relação de necessidade mútua entre os países colonizados – que, segundo o entendimento dos imperialistas, necessitavam da tecnologia e da civilização a ser ofertada pelos alemães – e os próprios alemães – que necessitavam dos produtos primários coloniais para o desenvolvimento de suas indústrias. Além disso, a presença do negro neste cenário materializa a união desses dois mundos: o nativo, apresentado aqui unicamente como mão de obra, é o elo entre o mundo “selvagem” e o mundo “civilizado”, apresentando-se como uma relação absolutamente, fruto do êxito da colonização alemã.

Cabe observarmos também que a imagem, mesmo tendo sido produzida quando a Alemanha já não possuía mais colônias, ainda utiliza o termo “nossas colônias” ou “colônias alemãs”. Este é um ponto de discussão que voltaremos mais adiante, mas importa-nos deixar claro desde já que este posicionamento denota o entendimento de que as colônias foram roubadas dos alemães e que a situação geopolítica daquele momento era reconhecida como ilegítima pelo governo alemão.

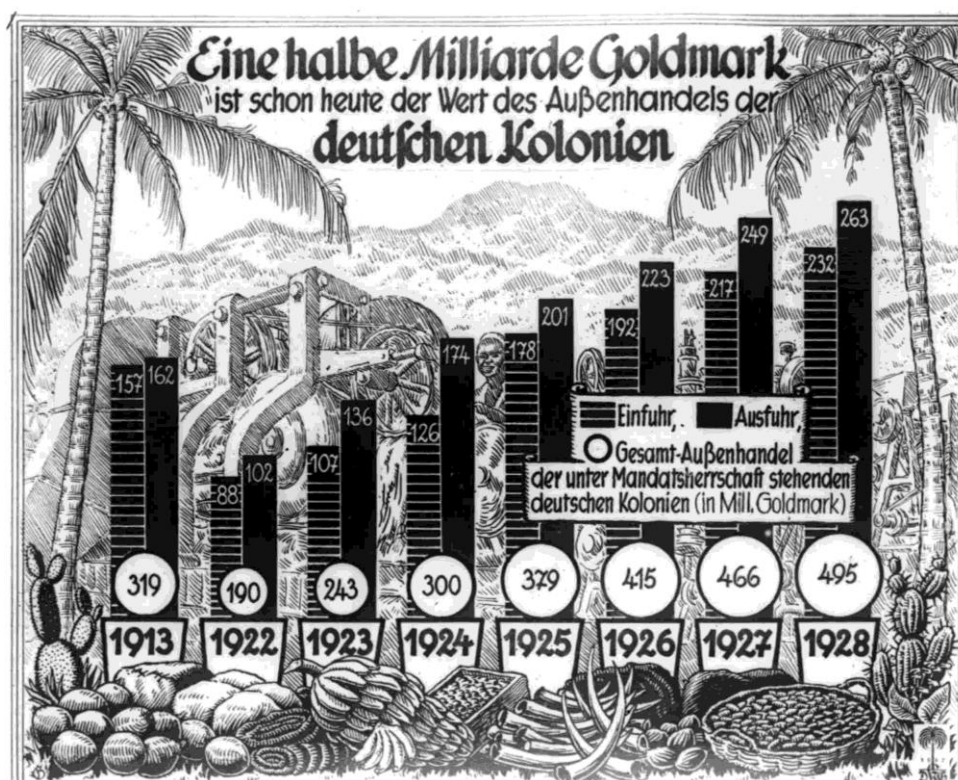


Figura 1. Título: Meio bilhão de Marcos já é o valor do comércio exterior nas colônias alemãs. **À esquerda em negrito:** Importação – Exportação. **Abaixo:** Total do comércio exterior dos países mandatários que ficaram com as colônias alemãs (em Marcos).

As figuras 2, 3, 4 e 5 também apresentam tabelas, porém, diferentemente da primeira figura analisada, elas não possuem um comparativo entre anos diferentes, mas trazem os números das importações e exportações dos anos 1936 (figuras 2 e 3) e 1937 (figuras 4 e 5) referentes às matérias-primas. De acordo com as informações estatísticas dispostas nessas tabelas, a Alemanha importava grandes quantidades dos produtos citados, sobretudo aqueles provenientes da extração natural tais como o algodão, os couros, as peles, a borracha, a madeira, o cobre, o café e o cacau. Todos os produtos apresentados nessas tabelas referem-se sobretudo a matérias-primas utilizadas na indústria alimentícia e na indústria de vestuário, mas também nas indústrias pesadas, como siderúrgicas (caso do cobre e do fosfato).

Estas figuras apresentam não só uma função informativa, na medida em que pretendem demonstrar ao leitor a quantidade importada de tais produtos, mas também uma função pedagógica, na medida em que a visualidade que acompanha as referências numéricas e gráficas refere-se aos produtos finais obtidos com estas matérias-primas, demonstrando dessa forma, a necessidade dos produtos primários coloniais para o desenvolvimento da indústria nacional alemã.



Figura 2. Título: Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias. **Subtítulo:** Barra da esquerda: importação; Barra da direita: exportação em 1936. **Produtos:** algodão, sumaúma, sisal, fosfato, couros e peles, borracha, madeira e cobre.

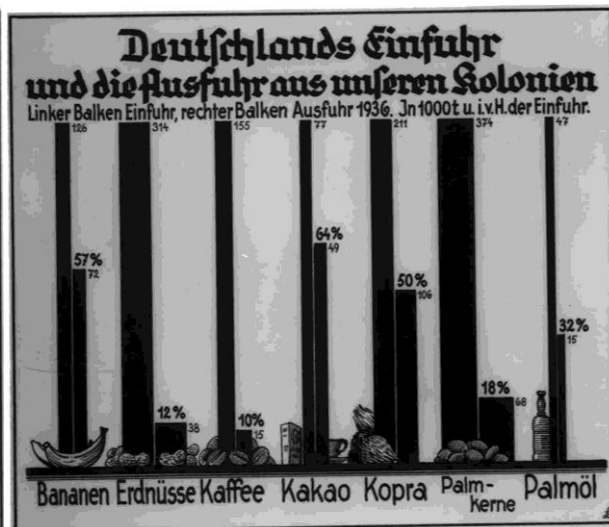


Figura 3. Título: Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias. **Subtítulo:** Barra da esquerda: importação; Barra da direita: exportação em 1936. **Produtos:** Banana, amendoim, café, cacau, semente de palmeira, óleo de palma.

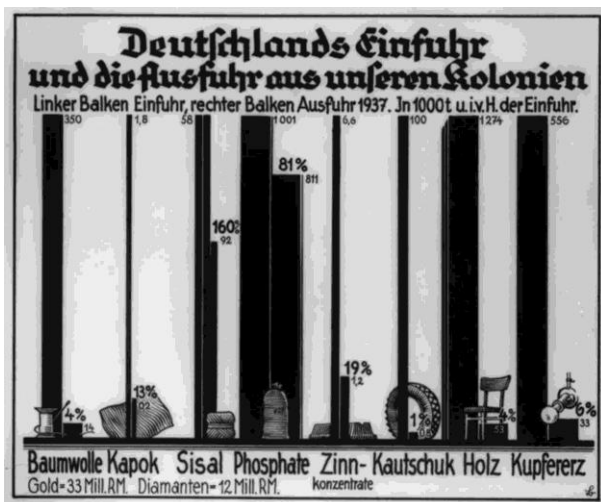


Figura 4. Título: Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias. **Subtítulo:** Barra da esquerda: importação; Barra da direita: exportação em 1937. **Produtos:** algodão, sumaúma, sisal, fosfato, zinco, borracha, madeira e cobre.

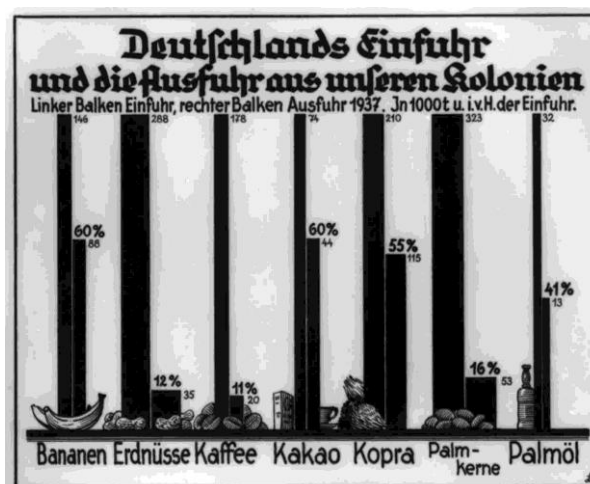


Figura 5. Título: Importação e Exportação da Alemanha a partir das nossas colônias. **Subtítulo:** Barra da esquerda: importação; Barra da direita: exportação em 1937. **Produtos:** Banana, amendoim, café, cacau, semente de palmeira, óleo de palma.

Se as figuras anteriores apresentam um tom de pretensa neutralidade, apenas informando ao leitor os dados econômicos da relação da Alemanha com suas ex-colônias, as figuras que analisamos a seguir apontam, ainda que de forma sutil, os culpados por esta situação. Conforme observamos, as figuras 6 e 7 referem-se ao papel desempenhado pela Alemanha na importação dos produtos da África de Sudoeste. Segundo ambos os quadros, em 1912 a Alemanha figurava como a protagonista que recebia as matérias primas desta colônia. No entanto, conforme apontam as imagens, nos anos de 1928 e 1933 a África de Sudoeste exportava a maior parte de sua produção para outros países graças à dominação inglesa e sul africana nesta colônia a partir de 1915.



Figura 6. Título: A participação da Alemanha na importação da África Alemã de Sudoeste caiu de 81,36 para 18,38 por cento, porque hoje sua economia deve servir quase inteiramente aos ingleses e sul-africanos. **Ao lado do número 1912:** Importação da Alemanha x de outras nações. **Ao lado do número 1928:** Alemanha x Importação de outras nações.



Figura 7. Título: A participação da Alemanha na importação da África Alemã de Sudoeste caiu de 81,36 para 11,5 por cento, porque hoje sua economia deve servir quase inteiramente aos ingleses e sul-africanos. **Ao lado do número 1912:** Importação da Alemanha x de outras nações. **Ao lado do número 1933:** Alemanha x Importação de outras nações.

Para além de apresentar dados alarmantes para a economia alemã, estas figuras possuem recursos visuais bastante interessantes. Assim como as figuras anteriores, estas imagens apresentam desenhos de alguns dos produtos finais obtidos ou dependentes das matérias primas importadas das colônias, como, por exemplo, a madeira e o combustível para automóveis. Outra característica visual dessas figuras que importa-nos destacar é o contraste reforçado pela oposição entre o claro e o escuro nos quadros que englobam os desenhos, sublinhando visualmente o fato de as importações para a Alemanha terem diminuído.

As figuras 8 e 9 apresentam uma construção visual e argumentativa muito próxima às anteriores. Aqui também aparecem dados econômicos que indicam a diminuição da participação da Alemanha nas importações de Camarões e da África Oriental, territórios coloniais também perdidos pela Alemanha após 1919. Novamente nessas figuras a visualidade possui a função de indicar os benefícios extraídos das colônias e transformados pela indústria alemã, assim como são apresentados para o espectador os dados estatísticos que comprovam a veracidade da situação de perda econômica com a perda das colônias. Da mesma forma como as figuras 6 e 7, as imagens 8 e 9 também contém quadros que expõem os desenhos dos produtos primários e beneficiados diagramados da mesma forma que os anteriores, com a utilização do contraste claro/escuro para ressaltar o dano causado para a economia alemã.



Figura 8. Título: A Alemanha perdeu a posição de líder econômico nos Camarões em favor dos Mandatários. Nossa quota de importação de Camarões afundou de 79,5 para 13,9 por cento. **Ao lado do número 1912:** Importação da Alemanha x de outras nações. **Ao lado do número 1928:** Alemanha x Importação de outras nações.



Figura 9. Título: A participação da Alemanha na importação da África Oriental Alemã caiu de 51,32 para 10,2 por cento, porque agora a Inglaterra como Mandatária faz os negócios com a África Oriental. **Ao lado do número 1912:** Importação da Alemanha x de outras nações. **Ao lado do número 1933:** Alemanha x Importação de outras nações.

Além de procurar mostrar o quanto a perda das colônias prejudicou a economia alemã, conforme vimos nas imagens anteriores, a propaganda do movimento neocolonial produzida pela Sociedade Colonial Alemã também pretendia expor o crescimento do comércio exterior das colônias de forma geral, afirmando que quem estava se beneficiando com tal crescimento eram os países mandatários e não a Alemanha.



Figura 10. Título: As colônias alemãs em África já têm mais de 400 milhões de Marcos em vendas por ano, que beneficiam predominantemente os Mandatários. **Acima à direita:** Comércio exterior dos países mandatários que ficaram com as colônias alemãs em África em milhões de Marcos. **Inferior à direita:** Importação – exportação – total do comércio exterior.

Como podemos observar, a figura 10 apresenta um gráfico com um apelo visual bastante evidente, expondo os números do comércio exterior total das ex-colônias alemãs. De acordo com tal gráfico, observamos que o montante final do comércio exterior passou de 286 milhões de Marcos em 1913 para 405 milhões em 1928 e que tal crescimento beneficia sobretudo França e Inglaterra, os países que controlavam as colônias perdidas. Uma outra característica visual desta imagem em particular e que era recorrente nestas propagandas, como veremos a seguir, é a presença do mapa do continente africano com os territórios perdidos demarcados e destacados na composição da imagem que pretende ensinar ao espectador a localização geográfica dos territórios “alemães” em África. Além disso, os territórios são apresentados no desenho do mapa de forma exagerada, em alto relevo e em tamanho excessivamente maior do que realmente eram na escala cartográfica da época. Isto é

claramente um mecanismo de produção visual desta propaganda que tinha o objetivo de fazer com que o público espectador se conscientizasse sobre a importância do movimento neocolonial e no impacto da perda das colônias para suas vidas.

Assim como a figura 10, as figuras 11, 12 e 13 também procuram mostrar o crescimento do comércio exterior das colônias, mas aqui enfocando as estatísticas particulares de Camarões, África de Sudoeste e África Oriental. Estas três figuras também apresentam um apelo visual que chama a atenção do leitor não só pelas imagens que correspondem ao imaginário coletivo sobre o continente africano, sendo a presença de palmeiras o único elemento de tal estereótipo, mas também pelo fato de que os próprios dados estatísticos são apresentados inseridos no que chamaremos aqui de *visualidade colonial*. Além disso, podemos observar nestas figuras desenhos de navios. Dessa forma, além dos desenhos que remetem à natureza e ao “primitivo” e “exótico” da África, o discurso visual destas figuras apresenta também uma característica bélica que denota uma familiaridade dos produtores da propaganda neocolonial e dos possíveis espectadores com a linguagem da guerra.

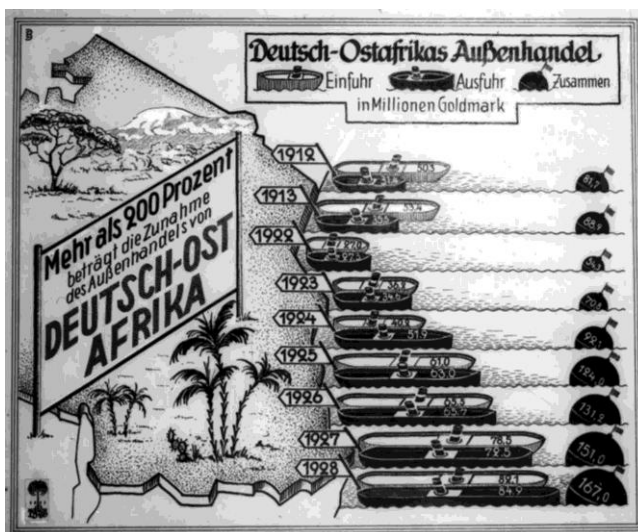


Figura 11. Título: Mais de 200 por cento de aumento no comércio exterior da África Oriental Alemã. **Acima à direita:** Comércio exterior da África Oriental Alemã: Importação – Exportação – Juntos (em milhões de Marcos).

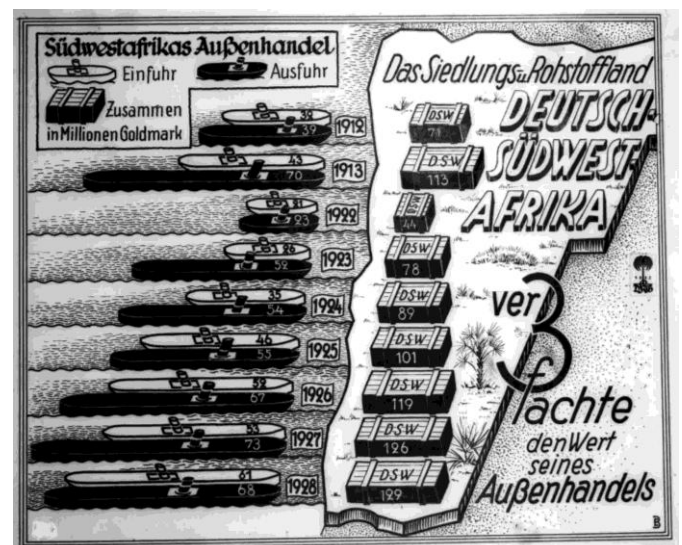


Figura 12. Título: A África de Sudoeste Alemã triplicou o valor de seu comércio exterior. **Acima à direita:** Comércio exterior da África Alemã de Sudoeste: Importação – Exportação – Juntos (em milhões de Marcos).



Figura 13. Camarões triplicou de 1922 para 1928 o valor de seu comércio exterior. **Acima à direita:** Comércio exterior de Camarões: Importação – Exportação – Juntos (em milhões de Marcos).

É necessário dizer neste momento que dentre as 38 figuras selecionadas que trazem o que aqui chamamos de argumento econômico, nem todas apresentam imagens. Algumas apresentam somente tabelas e gráficos com dados numéricos, sem o apelo visual que as aqui analisadas possuem. No entanto, ainda que o estudo de tais fontes seja imprescindível para a construção dos nossos argumentos, expomos neste trabalho somente as propagandas que dão destaque para a visualidade, uma vez que este é o objeto por excelência de nossa pesquisa. Conforme afirmamos anteriormente, observamos uma recorrência exaustiva de propagandas que apresentam dados estatísticos. Entretanto, nos chama a atenção a recorrência das propagandas que apresentam imagens na sua composição. Isso nos é um indicativo de como a visualidade foi utilizada para reforçar estereótipos e, ao mesmo tempo, construir novas percepções estéticas relacionadas ao imaginário colonial. Ao apresentar sistematicamente dados econômicos ao lado de imagens de matérias primas e produtos delas derivados, procurava-se naturalizar a ligação entre o bom funcionamento da economia alemã e as suas ex-colônias.

É justamente a partir desta constatação, de que o apelo visual contido nessas propagandas pretendia não só reforçar um estereótipo já bem estabelecido, mas também criar novos discursos para justificar uma política de recuperação dos territórios perdidos, que entendemos o termo visualidade colonial. Segundo nossa leitura, esta visualidade colonial compõe-se de uma série de imagens já pré-estabelecidas e selecionadas pelos seus produtores.

Conforme afirmou Ernest Gombrich, a impressão visual do produtor de uma imagem está sempre ancorada em impressões anteriores, visuais ou não. O que Gombrich denomina de *schemata* é aquilo que reconhecemos como estereótipo e que é, ao fim e ao cabo, o componente essencial na formação da visualidade colonial: o produtor da imagem só é capaz de perceber e representar o mundo a sua volta a partir de determinados códigos visuais já estabelecidos (o que não retira, segundo o autor, a capacidade de originalidade do artista; no entanto, tal originalidade está de certo modo limitada por tais códigos): “O familiar será, sempre, o ponto de partida para a representação do desconhecido. Uma representação existente exerce sempre fascínio sobre o artista, mesmo quando ele se esforça para registrar a verdade”⁸². Dessa forma, não podemos afirmar que os elementos visuais contidos na visualidade colonial foram necessariamente um trabalho de manipulação visual de seus produtores, ainda que, evidentemente, tenha existido um processo de seleção e escolha. O que nos parece mais plausível é que a construção da visualidade colonial nestas propagandas utilizava-se dos estereótipos sobre as colônias já difundidos na sociedade alemã por serem os estereótipos as únicas referências visuais ao alcance dos produtores de tais propagandas⁸³. Com isso não queremos afirmar que nossas fontes foram produzidas de forma ingênua e tampouco que somente refletiam estereótipos para repetir os discursos que os acompanhavam. É justamente esse o ponto que separa nossa reflexão sobre a visualidade colonial das reflexões sobre estereótipos em geral: a visualidade colonial utilizou-se dos estereótipos sobre a África e os africanos para produzir um novo discurso, um discurso propagandístico que se moldava à ânsia da Sociedade Colonial Alemã e seus integrantes na busca pelas colônias perdidas.

Conforme afirmamos no início deste capítulo, acreditamos que as propagandas aqui analisadas foram produzidas já no período do Terceiro *Reich*, mas, ao contrário das propagandas que veremos no capítulo 3, estas não apresentam uma filiação explícita ao Partido Nacional-Socialista. Contudo, é justamente a ausência dessa ligação direta entre a propaganda e o Partido que merece atenção especial.

De acordo com Hannah Arendt, a propaganda totalitária utiliza-se da “cientificidade” como uma técnica publicitária advinda das propagandas dirigidas à massa. Segundo essa autora, podemos encontrar nas propagandas totalitárias os mesmos recursos – “fatos,

⁸² GOMBRICH, Ernest. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 72.

⁸³ As referências visuais sobre o colonialismo foram difundidas desde o fim do século XIX através da literatura e, posteriormente, através do cinema. Ver, por exemplo, BREPOHL DE MAGALHÃES, M., *Imaginação Literária e Política ...*, *op.cit.*; SAID, Edward, *op.cit.* e BEGHETTO, Lorena. *Aventura e Alteridade: o domínio de outros na literatura de aventura de Emilio Salgari (1862-1911)*. Tese de Doutorado em História, UFPR, Curitiba, 2014.

algarismos e o auxílio de um departamento de ‘pesquisa’⁸⁴ – da publicidade para o consumo, que procura comprovar que o sabonete do fabricante x é melhor do que o do fabricante y. A utilização da “cientificidade” como ponto central nos discursos propagandísticos do século XX é fruto da construção de um paradigma científico baseado na racionalidade que emerge no Ocidente a partir do século XVI e que se consolida no século XIX. Segundo Boaventura de Sousa Santos, essa racionalidade científica que molda a ciência moderna dá à matemática um papel de destaque, uma vez que ela “fornece não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação”⁸⁵. Dessa forma, o conhecimento só é possível pela quantificação e rigor das medições.

Não é à toa, pois, que tendo como plano de fundo social a crença de que o conhecimento científico baseado nos dados quantitativos é o conhecimento verdadeiro, a publicidade (seja ela para fins de consumo ou políticos) se apropriou desta lógica para vender seu produto ou seu discurso. É a partir desta perspectiva que compreendemos porque a propaganda do movimento neocolonial utilizou-se exaustivamente das comprovações estatísticas na formulação do seu discurso. O uso de números que “comprovam” a veracidade dos ganhos econômicos advindos das colônias não pretendia somente informar ao espectador a situação da economia colonial. No contexto em que trabalhamos, no qual a Sociedade Colonial Alemã precisava reafirmar sua posição perante o restante da sociedade alemã, a demonstração de que as colônias eram de fato um benefício para o país devia, sobretudo, servir para angariar adeptos à causa colonial. Por outro lado, o uso da estatística nessa propaganda era uma maneira mais sutil de destilar sentimentos do que o uso de palavras inflamadas das outras propagandas, na medida em que a informação numérica de ganhos econômicos apresentada ao espectador era veiculada com uma série de outros fatores, como a visualidade colonial e o próprio contexto do movimento neocolonial, que juntos promovem um efeito de sentido bem direcionado:

“O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar”⁸⁶.

⁸⁴ ARENDT, Hannah, *op. cit.*, 1989, p. 394.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 27.

⁸⁶ *Idem*, p. 31.

Nesse ponto, podemos nos indagar: mas os números apresentados pela propaganda correspondiam às estatísticas reais? Segundo Helmuth Stoecker, durante o período do colonialismo formal inúmeros documentos que informavam sobre os gastos alemães com as colônias eram alterados, uma vez que os altos gastos do governo e o pouco retorno para a sociedade eram sempre um importante argumento para aqueles que se opunham à colonização⁸⁷. Dessa forma, não estaríamos equivocados ao supor que os números apresentados nessas propagandas também sofressem alterações. No entanto, para nossos propósitos de analisar a construção do discurso do movimento neocolonial, é mais importante entender a manipulação da estatística do que a realidade dos números apresentados, na medida em que é justamente o “efeito de verdade” provocado pelos números que dá credibilidade ao discurso proposto.

O conjunto de propagandas agrupadas sob o título de ‘argumentos econômicos’, além de apresentar imagens que recorrem exaustivamente a tabelas e gráficos associadas a imagens de palmeiras e matérias-primas para sustentar seus argumentos, também apresenta um segundo subconjunto que pretende “ensinar” ao espectador a maneira pela qual a economia colonial é realizada e como os produtos coloniais beneficiam a indústria alemã.



⁸⁷ STOECKER, Helmuth, *op.cit.*, p. 191.

Figura 14. Título: Sem colônias o ciclo colonial é interrompido. 1. O dinheiro alemão vai como moeda estrangeira para o exterior para que 2. Os produtos coloniais venham para a pátria-mãe. **Abaixo da imagem:** Poupança de divisas por meio das próprias colônias!



Figura 15. Título: A circulação da economia nacional entre metrópoles e colônias. 1. Capital alemão nas colônias 2. Produtos coloniais na pátria mãe 3. Produtos industrializados nas colônias 4. Aumento do fluxo de capitais na pátria mãe. **Abaixo à direita:** Ausência de fuga de capital para o exterior.

As figuras 14 e 15 possuem um caráter bastante pedagógico, na medida em que não só informam seu leitor sobre o processo de troca comercial, mas também explicam quase que passo a passo os caminhos da economia de trocas entre o país europeu e suas colônias. Texto verbal e não verbal se conjugam nestas propagandas para ensinar ao público as etapas envolvidas nesse processo.

A atividade comercial é explicada na figura 14 em dois momentos: o primeiro, no qual “o dinheiro alemão vai como moeda ao exterior” e o segundo momento, quando então “os produtos coloniais chegam à pátria mãe”. O procedimento do comércio com as colônias é apresentado aqui de um modo bastante simplificado e bastante naturalizado, o que é reforçado pelo título que afirma que sem a posse de colônias o ciclo da economia (então entendido como natural e como um caminho óbvio para um país industrializado como a Alemanha do período) é obstruído. A partir dessa mesma lógica, a representação imagética do ciclo econômico apresentada pela propaganda também expõe um processo bastante naturalizado, ao

aproximar geograficamente o território alemão - identificado na imagem pela palavra *Heimat* (pátria) e pelos desenhos de construções e das pessoas brancas que carregam um produto industrializado em direção à colônia - do território estrangeiro – identificado pela palavra *Ausland* (exterior) e pelos desenhos de barris e caixotes e de um homem branco ao lado de um homem negro que carregam matérias primas -, sugerindo uma interpretação de que as colônias são uma extensão natural da Alemanha.

Observamos que esta figura utiliza a palavra *Heimat* que, no original alemão, é mais comumente traduzida para o português como pátria, assim como a palavra alemã *Vaterland*. No entanto, há uma significativa diferença entre as duas. Segundo Brepohl, “*Heimat* denota os sentimentos pessoais que se nutre pela terra natal (uma aldeia ou um município) ou, mais simplesmente, o lugar em que se nasceu; *Vaterland* é um termo emprestado das línguas latinas e utilizado no vocabulário jurídico pelo nacionalismo oficial, para designar o país de origem de um determinado cidadão”⁸⁸. Dessa forma, o emprego de *Heimat* ao invés de *Vaterland* na propaganda sugere que a pátria não é somente o território alemão, mas a *conexão sentimental* entre este território e seus habitantes. Neste mesmo sentido assumido pela palavra *Heimat*, a palavra *Mutterland* foi utilizada na época do Nazismo também para indicar essa conexão sentimental⁸⁹. Assim, mistura-se nesse discurso o apelo aos dados estatísticos, na busca pela “verdade” da situação, ao mesmo tempo em que o mesmo discurso assentado sobre bases ‘científicas’ apresenta noções mais íntimas para explicar o processo do ciclo econômico.

Seguindo a mesma construção verbal e imagética, a figura 15 também apresenta uma explicação das trocas comerciais coloniais, porém de uma forma mais detalhada: em um primeiro momento, o capital alemão vai para as colônias; em seguida os produtos coloniais são enviados à pátria-mãe; em um terceiro momento, os produtos industrializados feitos das matérias primas coloniais são enviados novamente para as colônias; e, finalmente, há um aumento de giro de capital na Alemanha. Nesta propaganda a atividade comercial também é apresentada de forma bastante simplificada e naturalizada e, assim como a figura anterior, interpreta o processo comercial entre colônias e metrópole de forma direta e sem quaisquer outros obstáculos. Aqui também a visualidade colonial é utilizada para identificar o continente africano em oposição ao continente europeu, com suas indústrias.

⁸⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Pangermanismo e Nazismo...*, op.cit., p 83.

⁸⁹ O termo *Mutterland* foi muito utilizado à época do Nazismo para fazer referência à Alemanha, seu país mãe. No entanto, após o fim do Terceiro Reich esse termo caiu em desuso, pois ficaria marcado pelo período, sendo substituído pelo termo *Vaterland*, utilizado até os dias de hoje.

É interessante sublinhar o fato de que este tipo de propaganda apresenta não só os benefícios econômicos que o colonialismo proporciona para a Alemanha, mas deixa claro que o colonialismo também beneficiou as colônias, na medida em que seria por meio deste intercâmbio comercial que as colônias teriam acesso aos produtos industrializados produzidos nas metrópoles.

Para além das imagens que ensinam ao espectador sobre o ciclo econômico colonial, há outro tipo de propaganda que procura mostrar ao leitor o que as colônias oferecem de melhor para o cotidiano do país.

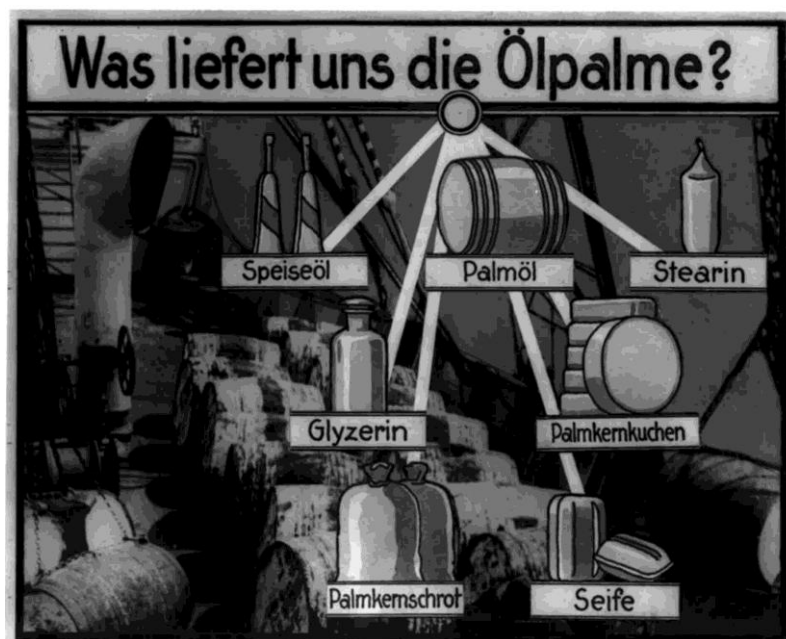


Figura 16. O que nos fornece o óleo de palma? Óleo de cozinha, óleo de palma, estearina, glicerina, semente de palmeira, sabão.

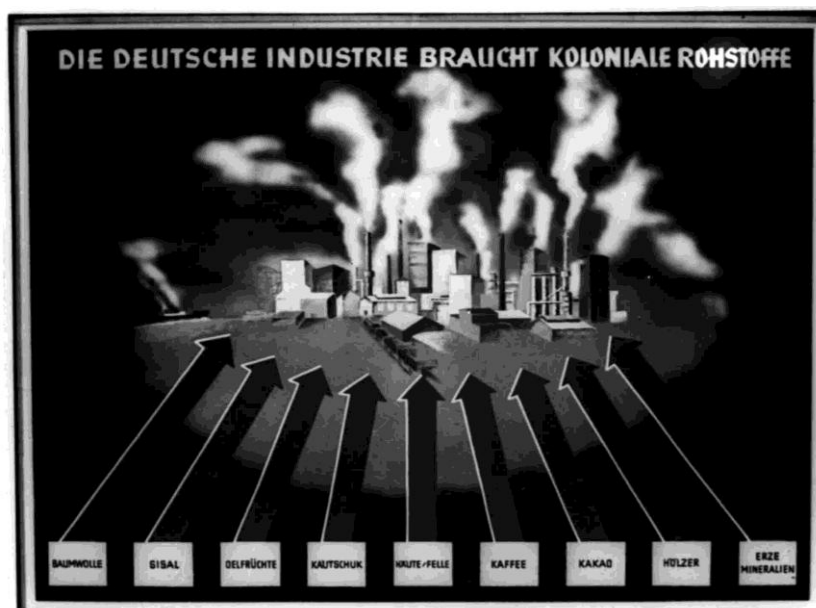


Figura 17. A indústria alemã precisa de matérias-primas coloniais. Algodão, sisal, frutas, borracha, couros de peles, café, cacau, madeiras, minérios.

Essas propagandas também possuem uma função pedagógica e atuam em duas frentes discursivas: enquanto a figura 16 mostra quais são os produtos industrializados provenientes do óleo de palma que fazem parte do dia-a-dia da população alemã (como o sabão, o óleo de cozinha etc), a figura 17 sublinha quais são os produtos coloniais que são efetivamente necessários para o desenvolvimento da indústria alemã, entre eles, a borracha, o fosfato, o cacau e o café.

Dessa forma, podemos afirmar que as propagandas agrupadas aqui que apresentam o que chamamos de argumentos econômicos, pretendiam não só bombardear os espectadores com informações estatísticas que “validavam” o discurso de que a economia alemã realmente se beneficiava com o colonialismo, como também pretendiam fornecer aos seus leitores meios didáticos de fácil compreensão para que eles soubessem a maneira pela qual esses benefícios se concretizavam no cotidiano da população alemã. Conforme afirmou Helmuth Stoecker, a propaganda do movimento neocolonial direcionava-se principalmente para a classe média e para a classe trabalhadora, os segmentos sociais que mais sofreram com as consequências econômicas da I Guerra e, posteriormente, com a crise de 1929, e procurava transmitir a mensagem de que “a restituição das colônias alemãs colocaria um fim à fome, à miséria e ao desemprego”⁹⁰.

Devemos lembrar que estes materiais de propaganda circulavam nos periódicos da Sociedade Colonial Alemã e eram expostos em forma de cartazes em Exposições Coloniais (ver ANEXO 2), uma atividade que já existia desde a fundação da DKG, mas que ganhou força na segunda metade da década de 1930 com a filiação desta sociedade ao Partido Nazista. Como afirmamos anteriormente, a adesão da população alemã como um todo ao movimento colonial não havia sido tão expressiva quanto os agentes do imperialismo alardeavam no final do século XIX. Contudo, a partir da filiação da DKG ao Partido Nacional-Socialista, a propaganda colonial não somente ganhou força, mas também e, sobretudo, ganhou mais adeptos.

⁹⁰ STOECKER, Helmuth, *op. cit.*, p. 305 – tradução livre da autora.

2.2. Argumentos territoriais

Vimos no capítulo anterior alguns elementos estruturantes do pensamento imperialista europeu como um todo e alemão em particular. Afirmamos que em suas primeiras formulações, ainda no século XIX, o fenômeno do imperialismo foi entendido, sobretudo a partir da sua característica econômica, mas também foi interpretado como um elemento estruturante da configuração geopolítica da virada do século. Nesse sentido, interessa-nos sublinhar neste capítulo as maneiras pelas quais a propaganda do movimento neocolonial alemão ressignificou conceitos do imperialismo oitocentista, e também criou novas visões sobre o fenômeno a partir das contingências do período entre guerras. Já vimos como a ideia da importância de colônias para a economia nacional foi reapropriada nesse contexto; importa-nos agora avançar na compreensão de tais ressignificações a partir das propagandas que traziam a ideia de espaço vital como temática central.



Figura 18. Título: O Tratado de Versalhes reforça a necessidade de espaço. **Dentro do mapa:** Foi-se arrancado de nós! Abaixo à direita: Um pedaço de terra de interesse vital é arrancado da Alemanha. Isso significa para a Alemanha um roubo de mais de 1/7 de seu território, que deve dar terra e trabalho para mais de 64 milhões de pessoas.

Na figura 18, a ideia de *Lebensraum* (espaço vital) é apresentada como sendo uma necessidade que surge após o Tratado de Versalhes. Na realidade, o conceito de espaço vital data da segunda metade do século XIX e já era utilizado para pensar a expansão colonial naquela época. No entanto, o discurso é construído aqui de tal forma que a justificativa da

busca por mais espaço recai sob a responsabilidade dos outros países e apresenta a Alemanha como vítima da situação. As palavras de ordem “Foi-se arrancado de nós” que figuram dentro do mapa direcionam a leitura da circunstância a partir de um ponto de vista bastante específico: aquele que julga a situação atual da Alemanha como ilegal, ou seja, resultado de um processo violento de espoliação dos direitos alemães pelos países da Liga das Nações.

Nesse sentido, apresentam-se aqui dois personagens e seus papéis bem definidos no jogo geopolítico daquele momento: a Alemanha, vítima da violência imposta pelo Tratado de 1919 é aquela que sofre para “dar terra e trabalho a 64 milhões de pessoas”; e os países signatários do Tratado – implicitamente representados nesta propaganda – que são culpados de a Alemanha encontrar-se nessa situação. Além disso, é importante notar que a maneira pela qual o discurso é construído auxilia na definição deste jogo. O texto localizado no canto inferior direito da imagem apresenta números e dados estatísticos que procuram trazer ares de credibilidade às informações. Além disso, o mapa apresentado na imagem diz respeito ao território alemão anterior à Guerra e insinua que as partes retiradas do país possuem a capacidade de providenciar trabalho e moradia ao povo alemão (notamos na imagem que há algumas partes do mapa em que os desenhos parecem casas e indústrias).

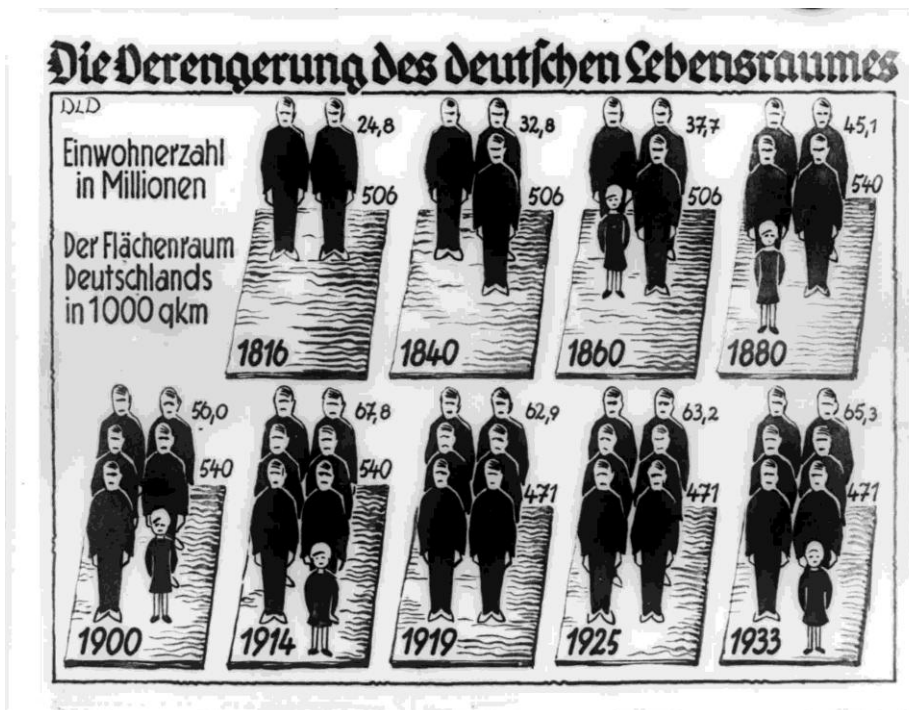


Figura 19. Título: O estreitamento do espaço vital alemão 1816-1933. **Acima à esquerda:** Número de habitantes em milhões. **Abaixo:** Extensão da Alemanha em km².



Figura 20. Crescimento da população 1814-1914.

As figuras 19 e 20 também apresentam a ideia do espaço vital. Assim como as imagens analisadas no ponto 2.1, a figura 19 também traz dados numéricos que afirmam estatisticamente o aumento da população alemã juntamente com a sua diminuição territorial – de acordo com esta propaganda, em 1816, a Alemanha possuía uma população de 24,8 milhões de habitantes em 506 mil km², ao passo que em 1933 o país possuía 65,3 milhões de habitantes em apenas 471 mil km². A figura 20, por sua vez, não se utiliza de informações numéricas para indicar o aumento da população. Aqui o apelo visual é o que chama a atenção do leitor para um país que vê sua população inchar ao passo que seu território permanece o mesmo.

Conforme afirmamos anteriormente, um dos argumentos utilizados para justificar o colonialismo era a necessidade de territórios coloniais como locais para onde o excesso da população metropolitana poderia emigrar e conseguir empregos. Como vimos, este argumento era falacioso, uma vez que os países metropolitanos eram capazes de reorganizar a sua economia para absorver o excedente populacional desempregado. Ao mesmo tempo, de acordo com Brepohl, é preciso sublinhar o fato de que as colônias alemãs apresentaram um número ínfimo de imigrantes. Segundo esta historiadora,

“diferentemente do que apostara Carl Peters – trazer 200.000 alemães somente para a África Oriental – nesta colônia, em 1908, contavam-se apenas 2.000 alemães (...); em Camarões, 1.000 alemães dos 1.150 brancos em 1910; na África do Sudoeste 1.200; no Togo, 300. Definitivamente, essas não foram

regiões de imigração, por mais estardalhaço que fizessem os agentes de propaganda.”⁹¹.

Entretanto, mesmo que a experiência colonial alemã tenha se provado ineficaz no sentido de absorver o excedente populacional, o movimento neocolonial alemão recuperou este argumento para promover a ideia da necessidade do espaço vital, cada vez mais forte na década de 1930.

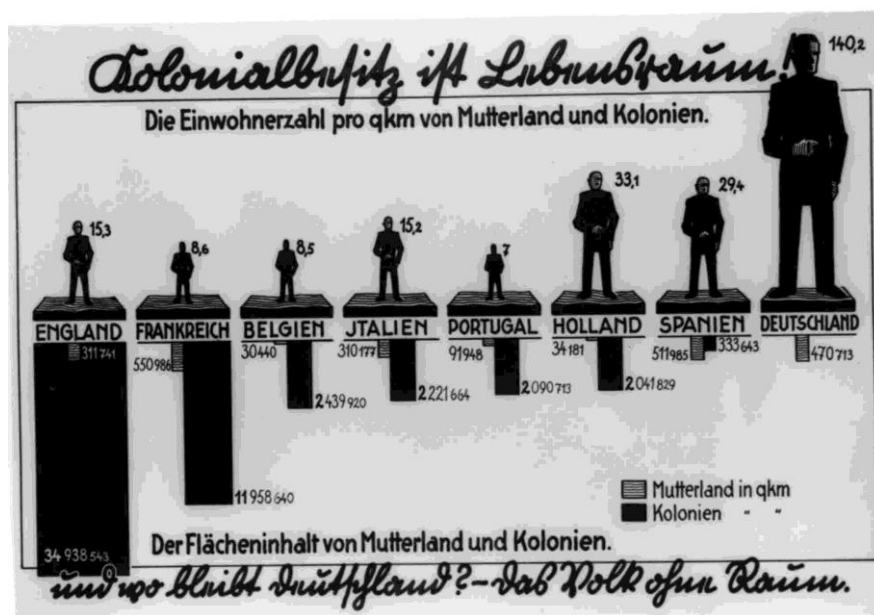


Figura 21. Título: Possessões coloniais são espaço vital. **Acima do infográfico:** Número de habitantes por km² do país mãe e das colônias. **Abaixo do infográfico:** Área da pátria mãe e das colônias.

As figuras 21, 22 e 23 apresentam um comparativo entre o território metropolitano e o território colonial de vários países e a Alemanha. Observamos na figura 21 uma disposição visual interessante juntamente com a presença de dados numéricos que informam o número de habitantes por quilômetros quadrados e também o tamanho da superfície territorial de cada país apresentado. Observamos que na parte superior da imagem os desenhos de homens pretendem indicar visualmente o tamanho da população, ao passo que as colunas na parte de baixo da imagem indicam visualmente o tamanho do território da pátria mãe e das suas respectivas possessões coloniais. O que chama a atenção do leitor desta propaganda em um primeiro momento é a comparação visual feita, sobretudo entre a Alemanha e a Inglaterra. Notamos, segundo esta imagem, que a Inglaterra é o verdadeiro oposto da Alemanha, na medida em que aquela possui um território colonial extremamente superior ao da Alemanha e

⁹¹ BREPOHL DE MAGALHÃES, M., *Imaginação Literária e Política ...*, op.cit, p. 69.

possui uma população bem inferior (a figura indica que a Inglaterra possui 15,3 habitantes por km^2 , enquanto a Alemanha possui 140,2 habitantes por km^2).



Figura 22. Tão grande quanto a pátria mãe! França: 22 vezes. Portugal: 23 vezes. Holanda: 60 vezes. Bélgica: 80 vezes. Inglaterra: 105 vezes. E a Alemanha?

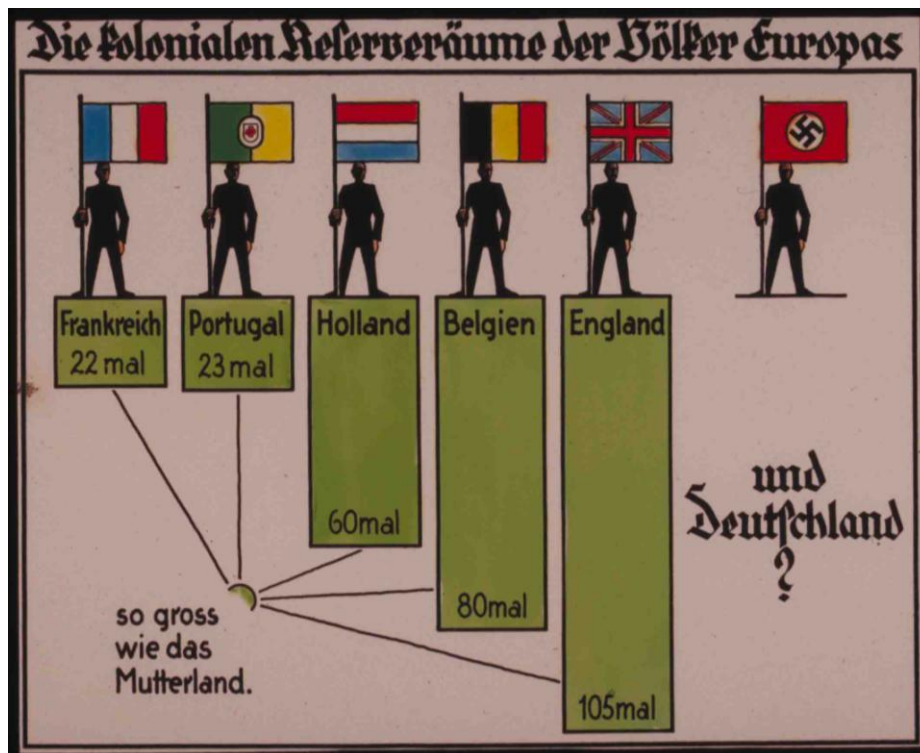


Figura 23. Título: Áreas coloniais dos povos da Europa. À esquerda: Tão grande quanto a pátria mãe. À direita: e a Alemanha?

As figuras 22 e 23, apesar de apresentarem dados numéricos bem menos detalhados, possuem um apelo mais agressivo que a anterior. Assim como a figura 21, estas imagens também enfatizam a diferença entre os territórios coloniais dos outros países europeus em relação à falta deste território para a Alemanha. Contudo, a agressividade destas propagandas está presente, de acordo com a nossa leitura, na diagramação visual, na medida em que apresenta um comparativo crescente entre os países - desde a França, com o menor território colonial, até a Inglaterra, com as maiores possessões - e mostra a Alemanha sem nenhum território e, sem seu lugar, a pergunta “E a Alemanha?”.

A partir dos conteúdos dessa propaganda, observamos que o discurso neocolonial foi construído também a partir da comparação da Alemanha com os outros países ocidentais possuidores de territórios coloniais. Podemos afirmar que houve, portanto, neste momento, a criação de um imaginário que procurou transformar a Alemanha na grande vítima das decisões do Tratado de Versalhes e jogar toda a culpa desta situação em outros países. Ao apontar os culpados era possível começar a expurgar os sentimentos de ódio e raiva. No entanto, apesar de as figuras 22 e 23 assinalarem vários países responsáveis pelo roubo, o principal culpado seria a Inglaterra.

A figura 24 é a que, a nosso ver, expressa mais fortemente a ideia de que a Inglaterra foi a principal responsável pela situação da Alemanha no pós-I Guerra. Observamos que essa propaganda não traz nenhum texto. No entanto, a imagem é extremamente direta em sua mensagem: a mão que arrasta a terra do continente africano é inglesa, portanto, quem “arrancou” (lembrando o termo da figura 18) as colônias dos alemães foram os ingleses. Dessa maneira, o caráter não verbal desta propaganda apresenta um conteúdo mais agressivo do que as precedentes, na medida em que apresenta um único culpado pela posição da Alemanha no cenário mundial.

Já a figura 25 nos apresenta um mapa no qual estão localizados todos os territórios sob domínio do Império Britânico. O mapa também localiza os territórios que foram posse da Alemanha, no mesmo espírito de comparação entre a nação inglesa e a nação alemã que as figuras precedentes. A Inglaterra despertava a ira alemã não só pelo fato de ter sido uma das principais responsáveis pelas resoluções de Versalhes e de ter sido a principal voz na construção da culpa colonial alemã (como afirmamos a partir da análise do *Blue Book*), mas também porque representava o ideal imperialista que a Alemanha buscava para si. Segundo a doutrina imperialista, o poder de uma nação se manifestava na quantidade de territórios e povos subjugados por determinado país. No período entre guerras, a Alemanha era o único

país que participou da corrida imperialista de fins do século XIX a não possuir destaque algum nessa esfera de domínio sobre o outro. Dessa forma, a imagem de sucesso da Inglaterra imperial despertava revolta e gerava a cobiça dos alemães de conquistarem o poder que a Grã-Bretanha gozava no cenário político internacional.



Figura 24. Sem legenda.

Die Stunde des Britischen Empire schlägt

530 Millionen Menschen unter englischem Joch

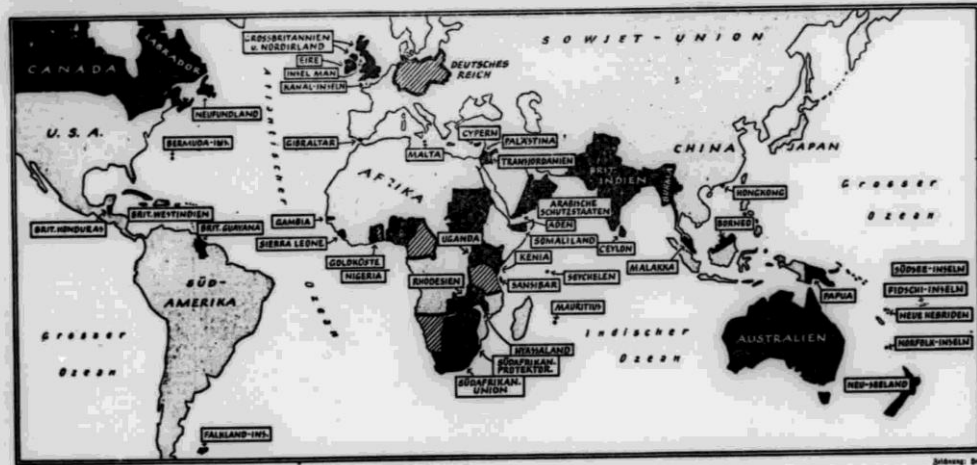


Figura 25. Título: 530 milhões de homens sob o jugo inglês. Acima: Está chegando a hora do Império Inglês

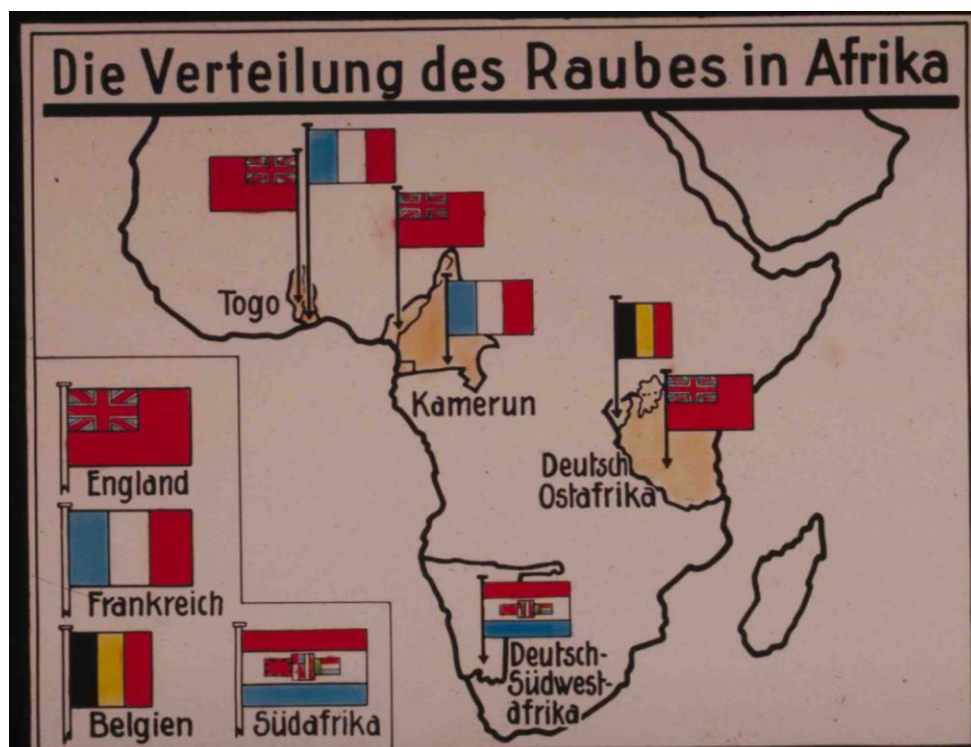


Figura 26. A distribuição do roubo na África.

Esse discurso de culpabilização dos outros países pela atual situação alemã foi apresentada ao público pelo movimento neocolonial, como podemos observar neste material de propaganda, de forma cada vez mais agressiva, seja visual seja verbalmente. A figura 26 tem como título “a distribuição do roubo na África”, ou seja, parte-se do entendimento de que a redistribuição dos territórios africanos foi uma atitude ilegítima, pois fruto das resoluções do Tratado de Versalhes, também ele entendido pelos alemães como um documento sem validade legal. Esta imagem também possui uma função pedagógica, uma vez que a representação do mapa nomina abertamente quem seriam os culpados pela posição alemã no cenário internacional, ou seja, informa o público sobre quem são os inimigos pelos quais se deve lutar pela recuperação dos territórios (Inglaterra, França e Bélgica).

Note-se que em todas as imagens já analisadas (principalmente no ponto 2.1) a referência às colônias é feita com o pronome possessivo *nossas*. Assim como afirmamos que a continuidade da DKG indica um posicionamento bastante claro frente à perda das colônias, também a utilização deste pronome possessivo na primeira pessoa do plural reforça tal posição e conota uma alusão ao sentimento revanchista que buscava resolver a situação que era compreendida nesse contexto como injusta. Esta é uma característica importante a ser delineada, uma vez que está presente em inúmeros materiais de propaganda deste período. Veremos mais adiante como este sentimento revanchista proveniente da experiência da humilhação do Tratado de Versalhes foi instrumentalizado durante o Terceiro *Reich* de forma bastante agressiva. Contudo, fica claro para nós que os agentes do imperialismo alemão procuravam a partir desta propaganda não só continuar promovendo a ideia imperialista, como também pretendiam difundir a ideia de que a posição da Alemanha como potência colonial havia sido usurpada. A partir deste entendimento é que podemos compreender a utilização da expressão “nossas colônias” em um momento no qual elas não mais pertenciam efetivamente à Alemanha.

Gostaríamos de nos deter brevemente sobre a visualidade colonial nas propagandas selecionadas por nós sob o título de “argumentos territoriais”. Afirmamos anteriormente que a visualidade colonial presente na propaganda do movimento neocolonial tinha como função reforçar e recriar estereótipos sobre o continente africano através da utilização exaustiva de signos visuais como, por exemplo, as palmeiras e coqueiros e as matérias primas extraídas das colônias. Em um segundo momento, a partir do estudo das 25 imagens reunidas nos argumentos territoriais, podemos observar outras características desta visualidade colonial, como, por exemplo, a utilização de mapas para validar os argumentos sobre a necessidade da

busca pelo espaço vital e também para auxiliar a corroborar a ideia de que as colônias foram usurpadas dos alemães.

Segundo Brian Harley, os mapas foram utilizados pelos impérios coloniais para legitimar a realidade da conquista, uma vez que “eles ajudaram a criar mitos que auxiliariam na manutenção do *status quo* territorial”⁹². Além disso, conforme afirmou Mary Pratt, os cartógrafos foram profissionais importantíssimos no período de conquistas coloniais, uma vez que o conhecimento do território a ser dominado era já um tipo de dominação⁹³. Contudo, podemos observar que os mapas utilizados pelo movimento neocolonial foram utilizados não só para legitimar a realidade da conquista, mas também e, sobretudo, para legitimar a realidade daquilo que eles chamavam de “o roubo das colônias”. É a partir deste trabalho discursivo de culpabilização dos outros países através da visualidade cartográfica e territorial como um todo que apontamos uma outra função da visualidade colonial.

Em segundo lugar, este tipo de propaganda tinha como objetivo justificar e propagar a ideologia nazista de espaço vital no interior da Europa. A partir do entendimento de que as colônias foram roubadas e que beneficiavam os países que com elas ficaram (como mostram as figuras aqui analisadas), fazia sentido no discurso nazista a ocupação das terras europeias destes mesmos países, uma medida em que tal ocupação serviria como a revanche tão esperada pelos alemães contra os países mandatários.

⁹² HARLEY, J. B. *The new nature of maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001, p. 57 – tradução livre da autora.

⁹³ PRATT, Mary-Louise, *op.cit.*, p.

Capítulo III. Civilização e Guerra na visualidade neocolonial

“The West won the world not by the superiority of its ideas or values or religion but rather by its superiority in applying organized violence. Westerners often forget this fact, non-Westerners never do”.

Samuel P. Huntington

3.1. Argumentos culturais e civilizatórios

Quando estudamos a bibliografia sobre imperialismo e as relações entre colonizadores e colonizados, especialmente após as discussões trazidas à luz pelos estudos pós-coloniais, observamos o quanto esses contatos interculturais produziram impacto em ambos os lados e de diversas maneiras. Todos os estudiosos das ciências humanas que tiveram algum contato com leituras sobre antropologia cultural sabem que esta postura intelectual, bem como as investigações que procuram compreender as nuances das relações colonizador/colonizado são preocupações relativamente recentes, se considerarmos a longa história do colonialismo.

Já afirmamos anteriormente que a empreitada imperialista foi entendida no plano ideológico europeu como uma “missão de civilização” que pretendia levar ao continente negro o “progresso” e os “desenvolvimentos” da cultura e da economia europeias. É claro que, ainda que esta tenha sido a justificativa que permeou todo o discurso de benevolência e caridade que perpassou a ideia do Império, em alguns casos, cada nação teve o seu próprio entendimento do que deveria ser ensinado e repassado nas colônias a partir do juízo que fazia de sua cultura nacional. Nesse sentido, assim como os outros países, a Alemanha tentou construir para si uma imagem homogênea e a refletir no ambiente colonial. Durante os anos de dominação formal, no entanto, houve conflitos no interior do sistema colonial alemão, uma vez que as diferentes autoimagens que os colonos tinham da nação alemã e da germanidade (*Deutschum*) se chocavam não só com a realidade multifacetada da colônia, mas também porque diferentes camadas sociais se viam de diferentes maneiras e procuravam implementar sua própria ideia em detrimento das outras.

No entanto, se durante o período de colonialismo formal havia essa batalha no plano ideológico, nos anos de atuação do movimento neocolonial essas ideias foram uniformizadas e transformadas em ideias nacionais, sem as fissuras que outrora acometiam as discussões sobre o imperialismo. É claro que a homogeneização do discurso imperialista nesse momento só pode ser reconhecida porque a voz do imperialismo alemão passou a ser quase que

exclusivamente a voz da Sociedade Colonial Alemã, uma vez que sem colônias, aqueles que eram contrários ao colonialismo não mais colocavam este tema na pauta do dia.

Analizamos agora algumas imagens selecionadas em nosso arquivo que tem como tema central os supostos benefícios que a Alemanha levou às suas colônias.

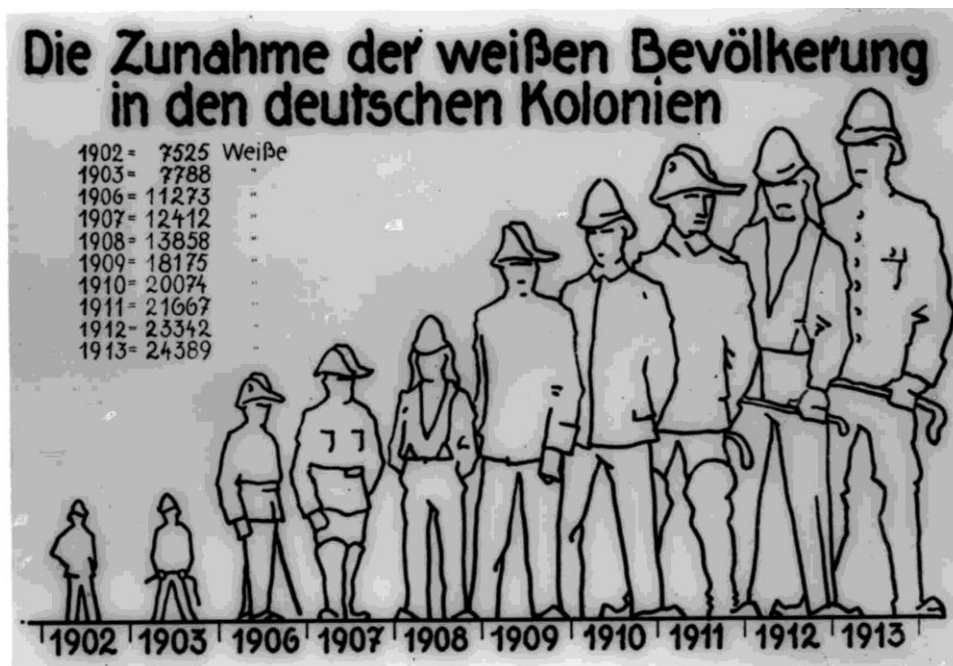


Figura 27. Título: O aumento da população branca nas colônias alemãs – 1902-1913.

A figura 27 apresenta ao leitor informações a respeito do crescimento da população branca nas colônias no período de 1902 a 1913. Segundo a imagem, o número de colonos brancos em ultramar passou de 7.525 para 24.389 em onze anos. O que chama a atenção do leitor nessa imagem, no entanto, não são os números apresentados e sim os desenhos que compõem esta figura, na medida em que eles dominam a diagramação da imagem e transformam as informações numéricas em informação visual muito mais rapidamente apreendida pelo espectador. Ainda que de baixa técnica artística, estes desenhos expõem muito bem a mensagem que esta propaganda pretende passar: a de que o aumento da população branca nas colônias alemãs foi uma consequência positiva do colonialismo não para a Alemanha em si, mas para os territórios colonizados.

Esta lógica de progresso com base na raça fica evidenciada, sobretudo quando analisamos o conjunto de imagens produzidas nesse momento com tal finalidade. Vejamos, por exemplo, a figura 28. Esta imagem apresenta ao leitor dados sobre as escolas nas duas maiores colônias alemãs em África e quando colocada ao lado da figura anterior produz o

África de Sudoeste Alemã são apresentadas lado a lado, sem nenhuma indicação da sua posição real na distribuição geográfica africana.

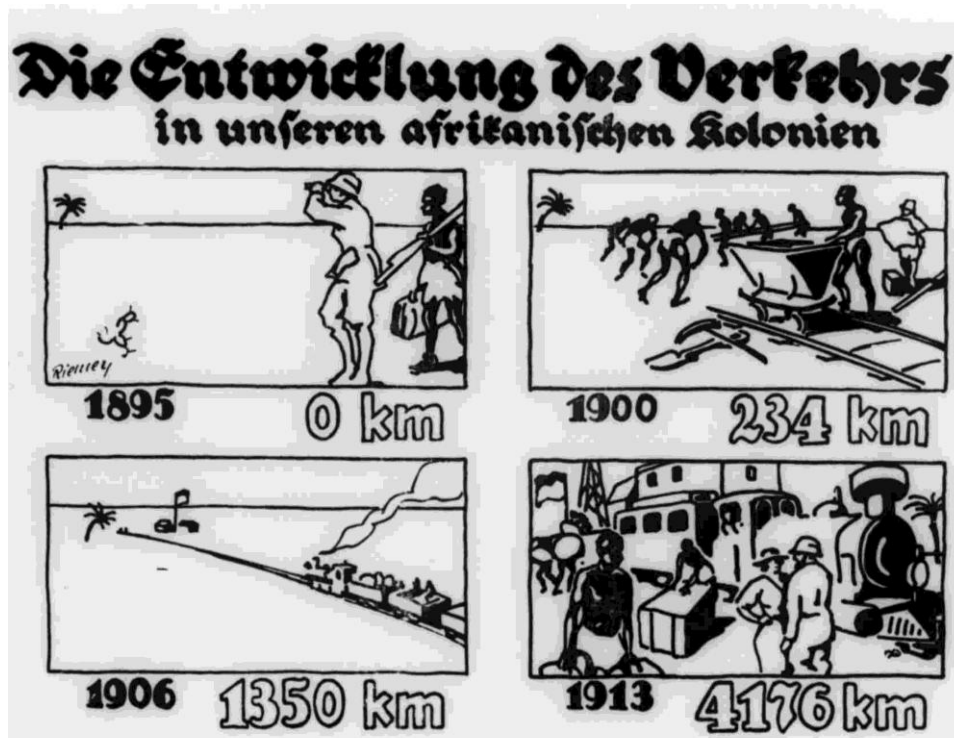


Figura 29. Título: O desenvolvimento dos transportes nas nossas colônias africanas – 1895-1913.

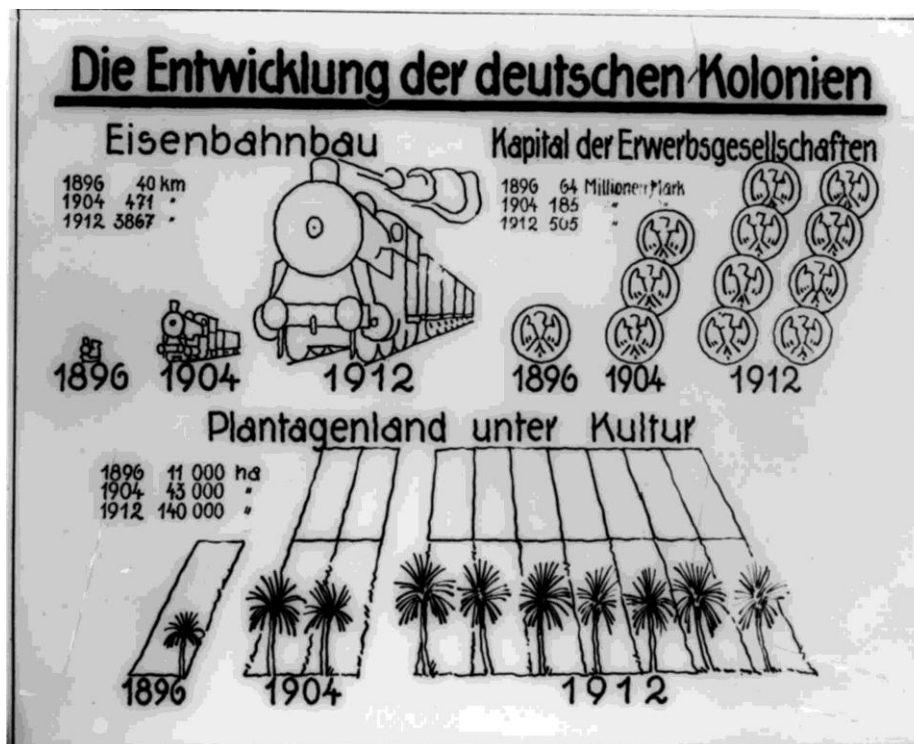


Figura 30: Título: O desenvolvimento das colônias alemãs **Acima à esquerda:** Construção ferroviária **Acima à direita:** Capital das empresas **Abaixo:** Cultura de plantação.

As figuras 29 e 30 são bastante claras em evidenciar os benefícios levados pelos colonizadores alemães com o incremento dos transportes, construções de ferrovias e implementação das culturas agrícolas à moda europeia. Podemos observar que a figura 29 apresenta um discurso cujo enfoque recai em um crescimento absoluto e grandioso dos transportes nas colônias – também aqui tomadas de uma forma homogênea. Tal interpretação é possível não somente a partir dos dados numéricos apresentados na gravura, mas também e, sobretudo, pela importância dos desenhos na narrativa que se sucede. O primeiro quadrinho à esquerda na parte superior da imagem apresenta o colonizador alemão chegando em solo africano e já mostrando seu potencial de conquista através da subjugação do negro (note-se a personagem negra no quadrinho que carrega a parafernália do europeu) e também da posse de instrumentos científicos que validariam a colonização (observamos algo como um binóculo que o personagem branco utiliza). Nesta imagem, seguindo a lógica da visualidade colonial, o território é apresentado como um vazio, somente com uma árvore ao fundo. Já no último quadrinho à direita no canto inferior da figura, a imagem remete a um local movimentado pela presença do trem. Contudo, apesar da diferença visual que procura evidenciar a transformação da região com a chegada da ferrovia e do trem, uma coisa não mudou: o estatuto do negro a serviço do homem branco. Notamos no segundo e no quarto quadrinho que trabalhadores nativos carregam as bagagens dos passageiros europeus.

Se a figura 29 procura evidenciar o discurso de engrandecimento das colônias pelo conquistador alemão apropriando-se de uma linguagem narrativa, ou seja, de uma maneira bastante pedagógica, a figura 30 apela novamente para os dados estatísticos. Entretanto, apesar da preocupação em comprovar as informações a partir de números, as imagens novamente possuem um papel de destaque. Notamos que aqui é bastante utilizado o recurso de repetir um mesmo desenho, porém com tamanhos variados que aumentam (ou diminuem, quando o caso) de acordo com a relação estatística que “atesta” a validade das informações. Dessa forma, os marcos investidos aumentam não só numericamente, mas também visualmente na representação da propaganda, o que cria uma significação mais próxima e duradoura nos leitores desta imagem.

Este conjunto de imagens também naturaliza a posição do alemão como o dominador. Conforme já notamos, observamos principalmente na figura 27 que a personagem do conquistador possui instrumentos científicos e em certa medida supervisiona o trabalho dos nativos. Esta ideia de supervisão era absolutamente difundida entre os círculos imperialistas

europeus e apresentava-se de uma forma bastante ambígua: o trabalho do nativo (mesmo que forçado) era entendido como um meio de emancipação. De acordo com Sílvio Correa,

“Para o colonizador, o trabalho [do colonizado] tinha um caráter transformador porque faria do trabalhador alguém industrioso e autônomo, enfim, civilizado. O trabalho dos nativos era visto como contrapartida diante da missão civilizatória desempenhada pelos colonizadores”⁹⁴.

Nessa mesma lógica de pensamento, é interessante observar de que maneira o discurso da propaganda neocolonial foi construído sobre este tema. A partir das figuras analisadas por nós, observamos que o protagonista dos desenvolvimentos levados às colônias é o homem branco, alemão; é graças a sua técnica e habilidade que é possível a construção de ferrovias e de um sistema urbano. O território colonial passa a gozar, dessa maneira, do progresso europeu. Porém, em nenhum momento tais benefícios são associados às populações autóctones. Notamos que quem desfruta dos benefícios são os próprios colonos alemães. A figura do nativo é apresentada nessa propaganda somente como mão de obra barata que faz com que as obras sejam efetivadas. Esta relação de trabalho é apresentada aqui de uma forma bastante naturalizada. No entanto, sabemos que a força de trabalho utilizada em tais obras constituía um tipo de escravidão:

“Durante e após a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano, o trabalho forçado de prisioneiros de guerra, homens e mulheres, foi praticado em larga escala, sobretudo na reconstrução da malha ferroviária, da infraestrutura dos núcleos urbanos e nas minas”⁹⁵.

A naturalização dessa relação de trabalho era aceita não somente pela existência da ideia de que os nativos eram vistos como povos inferiores, mas também porque havia leis que efetivavam esse tipo de relação entre colonizador/colonizados. A existência do Direito Colonial não era algo exclusivo do colonialismo alemão, mas conforme afirmou Marion Brepohl de Magalhães, no caso alemão o critério racial era muito mais enfático, na medida em que fora redigido a partir de leis que se pretendiam científicas e que previam detalhadas

⁹⁴ CORREA, Sílvio. “As ambiguidades do trabalho na África Oriental Alemã (1885-1914)” In *I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Outubro 2010, p. 5.

⁹⁵ *Idem*, p. 8.

“punições, recrutamento para exército, casamentos, criação de reservas etc”⁹⁶. Segundo Brepohl,

“Quanto às relações colonizador/colonizado, segundo os juristas alemães, havia nas colônias três categorias de pessoas: os cidadãos do *Reich*, submetidos às leis do *Reich*; os *Schutzgenossen*, compreendendo todos os povos civilizados não alemães que residissem nas colônias, doravante subordinados às leis do *Reich* e não às leis costumeiras dos nativos; e, finalmente, os nativos, que eram subordinados ao *Reich* mas não cidadãos. Estes eram governados pelos agentes coloniais, ainda que pudessem preservar suas leis costumeiras, desde que não entrassem em conflito com as autoridades”⁹⁷.

Dessa maneira, pois, as relações colonizador/colonizado estavam estabelecidas a partir de um critério puramente racial que estruturava o jogo de poder no território colonial. No entanto, como já afirmamos anteriormente, a homogeneidade do plano teórico não se refletia nas condições materiais da realidade colonial. Contudo, a propaganda neocolonial das décadas de 1920 e 1930 retomou em seu discurso a imagem de uma sociedade colonial estável, pois estabelecida a partir de critérios bem definidos de hierarquia e comando, na qual a missão civilizatória ocidental pôde ser cumprida.

3.2. Movimento Neocolonial e Nazismo: a propaganda do *Reichskolonialbund*

O *Reichskolonialbund* foi formado em 1936 a partir da fusão de sociedades coloniais já existentes (entre elas a *Deutsche Kolonialgesellschaft*) e, apesar de se dizer independente, era dirigido por pessoas muito próximas ao partido Nacional-Socialista. O primeiro presidente do RKB foi Heinrich Schnee, ex-governador da África Oriental Alemã e que já possuía uma importante atuação no movimento neocolonial – em 1924 ele havia publicado um texto que procurava desmistificar “a culpa colonial alemã”. De fato, como aponta Helmuth Stoecker, a direção do RKB era bastante nazificada: Schnee havia se afiliado ao partido poucos anos antes e o vice-presidente Franz Von Epp era também afiliado ao partido onde, inclusive,

⁹⁶ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do Império, 1896-1914” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, 2013, p. 21.

⁹⁷ *Idem*, p. 22.

ocupou posições importantes em anos anteriores – em 1932 ele havia se tornado chefe do setor colonial do partido nazista⁹⁸.

O RKB tornou-se, então, o órgão oficial produtor da propaganda que tinha como objetivo manter acesa a “questão colonial” durante o III *Reich*, papel antes exercido pela DKG, conforme apontamos nos capítulos anteriores. Aqui é importante destacar novamente o papel crucial da propaganda nesse contexto. Como afirmamos de maneira rápida nos capítulos anteriores, o governo hitlerista não se ocupou de forma prática com a questão colonial. Na realidade, até a formação do RKB o problema das colônias africanas ficou em segundo plano. Mesmo a ideia da ampliação do espaço vital nesta época estar intimamente vinculada à ideia do colonialismo oitocentista⁹⁹, o objetivo do governo nazista era, primeiramente, centrar-se na conquista intracontinental e reforçar seu poderio territorial dentro da Europa para, em seguida, buscar soluções mais concretas para as regiões fora deste continente¹⁰⁰. No entanto, a partir de 1936 a questão colonial passou a ser um assunto importante na agenda política oficial e a propaganda foi o principal veículo pelo qual tal assunto foi explorado no *Reich*.

A figura 31 é um cartaz em que vemos o mapa do continente africano com as indicações dos territórios alemães perdidos (Togo, Camarões, África Oriental e África do Sudoeste). O que chama a atenção do leitor em uma primeira vista é o tamanho das fontes em que o título principal está escrito: “Aqui também é território alemão” ocupa quase dois sextos do cartaz, enquanto o mapa africano preenche os outros quatro sextos (traçando linhas horizontais paralelas). Nesse sentido, em uma primeira leitura, texto e imagem estão em pé de igualdade na diagramação deste cartaz. Já o texto que figura dentro do mapa faz referência ao RKB e, nesse sentido, aponta sua vinculação institucional ao mesmo tempo em que apresenta claramente qual é o órgão que assume o discurso neocolonial.

Outra característica formal desta imagem que destaca o mapa é o contraste entre o claro e o escuro. A borda mais clara ao redor do desenho do continente cria o efeito visual do oceano e também serve como uma moldura para o mapa. Tais aspectos formais – interpenetração das linguagens visual e verbal, contraste claro-escuro, delimitação dos territórios perdidos – denotam a territorialidade alemã em ultramar. Em um sentido complementar, esta imagem conota o vazio do território africano que, no entanto, é valioso graças aos seus recursos naturais – exemplificados com as palmeiras desenhadas sobre as ex-colônias. Além disso, o tema da conquista e da dominação pode ser vislumbrado pelas

⁹⁸ STOECKER, *op.cit.*, p. 342.

⁹⁹ ZIMMERER, Jürgen. “The birth...”, *op.cit.*

¹⁰⁰ STOECKER, *op.cit.*, p. 338-339.

embarcações que figuram ao lado do mapa. Tais embarcações identificam-se com a modernidade industrial europeia pelo fato de apresentarem-se como navios a vapor, ou seja, trazem consigo um símbolo da sociedade industrial europeia em contraste com uma sociedade africana “selvagem e atrasada” que, de acordo com a visão europeia do período, não poderia produzir tais artefatos.



Figura 31. Título: Aqui também é território alemão. Torne-se membro do *Reichskolonialbund*. **Dentro do mapa:** Junte-se ao *Reichskolonialbund*.

As figura 32 e 33 apresentaram-se ao público tanto em forma de cartaz quanto de cartão postal. Assim como outros cartazes que analisamos em nosso trabalho, estes se faziam presentes nas Exposições Coloniais que eram organizadas e realizadas pelo RKB (ver ANEXO 3). Conforme já afirmamos anteriormente, tais exposições tinham como objetivo mostrar aos espectadores a importância das colônias perdidas. Ao lado de cartazes de cunho propagandístico como estes, observamos uma série de cartazes que explicam o ciclo econômico colonial, que expõem os números das importações e exportações utilizando-se da visualidade de gráficos para projetar os crescimentos e as perdas (de acordo com o que foi analisado no capítulo 2) e cartazes que apresentam retratos de autoridades coloniais e governamentais. Além disso, nestas exposições figuravam inúmeros mapas que demonstravam a quantidade territorial alemã em comparação com outros países (sobretudo

Inglaterra, França e Bélgica), além de expor um grande número de objetos pertencentes aos nativos africanos, tais como objetos para caça e pesca e objetos de uso cotidiano. É importante mencionar que, ainda que tais eventos não tenham sido fechados ao público em geral, não temos como mensurar o impacto das exposições na vida cotidiana dos cidadãos do *Reich*. O que podemos afirmar é que pessoas ligadas de uma forma mais próxima ao partido eram os espectadores por excelência dessas exposições.

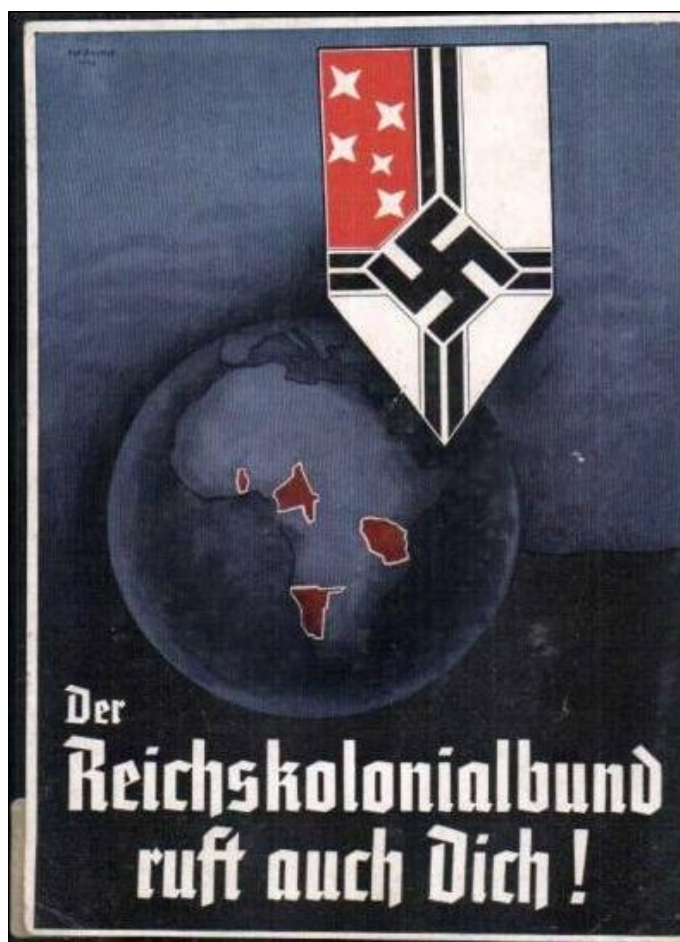


Figura 32. O *Reichskolonialbund* chama você também!

É certo que enquanto cartões postais estas imagens provavelmente circularam por um público mais amplo. Volker Langbehn lembra-nos da importância dos postais como uma mídia visual popular e inserida na lógica da cultura de massa, uma vez que a linguagem empregada em tais cartões era simples e de fácil compreensão. Os postais possuíam uma função pedagógica, pois “forneciam a última mídia para ilustrar a história imperial da Alemanha”¹⁰¹. Além disso, continua Langbehn, vistos dentro de uma expressão cultural mais ampla, “os cartões postais podem oferecer um entendimento importante do penetrante e

¹⁰¹ LANGBEHN, Volker. “The visual...”, *op.cit.*, p. 92 – tradução livre da autora.

persistente conjunto de atitudes culturais que informavam a posição da Alemanha em relação ao resto do mundo, e especialmente em relação às suas colônias”¹⁰².

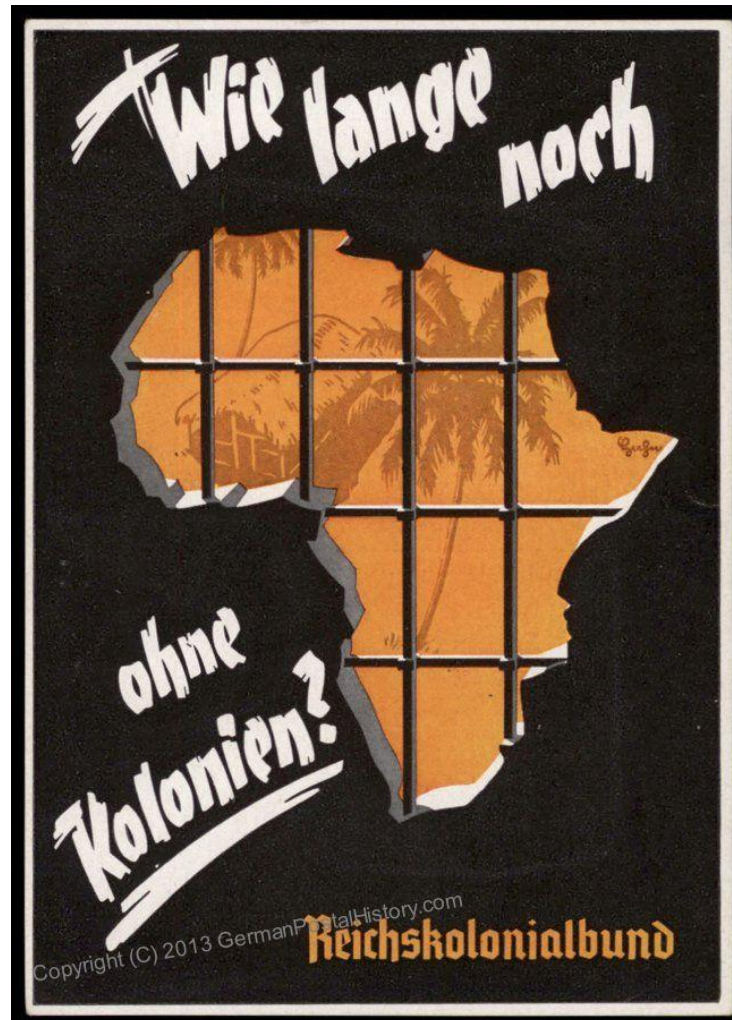


Figura 33. Mais quanto tempo sem colônias?

A figura 32 também apresenta-nos um mapa, porém aqui é representado todo o globo ao invés de somente o continente africano, ainda que este seja o foco de onde parte a construção do mapa. Também aqui, assim como na figura 31, os territórios que pertenciam à Alemanha são destacados e delimitados. Nessa figura, porém, a demarcação dos territórios é feita de tal modo que denota buracos na superfície terrestre – ilusão reforçada pelo contraste entre o azul que predomina ao fundo da imagem e o vermelho que realça tais territórios. Dessa forma, a figura insiste na ideia do vazio deixado por essas colônias e procura fazer com

¹⁰² *Idem*, p. 90 – tradução livre da autora.

que o espectador alie-se à causa de reaver os territórios. O imperativo empregado na construção do texto que compõe esta imagem lembra-nos das reflexões de Hannah Arendt sobre a propaganda totalitária. Segundo a autora, um dos sucessos da propaganda totalitária é o de realizar uma conexão entre o indivíduo (que vive em um mundo atomizado) com uma coletividade, ou seja, cria-se a partir da ideia difundida pela propaganda um vínculo entre o sujeito e o corpo social e político sobre o qual tal propaganda está alicerçada¹⁰³. A partir daí, podemos afirmar que o chamamento do *Reichskolonialbund* é uma tentativa não só de atrair adeptos, em um sentido mais prático, como também é uma tentativa de criar um sentimento de unidade e identificação dos cidadãos alemães com a causa das colônias perdidas e, conseqüentemente, com a luta pelo espaço vital, a luta pela defesa da soberania da Alemanha para com aqueles territórios, em suma, com a luta dos direitos da nação alemã como um todo. Além disso, figura de forma bastante chamativa na parte superior da imagem o símbolo oficial do *Reichskolonialbund*, aqui já deixando claro o seu caráter oficial por ostentar a suástica, símbolo característico do partido nazista.

Já a figura 33, ao invés de conclamar o cidadão a juntar-se às causas do RKB, o questiona sobre a duração da atual situação. Tal questionamento sugere a urgência de se posicionar frente a tal conjuntura ao mesmo tempo em que alude à incapacidade da Alemanha de fazer frente contra os outros países europeus justamente pelo fato de não ser um país mãe de terras longínquas. Tal interpretação pode ser apoiada pela imagem da grade que se sobrepõe ao mapa da África. A grade conota um sentido de aprisionamento, de afastamento em relação ao objeto de desejo. Nesse sentido, fica clara a interpretação de que tal alheamento da Alemanha em relação às colônias foi algo imposto pelos países mandatários quando do fim da I Grande Guerra. Em outro nível de leitura, o continente africano é representado como um bloco homogêneo que se caracteriza unicamente por suas riquezas naturais (note-se novamente a presença de palmeiras) e a casa que figura na imagem é uma construção simples que denota o rústico e o caráter primitivo do continente.

As figuras 34 e 35 também representam a África a partir de uma ótica simplista e homogeneizante, na medida em que reforçam o estereótipo de um continente desprovido de “cultura” e “civilização” digno somente de suas belezas e riquezas naturais. Aqui é importante salientarmos a oposição existente entre o conceito de cultura e o conceito de natureza que, apesar de ter uma longa história, ainda apresentava-se como um fundamento basilar no pensamento ocidental moderno. A partir de tal concepção, entende-se cultura como

¹⁰³ ARENDT, *op.cit.*, p. 397.

equivalente à civilização europeia e, portanto, cultura é definida a partir da supremacia da razão nas atividades humanas e do elogio ao progresso técnico. Nesse sentido, tudo o que estivesse fora do âmbito da civilização estaria ligado ao que é primitivo, àquilo que é próximo à natureza. Assim, a partir dessa concepção binária de mundo – dividido entre os civilizados e os primitivos – a África é apresentada fora dos limites da civilidade a partir das suas representações enquanto um paraíso natural ou, em muitos casos, como locus por excelência da selvageria humana.



Figura 34. Companheiro, apresente-se na frente da batalha colonial atrás do *Führer* e lute com o *Reichskolonialbund*.



Figura 35: O *Reichskolonialbund* luta para a propagação do pensamento colonial para todo o povo alemão. Ele também precisa de você!

A figura 34 apresenta uma paisagem das ex-colônias em um formato que remete ao estilo fotográfico de construção de imagem. O que vemos é um desenho e, no entanto, ele mantém algumas características da fotografia, tais como o enquadramento e a noção de o que se vê é uma representação fiel à realidade. O chamamento feito por essa propaganda prevê a existência de um conflito bélico em nome das colônias perdidas. Nesse sentido, ao espectador é delegado um papel bastante claro: o de se submeter às decisões do *Führer* enquanto membro do RKB, em perfeita harmonia ao estado extremamente hierárquico do Terceiro *Reich*.

Já a figura 35 apresenta um discurso diferente: enquanto a figura 34 procura atrair membros para o RKB e define seus lugares neste arranjo social, a figura 35 expõe ao espectador seu objetivo principal – “luta para a propagação do pensamento colonial” – e sublinha a necessidade de o cidadão alemão compreender e se alinhar a tal perspectiva. Na figura 35, no entanto, a ilusão de realismo da imagem é deixada de lado, na medida em que os traços do desenho estão bastante evidenciados. Apesar de tal diferença estilística, contudo,

ambas as imagens apresentam a África como um paraíso natural, rico em matérias primas como óleo de palma e marfim. Dessa forma, o continente é um lugar ainda pouco explorado e que oferece a Alemanha recursos de diferenciação no cenário econômico mundial – conforme, é claro, o discurso oficial propagado, pois, como vimos, as colônias africanas serviram muito pouco à melhora da economia alemã como um todo, tendo beneficiado somente uma pequena parcela da população; o que a pequena burguesia nacionalista sustentava era, sobretudo, o status de país dominante e a ideia de uma nação forte que comanda e subjuga outros povos.

Essas duas imagens apresentam uma característica lúdica, diferentemente das outras figuras. A figura 34 com seu estilo fotográfico de construção da imagem apresenta um lugar paradisíaco, que remete a um cenário de publicidade turística. Observamos aí, então, outra interpretação possível: o cidadão que se alistar para a luta poderá conhecer também estas belas paisagens tropicais. Nessa mesma linha de raciocínio, a gravura do elefante na figura 35 remete a desenhos de histórias em quadrinhos e livros infantis. Devemos lembrar, mais uma vez, que o imaginário colonial desse contexto havia sido construído de uma maneira efetiva também pelo discurso da literatura de aventura, ou seja, estão em jogo aí não só os estereótipos da África enquanto um lugar rico e inexplorado, mas também as imagens da África como o lugar por excelência da aventura.



Figura 36. Aqui também é solo alemão.

Como podemos observar a partir da figura 36, a África era também representada a partir da ótica do exótico. Esta imagem, também veiculada como cartão postal apresenta o mapa do continente com as marcações das colônias perdidas tendo como pano de fundo os nativos. Aqui a ênfase ao nativo exótico dá lugar às representações do negro no início do século (quando da guerra dos Herero na África do Sudoeste em 1904-1908), quando este era apresentado ora como o nativo rebelde e bárbaro, ora como derrotado, evidenciando, dessa forma, o poderio das tropas coloniais alemãs em subjugar o rebelde¹⁰⁴. No contexto em que trabalhamos, sobretudo tendo em vista esta imagem em particular, a característica do exótico retira do negro seu caráter de rebelde ou bárbaro, aqui ele é simplesmente passivo às transformações que ocorrem nos territórios que habita, quase, inclusive, incapaz de entender o

¹⁰⁴ CIARLO, David. "Picturing genocide in german consumer culture, 1904-1910" In ZIMMERER, Jürgen & PERRAUDIN, Michael (Ed). *German Colonialism and national identity*. Nova York: Routledge, 2011, p. 71.

que se passa. Nesse sentido, o tom de “missão civilizacional” está estreitamente ligado a esta imagem passiva, de seres que são simplesmente exóticos, porém inofensivos.

Além disso, a presença de figuras femininas nesta propaganda está inserida dentro de uma lógica de representação do continente africano que já estava bem consolidada neste contexto. Segundo J. B. Harley, a sexualidade feminina era bastante explorada nas representações de África e também de outros continentes para explicitar o caráter da dominação masculina da sociedade europeia¹⁰⁵. Também Susan Sontag observou tal característica da submissão na estética do fascismo:

“Estéticas fascistas incluem, porém vão muito além da celebração deveras especial do primitivo (...). Mais frequentemente, elas nascem de (e justificam) uma preocupação com situações de controle, de comportamento submisso, de esforço extravagante e de resistência à dor”¹⁰⁶.

A figura feminina presente nesta propaganda remete à sexualização do objeto colonial e pode colocar a análise deste fenômeno em um escopo mais amplo. A partir dos estudos de Robert Young sobre o desejo colonial é possível esboçar uma aproximação entre o discurso do movimento neocolonial e a construção do racismo. Segundo este autor, “o racismo talvez seja o melhor exemplo que nos permite apreender diretamente a forma do desejo, e a sua antítese, a repulsa, como uma produção social”¹⁰⁷. No caso desta imagem em particular, o desejo do colonizador se expressa de duas maneiras: o desejo pelos territórios perdidos e o desejo pelo corpo da mulher nativa. Esta imagem que apela ao erótico e à dominação do nativo constitui-se ao lado da imagem do nativo insurgente que se rebelava contra a dominação do alemão, ou seja, a partir da lógica de desejo/repulsa apresentada por Young, podemos compreender um dos mecanismos de construção do racismo, no qual ancora-se o discurso neocolonial, qual seja, aquele que postula que o africano (entendido sempre a partir de uma lógica homogeneizante) precisa ser dominado e subjugado, seja porque é “naturalmente” dado à dominação, seja porque é bárbaro e precisa ser controlado.

¹⁰⁵ HARLEY, J. B., *op.cit.*, p. 76.

¹⁰⁶ SONTAG, Susan. “Fascinante Fascismo” In *Sob o Signo de Saturno*. São Paulo: L&PM Editores, 1986, p. 72.

¹⁰⁷ YOUNG, Robert J. C. *Desejo Colonial*. Hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 206-207.

O estudo das imagens do *Reichskolonialbund* nos permite pensar também de que maneiras a memória que se tem do passado é constitutiva de sentimentos e ações em determinado presente.

O que propomos neste momento final é teorizar sobre a forma pela qual o discurso sobre recuperação das colônias foi construído não só a partir de um critério objetivo mas também a partir da evocação de experiências passadas e projeções para o futuro que, como vimos, tinham como base argumentos subjetivos que traziam em seu seio temas como a humilhação, a busca pela glória, a necessidade de vingança, a superioridade da raça ariana e o amor à nação.

Quando pensamos em uma situação de humilhação a pensamos como um caso entre dois indivíduos, na qual um deles toma para si o papel de agressor e o outro se torna a vítima da agressão (seja ela física ou verbal). Nesses casos, pode ser relativamente fácil evidenciar as causas do ocorrido. No entanto, no trabalho com as ciências sociais das paixões políticas as situações de humilhação podem ser extremamente complexas e intrincadas de diversos fatores que, muitas vezes, olhando para o passado, dificultam a vida do pesquisador que pretende separar agressor e vítima. Em tese, a humilhação é entendida como um ato que ultraja a vítima sem a possibilidade da reciprocidade, ou seja, a humilhação é entendida como uma experiência de total impotência por parte da vítima¹⁰⁸, sendo que tal característica de ausência de reciprocidade de ação é o que diferencia um sentimento de humilhação, do sentimento de vergonha ou trauma, por exemplo, uma vez que a humilhação pressupõe o rebaixamento da vítima em questão, o que não está necessariamente presente no trauma e na vergonha¹⁰⁹.

Nesse sentido, Pierre Ansart afirma que quando um sujeito é humilhado ele tem seu amor-próprio ferido, pois sua autoimagem está em desacordo com a imagem que o outro faz dele. Isso também é verdade para um sujeito coletivo, como é o caso a nação, que constrói uma autoimagem a partir de valores e significados distintos que, colocados lado a lado, formam a ideia de uma cultura nacional e, a partir daí, define as percepções individuais de seus cidadãos e as atitudes que são peculiares àquela nação. No caso desse estudo, podemos identificar a partir do discurso neocolonial alemão posições muito claras na situação do pós-guerra: de um lado temos um grupo político conservador e de oposição ao governo composto por liberais e socialdemocratas, que apresentavam a Alemanha como vítima espoliada dos

¹⁰⁸ ANSART, Pierre. "As humilhações políticas" In MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (Orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 15.

¹⁰⁹ DE DECCA, Edgar. "A humilhação: ação ou sentimento?" In MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (Orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 105.

seus direitos; e do outro lado, temos os países signatários do Tratado de Versalhes, como os propagadores de tal política de agressão. Segundo definiu Ansart, aquele que foi humilhado “se sente diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta”¹¹⁰; ainda, segundo o autor, ao estudar humilhações políticas, deparamo-nos com uma grande dificuldade, qual seja, a de que é sempre mais complicado reconstituir os sentimentos de humilhação daquele que foi vencido, uma vez que são “com frequência pouco declarados e pouco exteriorizados”¹¹¹. No entanto, ao analisarmos o contexto desse trabalho, colocamo-nos em desacordo com tais afirmações. Para a situação aqui analisada, não é verdade afirmar que o sujeito humilhado – a Alemanha, segundo o discurso neocolonial – encontrava-se na “impossibilidade de elaborar uma resposta”. Se os sentimentos do sujeito humilhado são geralmente pouco exteriorizados, a situação do pós I Guerra na Alemanha vista a partir da ótica do movimento neocolonial evidencia exatamente o contrário: a situação de humilhação imposta ao país com as resoluções do Tratado de 1919 não criou a submissão da Alemanha aos interesses dos países signatários, mas despertou um sentimento de união nacional em torno de um inimigo comum. Pierre Ansart também reconhece que a humilhação pode estar no centro de várias revoltas e chega a afirmar que nesses casos, “o ódio comum possibilita o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio”¹¹².

É a partir dessa “comunhão de ódio” que podemos entender as formas pelas quais o discurso nacionalista se apropriou da situação de humilhação e transformou a antipatia em relação aos outros países e povos em um elemento constitutivo da identidade alemã do período. Como sabemos, a identidade, seja ela individual ou coletiva, é formada a partir da relação entre conceitos e representações que estão disponíveis na cultura que os sujeitos estão inseridos. Conforme afirma Stuart Hall,

“a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um ‘eu verdadeiro e único’, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados (...) Nossas identidades são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias,

¹¹⁰ ANSART, Pierre, *op.cit.*, p. 15.

¹¹¹ *Idem*, p. 17.

¹¹² ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos” In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 22.

sentimentos, histórias e experiências (...) Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente”¹¹³.

A partir de tal entendimento podemos afirmar que o reconhecimento da Alemanha como uma nação humilhada e espoliada de seus direitos formou-se a partir de uma gama discursiva que se apropriava da experiência da derrota enquanto um momento chave na constituição da sua auto-imagem. Nesse sentido, a identidade alemã do pós I Guerra se forjou a partir da polarização entre o “nós” – Alemanha humilhada – e os “outros” – países signatários do Tratado – que tinha em seu centro o sentimento de ódio e rejeição a tal política. Dessa forma, o vínculo nacional formou-se a partir da difamação das nações rivais e da necessidade de solidariedade por parte dos cidadãos da nação humilhada¹¹⁴.

No entanto, a construção identitária alemã a partir do desprezo a outras nações não foi uma novidade que apareceu com a derrota na I Guerra Mundial. De acordo com Norbert Elias, a sombra de um passado grandioso e o sonho de recuperar a hegemonia perdida foram elementos presentes na base do processo de formação do Estado alemão. Elias afirma que o império germânico medieval sempre foi um símbolo da unidade que se perdera. Além do Sacro Império como modelo de uma Grande Alemanha, Elias afirma que a Guerra dos Trinta Anos deixou uma marca profunda na formação do *habitus* alemão. Enquanto para outras nações, este período é lembrado como um momento de desenvolvimento, para a Alemanha este momento representa uma fase de empobrecimento e decadência. Dessa forma, continua Elias, durante o século XIX a fragilidade do Estado alemão proporcionou o desenvolvimento de uma reação positiva ao belicismo e às condutas militares, o que permitiu ao país se reorganizar e se colocar novamente em pé de igualdade com o restante da Europa. Nesse sentido,

“Para muitos alemães, a derrota de 1918 foi uma experiência inesperada e altamente traumática. Atingiu um ponto sensível no *habitus* nacional e foi sentida como um regresso ao tempo da fraqueza alemã, dos exércitos estrangeiros no país, de uma vida na sombra de um passado mais grandioso. Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha. Muitos membros das classes média e superior alemãs – talvez a grande maioria – sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação”¹¹⁵.

¹¹³ HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo” In *Educação & Realidade*, 22 (2), jul-dez 1997, p. 26 – grifo nosso.

¹¹⁴ ANSART, Pierre, “História e memória...”, *op.cit.*, p. 24-25.

¹¹⁵ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 20.

Tendo em vista a análise de Elias, é necessário compreender a construção da identidade alemã dentro de uma perspectiva mais ampla, que a entende não só enquanto um momento único, mas pertencente a um modo já conhecido de construção identitária dessa sociedade. Dessa forma, fica mais fácil compreendermos a importância da experiência de humilhação na formação da auto-imagem alemã do período que estudamos. A partir daí podemos também entender o porquê de o sentimento de humilhação ter sido instrumentalizado enquanto um artifício constitutivo do discurso político dessa época.

Pierre Ansart propõe que pensemos em três tipos de humilhações políticas: a primeira seria a humilhação destrutiva, aquela em que inexiste a possibilidade de reação ou resistência por parte do sujeito vítima da humilhação, é um tipo de humilhação política “destruidora do sujeito”; um segundo tipo de humilhação política é aquela que é ponto de partida para uma revolta. Segundo o autor, é o momento em que o sujeito recusa o sentimento de humilhação e se coloca em ação para resolver tal circunstância; e finalmente, o terceiro tipo de humilhação proposto por Ansart e aquela que nos interessa, é a humilhação manipulada, ou seja, é o uso político que se faz das humilhações coletivas¹¹⁶. Este tipo é o que nos interessa, pois é justamente o contexto que exploramos neste trabalho que Ansart utiliza como “tipo ideal” de humilhação manipulada. Como afirmamos anteriormente, essa instrumentalização da humilhação coletiva é passível de ser compreendida quando notamos que a formação da auto-imagem da Alemanha a partir da ideia de resgatar a hegemonia perdida não foi algo inédito desse momento. Como vimos, o desejo de vingança e o ódio ao outro era elemento estruturante da identidade nacional alemã. Nesse sentido, Ansart afirma que

“A partir deste momento, a lembrança da humilhação, a lembrança da injustiça da qual o povo alemão foi vítima inocente, torna-se o ponto de partida de uma argumentação estruturada sob o modelo do desejo de vingança. (...) Cabe ao povo humilhado reencontrar todas as suas forças: reconquistar seu espaço vital, reagrupar em uma só comunidade os alemães que vivem em países estrangeiros. Toda a ideologia nacional-socialista inscreve-se neste esquema que desenha uma visão do futuro que vai da humilhação sofrida ao poder racial encontrado”¹¹⁷.

A partir daí, podemos afirmar que este é o momento em que a humilhação deixa de ser apenas um sentimento estruturante de subjetividades individuais e coletivas, sentimento que

¹¹⁶ ANSART, Pierre, “As humilhações...”, *op.cit.*, p. 18-22.

¹¹⁷ *Idem*, p. 21-22.

fere o amor-próprio e a personalidade narcísica e passa a ser um elemento que impulsiona a tomada de ações que visam reverter tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, sem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja”.

Hannah Arendt

Ao longo deste trabalho procuramos delinear as maneiras pelas quais a propaganda do movimento neocolonial alemão utilizou-se da visualidade ora para construir, ora para reforçar o discurso de necessidade da busca pelas colônias em África que tinham sido perdidas após o fim da Primeira Guerra Mundial. Após a análise do conjunto de imagens que fizeram parte do nosso arquivo visual em sessões temáticas, pudemos estabelecer pelo menos dois grandes eixos centrais para reflexão.

O primeiro diz respeito à questão da construção de identidades a partir da edificação de uma imagem da África e do africano, bem como da Alemanha e do alemão apoiador do movimento. Conforme pudemos observar, essa construção de identidades se deu na propaganda do movimento neocolonial por meio de duas maneiras diversas, mas complementares: a primeira era a que estabelecia um olhar específico sobre as colônias em África; já a segunda assegurava que este olhar específico fosse também homogêneo.

O segundo eixo de reflexão se refere à forma pela qual a visualidade foi um elemento central para reforçar estereótipos já existentes, bem como para criar novas percepções a respeito do imperialismo alemão a partir das conjunturas daquele momento específico.

Talvez uma das coisas que mais nos impressione ao trabalharmos com o movimento neocolonial alemão seja a manutenção e o reforço de um pensamento imperialista quando já não havia mais Império. No entanto, como pudemos ver ao longo dessa pesquisa, o trabalho de propaganda da Sociedade Colonial Alemã exerceu um importante papel agregador em torno da ideia de Império que, ainda que não tenha logrado êxitos concretos com a recuperação dos territórios africanos, manteve acesa a vontade de dominação e poder sobre o

Outro no pensamento alemão. Dessa forma, é importante destacarmos aqui como esses esquemas de dominação puderam ser mantidos e/ou refeitos pela propaganda da DKG.

Em primeiro lugar, observamos como o ambiente colonial foi entendido a partir de um enfoque bastante específico. Seja nas imagens de propaganda que falavam a respeito das questões econômicas, territoriais ou civilizatórias, a África sempre foi apresentada como um território vazio a ser explorado pelo colonizador, bem como podemos observar um silêncio em relação aos nativos e sobre a diversidade de recursos disponíveis naquelas regiões. O olhar imperialista alemão sobre a África enfatizou apenas alguns recursos naturais disponíveis nas colônias, aqueles que seriam utilizados pelas indústrias alemãs, por exemplo. Não obstante, somente o fato de apresentar os recursos naturais como *disponíveis* ao colonizador já corresponde a uma forma de naturalizar a relação colonial que era plena de contradições e conflitos. Como sabemos e conforme vimos, as relações entre colonizador e colonizado se apresentavam de uma maneira bastante complexa, que vai desde atitudes mais radicais de resistência – como observamos no estopim da guerra dos Herero em 1904 –, até formas de cooperação e relações maleáveis de coexistência – como podemos ver no episódio de quando soldados askaris se juntaram ao exército alemão para derrotar os ingleses na África Oriental Alemã. Em todo o caso, a propaganda da DKG na maioria das vezes nem apresentava a existência de nativos no território colonizado e quando o fazia, apresentava uma relação bastante tranquila, em que o nativo sabia o seu lugar de subjugado frente ao colonizador alemão.

Esse olhar específico sobre a África e o africano também modelou um olhar homogêneo sobre o ambiente colonial. Conforme afirmou Marion Brepohl, os alemães criaram nas suas colônias africanas um mundo sem pluralidade¹¹⁸. Da mesma forma, portanto, foi levado a cabo o discurso neocolonial. Observamos a existência de um pensamento binário: o alemão x o africano; Alemanha x África. Em nenhum dos dois lados há espaço para diferenças: de um lado é apresentado o território africano, local unicamente da exploração de recursos; do outro o território alemão, dependente da matéria prima colonial para sua indústria e também do espaço físico colonial para depositar o excedente populacional que a pátria mãe não mais pode suportar; de um lado está o nativo dócil, o bom selvagem, a espera do colonizador; do outro lado está o alemão, apoiador do movimento, que se identifica com as características daquele que domina e compra a ideia de identidade nacional presente nessa

¹¹⁸ BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. Fala apresentada no Colóquio Internacional INDIFERENÇA, Mesa 3: Indiferença e práticas de dominação, realizado de 11 a 13 de novembro de 2014, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

propaganda de um país altamente industrializado, mas dependente das colônias, e também de um país civilizado que tem como missão levar a civilização para os povos inferiores.

Podemos afirmar, a partir de uma leitura de Said, que a África apresentada pela propaganda neocolonial não é a África complexa e multifacetada que apreendemos a partir dos africanos, mas é aquilo que os alemães falam sobre ela. Os agentes do imperialismo alemão construíram uma imagem de si a partir de uma imagem do Outro: se lá há espaço, aqui não há; se lá há matérias primas, aqui há indústria; se lá há trabalhadores, aqui há chefes, e assim por diante. Nesse sentido, o colonizador alemão não foi diferente de nenhum outro, pois manteve a ideia de que o colonizador é quem fala pelos nativos, é o colonizador que sabe o que ele sente. A propaganda da DKG afirma que a construção de tantos quilômetros de ferrovia é necessária e beneficia as populações nativas, assim como o autor inglês do *Blue Book* afirma que já sabia da vontade dos Herero de serem colonizados pelos ingleses e não pelos alemães.

Um tema central a partir do qual nosso trabalho foi desenvolvido foi aquilo que chamamos de visualidade colonial. Definimos esse conceito a partir da constatação da repetição sistemática de estereótipos que se conjugavam para reforçar o imaginário já existente sobre a África e os africanos, mas também para produzir um novo discurso que se moldava às preocupações da DKG daquele momento por meio deste repertório visual.

Vimos como essa visualidade colonial trabalhava não só com imagens para atender seus objetivos, mas também com a composição de tais imagens com dados estatísticos para validar seu efeito de verdade. Nesse sentido, a partir de uma leitura de David Ciarlo, entendemos que a visualidade colonial constitui-se não só como um padrão visual para a produção da propaganda da DKG, mas também como um fato político, na medida em que procurava transformar e intervir na realidade daquele período, buscando iniciar um movimento de revanche e justificar a legitimidade de tal ação.

Todo esse movimento de propaganda utilizou-se de inúmeras referências para construir uma visão unificada e homogênea sobre o problema da perda das colônias alemãs. Ainda que possamos identificar as variedades desse discurso visual, essa homogeneidade da propaganda não é sem sentido e, ao invés de limitar a análise, abre novas formas de interpretação. Entendemos que esse discurso assim construído pretendia, em última instância, simplificar a realidade para otimizar sua efetividade. É dessa forma que podemos compreender a representação de África a partir de um enfoque específico: aquela relação binária sobre a qual discorremos anteriormente era uma simplificação da complexidade das

realidades vividas levada a cabo pela força argumentativa da propaganda. Nesse sentido, podemos afirmar que a propaganda neocolonial pretendia servir não só para impulsionar um possível movimento efetivo para a recuperação das colônias e continuar alimentando a fantasia de poder e domínio sobre o Outro, mas agia também como um bloqueio mental que orientava a construção da realidade dos indivíduos espectadores dessas propagandas com o seu mundo em relação a diferentes tópicos: a ideia da nação alemã e do alemão; a imagem da geopolítica mundial, principalmente as relações entre a Alemanha e os outros países europeus; a justificação do racismo e a legitimação do uso da violência tanto nas colônias como na execução da revanche dentro da própria Europa¹¹⁹.

¹¹⁹ Pensamentos inspirados a partir de uma conversa com o filósofo espanhol Raul Gabbás Pallás e das ideias do filósofo esloveno Slavoj Žižek.

Referências fontes visuais

- Figura 1. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7620-16.
- Figura 2. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7604-25.
- Figura 3. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7604-24.
- Figura 4. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7604-23.
- Figura 5. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7604-22.
- Figura 6. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-07.
- Figura 7. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-08.
- Figura 8. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-06.
- Figura 9. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-05.
- Figura 10. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-04.
- Figura 11. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-03.
- Figura 12. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-02.
- Figura 13. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7603-01.
- Figura 14. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7620-090.
- Figura 15. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 029-7520-103.
- Figura 16. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 041-0234-08.
- Figura 17. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 041-0234-03.
- Figura 18. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 040-7501-06.
- Figura 19. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7602-02.
- Figura 20. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7036-17.
- Figura 21. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7620-13.
- Figura 22. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 041-0234-02.
- Figura 23. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 029-7520-93.
- Figura 24. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7034-08.
- Figura 25. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7515-17.

Figura 26. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 029-7521-11.

Figura 27. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7602-12.

Figura 28. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7620-02.

Figura 29. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7602-11.

Figura 30. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7602-10.

Figura 31. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7065-18.

Figura 32. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7034-04 (cartaz) e www.delcampe.net/page/item/id,178893976,var,135867Propaganda-AK-Der-Reichskolonialbund-ruft-auch-dich-Alf-Bayrle,language,G.html (cartão postal).

Figura 33. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7065-16 (cartaz) e www.germanpostalhistory.com (cartão postal).

Figura 34. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7065-03.

Figura 35. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 039-7065-04.

Figura 36. <http://www.germanpostalhistory.com>.

Outras Fontes

“The Treaty of Peace between the allied powers and Germany and the Treaty between France and Great Britain respecting assistance to France in the event of unprovoked aggression by Germany, signed at Versailles, June 28th 1919”, versão em inglês disponível em http://foundingdocs.gov.au/resources/transcripts/cth10_doc_1919.pdf.

“Report on the natives of South-west Africa and their treatment by Germany”. January, 1918.

BERNHARDI, Friedrich. *Germany and the next war*. McClelland, Goodchild & Stewart Publishers, 1911 – texto integral disponível em <http://archive.org>.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. (1902). Cosimo: Nova York, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. (1916). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. (1913). Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Bibliografia

ANSART, Pierre. “As humilhações políticas” In MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (Orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. “História e memória dos ressentimentos” In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARANOWSKI, Shelley. “Against ‘human diversity as such’: Lebensraum and Genocide in the Third Reich” In LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad (Ed.) *German Colonialism: Race, the Holocaust and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. Tradução: Constancia Egrejas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BEGHETTO, Lorena. *Aventura e Alteridade: o domínio de outros na literatura de aventura de Emilio Salgari (1862-1911)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. “Homens e Mulheres falando em genocídio: a experiência imperialista alemã (1884-1945)” In *História: Questões e Debates*, Curitiba, nº 52, jan/jul 2010.

_____. “Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do Império, 1896-1914” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, 2013.

_____. *Imaginação Literária e Política: os alemães e o imperialismo (1880 – 1945)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

_____. *Pangermanismo e Nazismo: trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1998.

_____. Fala apresentada no Colóquio Internacional INDIFERENÇA, Mesa 3: Indiferença e práticas de dominação, realizado de 11 a 13 de novembro de 2014, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CIARLO, David. *Advertising Empire: Race and Visual Culture in Imperial Germany*. Boston: Harvard University Press, 2011.

CORREA, Sílvio. “As ambiguidades do trabalho na África Oriental Alemã (1885-1914)” In *I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Outubro 2010.

DE DECCA, Edgar. “A humilhação: ação ou sentimento?” In MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia (Orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Tradução: Julieta Campos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

GOMBRICH, Ernest. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo” In *Educação & Realidade*, 22 (2), jul-dez 1997.

HARLEY, J. B. *The new nature of maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Tradução: Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2009.

KPAO SARÈ, Constant. “Abuses of German colonial history. The character of Carl Peters as a weapon for *völkisch* and National Socialist discourse: Anglophobia, Anti-Semitism and Aryanism” In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad. “Introduction: Reconfiguring German Colonialism” In LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad. (Ed.) *German Colonialism: Race, the Holocaust and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

LANGBEHN, Volker. “Picturing Race: visibility and German colonialism” In LANGBEHN, Volker (Org). *German Colonialism, visual culture and modern memory*. Nova York: Routledge, 2010.

_____. “The visual representation of blackness during German imperialism around 1900” In ZIMMERER, Jürgen & PERRAUDIN, Michael (Ed). *German Colonialism and national identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

LEHMANN, Jörg. “Fraternity, Frenzy and Genocide in German war literature, 1906-36” In PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

MERGEL, Thomas. *História Cultural da Política*. Tradução de René E. Gertz. Originalmente em Docupedia-Zeitgeschichte, 2010.

OLUSOGA, David & ERICHSEN, Casper. *The Kaiser’s Holocaust*. Germany’s forgotten genocide and the colonial roots of Nazism. Londres: Faber & Faber, 2010.

PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen. “Introduction: German Colonialism and National Identity” In PERRAUDIN, Michael & ZIMMERER, Jürgen. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

PRATT, Mary-Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999.

PROST, Antoine. “As palavras” In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIMANN-DAWE, Tracey. “Time, identity and colonialism in German travel writing on Africa, 1848-1914” In PERRAUDIN, M. & ZIMMERER, J. (Ed.). *German Colonialism and National Identity*. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVESTER, Jeremy & GEWALD, Jan-Bart. *Words cannot be found: German colonial rule in Namibia: an annotated reprint of the 1918 Blue Book*. Leiden/Boston: Brill, 2003.

SMITH, Woodruff. *The ideological origins of Nazi imperialism*. Nova York: Oxford University Press, 1986.

SONTAG, Susan. “Fascinante Fascismo” In *Sob o Signo de Saturno*. Tradução: Ana Maria Capovilla e Albino Poli Jr. São Paulo: L&PM Editores, 1986.

STEINMETZ, George & HELL, Julia. “The visual archive of colonialism: Germany and Namibia” In *Public Culture*, 18:1, 2006.

STEINMETZ, George. “From ‘Native Policy’ to Exterminationism: German Southwest Africa, 1904, in Comparative Perspective”, Conferência *1904-2004 – decontaminating Namibian past*, Windhoek, agosto 2004.

STOECKER, Helmuth (Ed.). *German imperialism in Africa*. From the beginnings until the Second World War. Hurst: Londres, 1986.

STRANDMANN, Hartmut von. “The purpose of German colonialism or the long shadow of Bismarck’s colonial policy” In LANGBEHN, Volker & SALAMA, Mohammad (Ed.) *German Colonialism: Race, the Holocaust and Postwar Germany*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

TOWMEY, Christina. “Atrocity narratives and inter-imperial rivalry: Britain, Germany and the Treatment of Native Races, 1904-1939” In CROOK, T. & TAITHEs, B. *Evil, Barbarism and Empire: Britain and abroad, c. 1830-2000*. Palgrave Macmilan: Londres, 2011.

WEHLER, Hans-Ulrich. “Bismarck’s imperialism, 1862-1890” In *Past and Present*, n. 48, 1970.

YOUNG, Robert J. C. *Desejo Colonial*. Hibridismo em teoria, cultura e raça. Tradução: Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Postcolonialism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

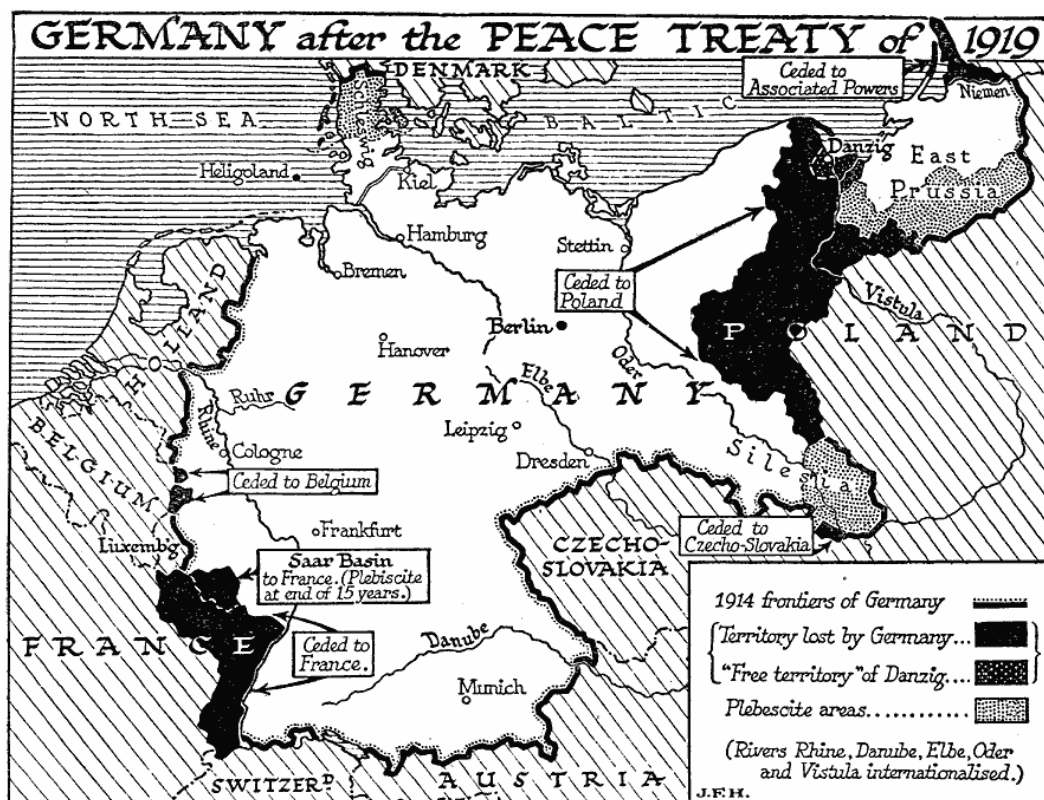
ZIMMERER, Jürgen. “The birth of the Ostland out of the spirit of colonialism: a postcolonial perspective on the Nazi policy of conquest and extermination” In *Patterns of Prejudice*, 39:2, 2005.

ANEXO 1



O II Reich Alemão (1871-1914) – territórios europeus

<http://www.nzhistory.net.nz/media/photo/german-empire-1914>



Fronteiras europeias alemãs após o Tratado de Versalhes

<http://etc.usf.edu/maps/pages/3600/3696/3696.htm>

ANEXO 3



Cartazes “*Mais quanto tempo sem colônias?*” e “*A Reichskolonialbund chama você também!*” em Exposições Coloniais (Bremen/Dresden – 1939).

www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de – número de referência 044-7055-01.